

Ana Margarida Louro Martinho

**Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça)
Contributos para a sua
Conservação e Valorização**



Orientador:

Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

**Dissertação de Mestrado em Recuperação do
Património Arquitectónico e Paisagístico**

Universidade de Évora, 2007

Ana Margarida Louro Martinho

Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça)
Contributos para a sua
Conservação e Valorização



Orientador:
Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Dissertação de Mestrado em Recuperação do
Património Arquitectónico e Paisagístico



163 364

Universidade de Évora, 2007

Agradecimentos

O resultado do estudo que agora se apresenta deve muito ao contributo de um conjunto de pessoas a quem gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos.

À Junta de Freguesia de Cós, nomeadamente, na pessoa do seu presidente, Álvaro Santo, que sempre facultou a informação e a documentação necessárias.

Ao Padre José da Silva tal como à Sr.^a D.^a Maria Alzira da Silva Ferreira, pelas vezes em que disponibilizaram a chave do Mosteiro de Cós nas inúmeras visitas realizadas.

Aos proprietários dos terrenos circundantes do mosteiro, que sempre facilitaram o acesso às suas propriedades.

Pela partilha do seu saber e acompanhamento nas visitas ao mosteiro, agradeço ao Sr. José Pereira Machado.

À Biblioteca Municipal de Alcobaça, em particular à Sr.^a D.^a Natália Ramos, à Sr.^a D.^a Isabel Gonçalves, e à Sr.^a D.^a Manuela Sapateiro pelo auxílio na pesquisa de informação.

À Direcção Regional dos Monumentos de Lisboa, nomeadamente ao Arquitecto Manuel Seleiro, que autorizou a consulta de toda a documentação requisitada, e ao Dr. António Manuel Lopes Gomes, Arquivista da supracitada instituição, que disponibilizou a mesma documentação.

Aos Dr. Bruno dos Santos Assis e Dr. Luís Filipe da Silva, pela informação acerca do estado de conservação do cadeiral e do portal da igreja.

Aos meus colegas de mestrado e amigos, Cassandra Jorge, Fernando Costa, Mariana Ferreira, Roque Oliveira, Sónia Rapaz e Teresa Duarte, pelo apoio, partilha e manifestação de amizade constantes.

Agradeço à Ana Fátima Pagará, os conselhos e informações transmitidas, enfim... a amizade.

Pelo, fundamental, auxílio no levantamento e análise das patologias do material pétreo agradeço ao meu colega e amigo, Luís Dias.

À Sandra Ventura pela tradução do resumo desta dissertação para a língua inglesa.

Às minhas colegas e amigas, Josefina Maia e Maria do Céu Baptista pela dedicação com que leram os textos da dissertação.

Pela ajuda preciosa prestada na organização informática do estudo, agradeço ao Eng.º Raúl António Mósca.

Aos meus amigos, Célia Pedro, Natália Cordeiro, Ana Mimoso, Sofia Melo e Leonel Gonçalves, pelos incessantes apoio e motivação e ainda pelo ânimo e constante amizade.

À minha madrinha e aos meus primos Carla e Rui Louro pela amizade e apoio.

Um agradecimento muito profundo aos meus pais pela compreensão, paciência, dedicação e apoio. O outro agradecimento profundo é para os meus filhos, à Ritinha pelas palavras amigas e de coragem e ao Sérgio pelo apoio e responsabilidade.

Por último, ao meu orientador, Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge pela dedicação e rigor inexcedíveis com que acompanhou toda a elaboração da dissertação aqui exposta, pela incomensurável partilha de conhecimentos e ensinamentos, pela profundidade crítica tal como por todo o incentivo, alento e amizade demonstrados, ao longo de todo este tempo. O meu sincero agradecimento.

Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça)

Contributos para a sua Conservação e Valorização

Resumo

O mosteiro cisterciense feminino de Santa Maria de Cós situa-se a cerca de 8 km a norte da cidade de Alcobaça. O conjunto edificado subsistente é composto pela igreja, sacristia e anexos e um corpo de dormitórios em ruína, situado a sul e perpendicular à igreja. A construção subsistente data de finais do século XVII, no entanto, a documentação regista campanhas de obras referentes ao século XVI, nomeadamente na igreja. No interior do edifício eclesial predomina uma decoração de finais do século XVII e inícios do século XVIII, destacando-se a decoração em talha dourada, o revestimento azulejar das paredes e o tecto, constituído por um abobadado de madeira pintado em policromia.

Após a extinção das Ordens Religiosas o mosteiro foi vandalizado e serviu de pedreira para outras construções domésticas. Nos últimos quarenta anos, a igreja tem sido objecto de intervenção por parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Neste estudo, faz-se o levantamento e identificação das patologias existentes no património edificado e apresentam-se alguns contributos para a conservação e valorização do conjunto monástico subsistente.

The Monastery of The Holy Mary of Cós (Alcobaça)

Contributions for its Preservation and Value

Abstract

The Cister Monastery for Women of The Holy Mary of Cós is located circa 8 km north of the city of Alcobaça. The remaining building as a whole is composed by a church, a vestry-room and its annexes and also by a section of dormitories in ruins, situated south and perpendicular to the church. The standing construction dates form the end of the 17th century; however, documentation registers construction campaigns being referenced in the 16th century, namely, in the church. In the interior of the ecclesiastical building a decoration from the end of the 17th century and from the beginning century is predominant, standing out the decoration in golden carved work, the title revetment of the walls and ceiling, made up of an arched or wood painted in polychromy.

After the extinction of the Religious Orders, the Monastery was vandalized and served as a quarry for other domestic constructions. In the last 40 years, the church has been object of several works by the General Board of National Buildings and Monuments.

In this study, the gathering and identification of existing pathologies is carried out on the built heritage, and some contributions are presented for the preservation and appreciation of the remaining building of the Monastery.

Índice

Introdução	10
Capítulo I – Estado Actual da Investigação	13
Capítulo II – Enquadramento Histórico: da fundação à extinção do mosteiro	17
2.1 – Fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cós	17
2.2 - Extinção das Ordens Religiosas em Portugal	20
Capítulo III – Caracterização Física do Mosteiro.....	27
3.1- Situação e Sítio.....	27
3.2- Edifícios.....	30
3.2.1 – Igreja.....	30
3.3- Construções anexas.....	37
3.3.1 – Sacristia.....	37
3.3.2 – Dormitório.....	38
3.4 – Cerca monástica.....	40
Capítulo IV – Materiais e Sistemas Construtivos.....	62
4.1 – Materiais de Construção	62
4.2 – Técnicas Construtivas.....	63
Capítulo V – Cronologia da Construção e Mestres-de-Obras.....	71

Capítulo VI – Intervenções efectuadas pela DGEMN.....	75
6.1 – Restauros da DGEMN durante o Estado Novo.....	75
6.2 – Restauros da DGEMN no último quartel do século XX e inícios do século XXI.....	78
6.2.1 – Processo de restauro do cadeiral.....	80
6.2.2 – Processo de restauro do tecto apainelado.....	81
6.2.3 – Processo de restauro do retábulo do presbitério.....	82
Capítulo VII – Diagnóstico sobre o Estado Actual de Conservação do Conjunto Monástico Subsistente.....	94
7.1 – Igreja e anexos.....	95
7.1.1 – Decaimento físico – químico e biológico.....	95
7.1.1.1 – Manchas de humidade por infiltração e capilaridade.....	95
7.1.1.2 - Formas de degradação do material pétreo.....	97
7.2.1.3 – Formas de degradação da madeira.....	98
7.2 – Edifício do antigo dormitório.....	100
Capítulo VIII – Bases para uma Proposta de Conservação e Valorização do Conjunto Monástico Subsistente.....	118
8.1 – Proposta de conservação do conjunto monástico.....	118
8.1.1 – Igreja e anexos.....	118
8.1.2 – Edifício do antigo dormitório.....	122
8.1.3 – Área envolvente.....	126
8.2 – Proposta de valorização do conjunto monástico.....	129

Conclusão.....	138
Bibliografia.....	141
Índice das Figuras.....	148
Anexos Gráficos.....	153

Introdução

Este complexo monástico feminino da Ordem de Cister, cuja origem como comunidade remonta ao século XIII, chegou até nós mutilado e encarcerado no seu próprio espaço. Do antigo conjunto monástico, que segundo a descrição de Fr. Manuel de Figueiredo assumia significativa importância no século XVIII, resta apenas a igreja, a sacristia e anexos, bem como o corpo do antigo dormitório em ruína¹. Considerando que o Mosteiro de Cós constitui uma marca fundamental do viver cisterciense e dado o seu valor histórico, artístico e cultural, ele merece reencontrar a dignidade que o caracterizou noutros tempos. Muitos o procuram, estrangeiros e nacionais, deparando-se com a existência de duas realidades patentes no próprio monumento: por um lado, a igreja e anexos em estado de conservação razoável, fruto das intervenções realizadas ao longo dos últimos 40 anos; por outro lado, o avançado estado de degradação do corpo do antigo dormitório, que se traduz num preocupante paradoxo. Os visitantes e comunidade em geral deixam transparecer nas suas palavras o desencanto pelo estado actual daquele conjunto monástico que merece, indubitavelmente, uma intervenção digna do seu relevo, enquanto património cultural comum.

Tendo consciência da importância deste monumento e reconhecendo as potencialidades do espaço em que se insere, considera-se que a preservação do conjunto monástico subsistente se impõe como necessidade histórica e cultural, no sentido de assegurar a sua transmissão entre gerações. O avançado estado de degradação em que chegam aos nossos dias a estrutura física do conjunto monástico e zona envolvente constitui uma séria ameaça e justifica todo o empenho na elaboração de uma proposta legítima que contribua para a resolução dos problemas deste significativo património. Assim, este estudo pretende ser um contributo para uma proposta de conservação e valorização do conjunto subsistente do Mosteiro de Santa Maria de Cós, enquadrado nas recomendações actuais sobre a protecção dos monumentos histórico-culturais. Entre elas, sobretudo, figuram as Cartas de Veneza e de Cracóvia, nas quais foram baseados os princípios e critérios essenciais adoptados neste estudo.

¹ Consulte-se a hipótese de reconstituição do antigo edifício monástico em 1780 no estudo de Cristina Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós*, Edições Magno, Leiria, 1998, pp. 140-142.

A metodologia de abordagem foi baseada na orientação fundamental do Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, considerando também os conhecimentos adquiridos ao longo de toda a parte curricular do mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico.

Para a elaboração de uma proposta de conservação é necessário compreender o monumento na sua multiplicidade. Com efeito, a intervenção em edifícios antigos constitui uma operação complexa pressupondo um estudo analítico do monumento, encarado como um todo e abrangendo as diversas vertentes, nomeadamente histórico-artística e arquitectónica bem como o estudo dos materiais e das técnicas construtivas e o conhecimento do seu estado de conservação.

O trabalho divide-se em oito capítulos abrangendo as diversas fases do estudo analítico bem como a proposta de conservação e valorização do monumento. Deste modo, no primeiro capítulo, apresenta-se o estado actual da investigação sobre o mosteiro de Santa Maria de Cós. No segundo capítulo, desenvolve-se um breve enquadramento histórico, desde a fundação à extinção do mosteiro. No terceiro capítulo, procede-se à caracterização física do conjunto monástico subsistente, nomeadamente da igreja e das construções anexas. É ainda abordada a questão da cerca monástica relativamente ao espaço e arquitecturas subsistentes. O quarto capítulo é dedicado à identificação dos materiais e sistemas construtivos que caracterizam o edificado e o quinto capítulo refere as diversas campanhas de obras que a documentação permite assinalar, relativamente aos séculos XVI, XVII e XVIII. No sexto capítulo, referem-se as intervenções da DGEMN desde os anos 50 do século passado até à actualidade. O sétimo capítulo consiste no diagnóstico sobre o estado actual de conservação do conjunto monástico subsistente, no qual, a partir de uma inspecção *in situ* se procede à identificação das patologias do património integrado bem como dos problemas estruturais do edificado, nomeadamente do corpo do antigo dormitório das monjas. No capítulo oitavo são apresentadas as bases para uma proposta de conservação e valorização do conjunto monástico subsistente, nomeadamente igreja e anexos, edifício do antigo dormitório e espaço envolvente.

Em relação às dificuldades sentidas na elaboração deste trabalho deve mencionar-se a ausência de levantamentos arquitectónicos da totalidade do conjunto monástico subsistente.

Outro factor relaciona-se com as limitações no domínio técnico, devidas à nossa formação académica na área da História.

Considera-se que num programa de intervenção real e numa eventual aplicação das sugestões apresentadas, o monumento deverá ser objecto de um estudo mais aprofundado em determinadas áreas, nomeadamente ao nível dos materiais e técnicas construtivas, das patologias da pedra, dos problemas de humidade ascendente, bem como dos problemas estruturais existentes no edifício do antigo dormitório. De facto, as acções de conservação do património histórico edificado são, pela sua natureza, actividades de grande complexidade que exigem a multidisciplinaridade e a existência de especialistas em tantos domínios quantos os que forem necessários para a resolução dos problemas existentes.

A conservação e valorização do conjunto subsistente do Mosteiro de Santa Maria de Cós constituem um tema para o qual existe uma grande sensibilização por parte da comunidade em geral e do poder local. A Junta de Freguesia de Cós e a sua população desejam ver resolvido o problema do seu monumento num futuro próximo. Será nosso objectivo continuar a trabalhar no sentido da sensibilização para a necessidade de uma intervenção que promova a conservação e valorização deste conjunto monástico cisterciense intimamente ligado ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Considera-se que o presente, tal como o futuro, devem perpetuar esses laços tão profundos.

Oxalá que este trabalho contribua para acrescentar conhecimento público sobre o Mosteiro de Cós e suscite o desenvolvimento de futuras investigações e dos necessários cuidados de salvaguarda!

Capítulo I – Estado Actual da Investigação

A questão da fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cós levanta algumas interrogações, embora exista um certo consenso em relação ao facto de a mesma ter ocorrido no século XIII, à semelhança de outras casas femininas cistercienses¹.

Artur de Gusmão refere a “casa de Cós” como uma fundação moderna de preferência a uma instituição medieval. O autor apresenta a versão de Frei Hilário das Chagas e de Roman que referem o Mosteiro de Santa Maria de Cós como uma “casa moderna” com inícios numa comunidade de mulheres recolhidas, às quais D. Jorge de Melo deu o hábito de Cister, tendo o cardeal infante D. Henrique terminado as obras da igreja, do coro, claustro e dormitório². Segundo aquele autor, Frei António Brandão concluiu ser o mosteiro de Cós de fundação medieval. No mesmo sentido, aponta Frei Manuel de Figueiredo, segundo o qual o “Mosteiro, por relaxado, fora reformado no século XVI”³. Para Artur de Gusmão o que parece ser inegável é a edificação de um mosteiro no século XVI, não se tratando assim de uma

¹ Cocheril menciona a importância que os mosteiros femininos tiveram no desenvolvimento pleno da Ordem de Cister, a partir do século XIII, embora o surgimento da Ordem em Portugal tenha sido no final da primeira metade do século XII. Cf. Maur Cocheril, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1972, pp. 2-3. O mesmo autor sublinha a importância que adquiriu a Ordem, a partir desta época, quando refere que até ao século XV a história de Cister e de Portugal se confundem. Cf. Maur Cocheril, em Claude Bronseval, *Peregrinatio hispanica, 1531-1533. Voyage de D. Edme de Saulieu, abbé de Clairvaux en Espagne au Portugal*, Vol. I, Presses Universitaires de France, Paris, 1970, p.27. Maria Alegria Marques refere que no século XIII, os mosteiros que adoptaram a observância cisterciense são em menor número que no século anterior, mas destacam-se as fundações de mosteiros femininos da Ordem. Cf. Maria Alegria Fernandes, “Evolução do monaquismo feminino, até ao século XII, na região entre Douro e Tejo. Notas para uma investigação”, *Actas do Colóquio sobre a Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1986, pp. 12-13. Elena Casas Castells refere que os séculos XII e XIII marcam o nascimento das comunidades femininas cistercienses. O desejo de seguir o exemplo de austeridade dos monges foi a motivação para que grande número de mulheres piedosas quisessem seguir esta espiritualidade monástica e, pouco a pouco, foi crescendo o número de comunidades com o apoio de alguns abades. Uma vez surgidas estas comunidades, era necessário seguirem a observância cisterciense. Cf. Elena Casas Castells, “Dos Tipos de Arquitectura Monástica Medieval: Cistercienses y Clarissas”, *Separata de Verdad y Vida*, t. II, Madrid, 1994, p. 689. Virgolino Jorge refere que o florescimento cisterciense feminino português foi decisivo no século XIII, com 57% da totalidade dos mosteiros femininos e a comunidade de Cós teria sido fundada antes de 1241. Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Notas sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *Separata de Cistercium*, nº 217, 1999, pp. 853-854.

² Artur de Gusmão, *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros da Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, 1953, p. 219.

³ *Idem, ob. cit.*, p. 221.

reconstrução, visto o edifício não apresentar “um único palmo de pedra lavrada durante os tempos medievais”⁴.

No inventário das instituições monásticas do Entre-Douro e Tejo, até ao século XIII, elaborado por Maria Alegria Marques, a comunidade de Cós é assinalada como uma comunidade feminina sem regra própria e dependente do mosteiro de Alcobaça, sendo constituída por um grupo heterogéneo de mulheres que se consagraram a uma vida de sacrifício e oração. Refere ainda a autora que, no século XIV, em 1337, era já um mosteiro onde havia onze donas e a abadessa⁵.

Cristina Sousa e Saul Gomes referem que as religiosas já existiam em comunidade perfeitamente organizada, em meados do século XIII, e com quadros orgânicos administrativos documentados, já no século XIV. Os primeiros tempos das religiosas de Cós podem ter sido marcados por uma vida em comunidade mais secular do que regular, organizada segundo o hábito cisterciense que as faria evoluir para uma afiliação jurídica e oficial à Ordem. Esta análise é feita com base em documentos de 1337 e 1393 que mostram uma comunidade feminina com uma hierarquia estável, tendo como responsável a abadessa⁶. Por volta de 1241 já o mosteiro existia com visibilidade arquitectónica. A documentação refere que junto às casas das irmãs ou das donas havia vinhas ou terras cultivadas⁷.

Pedro Barbosa diz tratar-se de uma comunidade de religiosas espontânea, entendida como um conjunto de mulheres que se teriam reunido para viverem em oração e contemplação. O autor levanta a hipótese de que a comunidade religiosa possa ser anterior ao século XIII e a primitiva “casa das freiras” possa ter-se situado inicialmente na Póvoa de Cós. Mais tarde, em 1241, o Mosteiro de Alcobaça teria tomado essas freiras sob a sua protecção, e talvez date desse ano a ideia de transferência dessa comunidade para a actual Cós⁸.

Em relação à tipologia da igreja de Cós, Virgolino Jorge refere tratar-se de um edifício rectangular orientado a poente, com presbitério de largura inferior à da nave para a

⁴ Idem, *ob. cit.*, p. 223.

⁵ Maria Alegria Marques, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Edições Colibri, Lisboa, 1998, p. 19.

⁶ Cristina Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p. 66.

⁷ Idem, *ob. cit.* p. 69.

⁸ Pedro Barbosa e Maria da Luz Moreira, *Seiva Sagrada*, Edição da Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça, Alcobaça, 2006, p.71.

qual abre directamente. Trata-se de uma tipologia de igreja designada pelo autor de “templo-sala”. O coro ocupa metade da superfície total da sua nave⁹.

Os estudos existentes sobre o Mosteiro de Santa Maria de Cós incidem particularmente sobre o património integrado da igreja que constitui o seu interior. Maur Cocheril define o tecto apainelado da igreja e da sacristia como caso único nas igrejas cistercienses de Portugal e Espanha¹⁰ e procede à descrição das pinturas referindo os elementos principais. Transcreve também os dizeres das suas legendas, indicando a procedência de cada uma delas dos vários livros da Bíblia. Ainda acerca do tecto apainelado, salientam-se os estudos realizados por Vítor Serrão que puderam acrescentar que esta obra magnífica foi levada a cabo pelo pintor Pedro Peixoto, segundo “o risco do Padre Frei Luís”, religioso cisterciense, tendo sido o contrato realizado a 2 de Junho de 1715.¹¹ Para Vítor Serrão, trata-se de um conjunto de grande importância no contexto da decoração denominada de “brutesco nacional”. Pelo programa iconográfico e respectivo “risco” depreende-se que, tanto os dois tectos como o “tecto do vestíbulo de passagem ao locutório” serão do mesmo autor.

No que respeita ao património azulejar salientamos os estudos realizados por Maur Cocheril, nos quais se descrevem todos os painéis existentes. Importa referir que das quatro colecções de cenas da vida de São Bernardo, existentes e em bom estado de conservação, uma destas colecções se encontra em Cós, e as outras, encontram-se nos Mosteiros de Bouro, de S. Bernardo em Portalegre e em S. Bento de Cástris¹². O autor considera o património azulejar da igreja e sacristia de Cós como uma das mais belas colecções de azulejos portugueses¹³. Relativamente ao revestimento a azulejo do coro das monjas, J. M. dos Santos Simões refere

⁹ Virgolino Ferreira Jorge, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Notas sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *Separata da Cistercium*, nº 217, 1999, pp. 858-859.

¹⁰ Maur Cocheril, *Note sur la Décoration de L'Église de L'Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós* (Alcobaça), Edição da ADEPA, Alcobaça, 1983, p. 62. Idem, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1978, pp. 314-320.

¹¹ Vítor Serrão, “Pintura maneirista e barroca na região dos Coutos de Alcobaça, 1538-1750”, *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, IPPAR, Lisboa, 2000, p. 139.

¹² Maur Cocheril, “Les Azulejos de l'Abbaye Cistercienne de Cós en Estremadura”, *Separata VIII Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 8, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1974, pp. 179 e 183-197.

¹³ Maur Cocheril, *Cister em Portugal*, Edições Panorama, Lisboa, 1965, p. 20.

que no coro a decoração cerâmica atinge proporções agigantadas, cobrindo os azulejos totalmente as altas paredes acima do cadeiral¹⁴.

Segundo Maur Cocheril¹⁵ o cadeiral do coro seria o segundo maior cadeiral de todos os mosteiros cistercienses que ainda conservam esta estrutura. Sobre a simbologia da decoração embutida em todos os espaldares, são de referir os estudos de Robert Smith¹⁶ e Maria Augusta Trindade¹⁷.

Poder-se-á considerar que a recente obra *Intimidade e Encanto. O Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, de Cristina Pina e Sousa e Saul António Gomes constitui um valioso contributo para a análise do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Cós. Os autores efectuaram uma análise histórica e artística, sistematizando a informação anteriormente produzida e enriquecendo-a através da pesquisa de documentos inéditos¹⁸.

Fazendo uma apreciação geral do conjunto da bibliografia consultada, relacionada com o mosteiro, admite-se que a proposta de conservação e valorização do conjunto monástico subsistente que se apresenta neste estudo se poderá considerar uma abordagem nunca antes ensaiada.

¹⁴ J. M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no Século XVII*, Tomo II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1971, p.71

¹⁵ Maur Cocheril, *Note sur la Décoration de L'Église de L'Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós* (Alcobaça), Edição da ADEPA, Alcobaça, 1983, p. 65.

¹⁶ Robert Smith, *Cadeiras de Portugal*, Lisboa, 1958, p. 37.

¹⁷ Maria Augusta Trindade, "O sentido da decoração no painel do espaldar do cadeiral de Cós", *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património – Alcobaça – 78*, Alcobaça, 1978, pp. 425-431, (policopiado).

¹⁸ Toda esta informação traduziu-se num contributo significativo para o conhecimento das fases de construção do monumento bem como da sua organização espacial. São abordados aspectos tais como a topografia do local de implantação, a paisagem envolvente, a fundação do mosteiro de Cós e a hipótese da organização do espaço monástico nos finais da Idade Média, as campanhas de obras do mosteiro, a hipótese de reconstituição do edifício monástico em 1780, a comunidade monástica e o seu quotidiano, assim como as intervenções da DGEMN.

Capítulo II – Enquadramento Histórico: da fundação à extinção do mosteiro

2.1 – Fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cós

Os séculos XII e XIII marcam o nascimento das comunidades monásticas femininas, nomeadamente, as cistercienses. O desejo de seguir o exemplo de austeridade dos monges foi o destino que grande número de mulheres piedosas quiseram seguir. A vida em comunidade colocava-as acima do mundo dos leigos e na proximidade com Deus¹. Louis Lekai menciona a importância destas casas nos séculos XIII e XIV, simultaneamente como um lugar de destaque na estrutura da sociedade, e como centros influentes da nova espiritualidade iniciada por S. Bernardo². A incorporação de monjas em Cister foi autorizada cerca do ano de 1125, e já no fim do século XII, a Ordem possuía em França dezoito mosteiros femininos.

Inicialmente, os Cistercienses não deram prioridade à fundação de mosteiros femininos e S. Bernardo até encaminhou a sua irmã Umbelina para um mosteiro beneditino. Só depois da fundação do mosteiro de Tart, em 1123, se deu a expansão feminina cisterciense e de tal forma, que o cardeal Jacques de Vitry afirmou que os mosteiros cistercienses femininos se multiplicavam na sua época como as estrelas do céu³. Em 1251, acedendo aos desejos do Capítulo Geral, o Papa Inocêncio IV, pela bula *Paci et tranquillitati vestrae*, consentia que os Cistercienses não fossem obrigados a afiliar mais mosteiros femininos⁴. O número dos mosteiros ia crescendo, sem a intervenção formal do Capítulo Geral de Cister, existindo, no entanto, alguns casos em que se verificou o apoio pessoal dos abades cistercienses.

Os mosteiros femininos medievais assumiram extrema importância na sociedade, funcionando como lugar de acolhimento das mulheres das camadas sociais mais elevadas,

¹ Elena Casas Castells, “Dos Tipos de Arquitectura Monastica Medieval: Cistercienses y Clarissas”, Separata de *Verdad y Vida*, tomo II, Madrid, 1994, p. 689.

² Louis J. Lekai, *Los Cistercienses. Ideales y realidad*, Editorial Herder, Barcelona, 1987, p. 457.

³ Maria Alegria F. Marques, “A Integração das Mulheres na Ordem de Cister. O Caso Português”, *Actas do II Congreso Internacional Sobre El Cister en Galicia y Portugal*, Ourense, 1998, p. 110.

⁴ Geraldo J. A. Coelho Dias, “Irradiação de Espiritualidade e Cultura”, *Cister no Vale do Douro*, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p.35.

cujas famílias se libertavam, dessa forma, da responsabilidade das suas mulheres solteiras e viúvas. A grande expansão do monaquismo no século XIII relaciona-se com o aumento da taxa de feminilidade, conduzindo à necessidade de colocação das filhas que não contraíam matrimónio⁵. Assim, durante o século XIII, assiste-se, em Portugal, à fundação de novos mosteiros femininos ou afiliação de outros existentes⁶.

Algumas destas abadias não sobreviveram, na sua forma primitiva, para além da Idade Média⁷. Daí resulta a dificuldade em aferir sobre a fundação das mesmas. Neste contexto, Elena Casas Castells refere o seguinte: “resulta bastante difícil hacer un estudio de conjunto, debido a la variedad que parece existir entre estas abadías. Esto es debido a que: mientras que los monges, sobre todo en los primeros siglos, las construían ellos mismos, sin duda con la ayuda de obreros locales, pero siguiendo unos principios unitarios, las religiosas, en casi todos los casos, sólo se instalaban cuando las construcciones que ofrecía el fundador estaban completamente concluidas y rodeadas de una cerca que pudiese asegurarles una vida de oración y penitencia. Su comunicación con el mundo exterior se hacía por una sola puerta, ubicada en la zona de portería”⁸.

A fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cós constitui um problema complexo que levanta algumas interrogações. Pedro Gomes Barbosa refere ser frequentemente aceite que foi o cardeal infante D. Afonso⁹ o fundador de um mosteiro regular em Cós, na primeira metade do século XVI, e que a sua primeira abadessa teria sido D. Benta de Aguiar¹⁰. Ao cardeal Infante D. Henrique são atribuídas as obras de conclusão da igreja, o dormitório, o coro e o claustro.

No entanto, o referido autor, defende que a existência de uma casa de religiosas remonta a um período anterior, talvez a D. Sancho I, o qual deixou em testamento à abadia de

⁵ José Mattoso, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, p. 181.

⁶ Apresentamos a cronologia proposta por Virgolino Ferreira Jorge, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Notas sobre a tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *Separata de Cistercium*, nº 217, 1999, p. 854.

⁷ Elena Casas Castells, *ob. cit.*, p. 693.

⁸ *Idem, ob. cit.*, *passim*.

⁹ O cardeal, D. Afonso, filho de D. Manuel I, foi abade comendatário de Alcobaça entre 1519 e 1538, ano em que foi nomeado bispo da Guarda, deixando a comenda para seu irmão, o cardeal Infante D. Henrique.

¹⁰ Pedro Gomes Barbosa, “Coz Maior et Coz Minor”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. I, (coord. de Mário Jorge Barroca), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p.142.

Alcobaça dez mil morabitanos para se fazer um mosteiro da Ordem de Cister¹¹. Na documentação, referente ao século XIII, existem referências às “donas e irmãs de Cós”¹² e ainda, uma carta de D. Dinis, na qual o rei coloca o mosteiro de Cós sob a sua protecção redigida nos seguintes termos: “D. Dinis... faço saber. Que eu recebo em miha guarda, e em miha encomenda e so meu defendimento, Abadessa e Conuento e o Moesteyro das donas de Qod e seus homees e seus herdamentos e sas posisoes e todalas sas cousas...”¹³.

Pedro Barbosa levanta a hipótese de que a casa das freiras localizar-se-ia, primitivamente, na Póvoa de Cós e poderia tratar-se de uma comunidade de religiosas espontânea, isto é, um conjunto de mulheres que se teriam reunido para viver em oração e contemplação. Neste sentido afirma que “mais tarde, em 1241, o Mosteiro de Alcobaça teria tomado essas freiras sob a sua protecção, e pode ser que date desse ano a ideia de transferência para a actual Cós”¹⁴.

Em síntese, podemos afirmar que cerca de 1241 aparece documentada, em Cós, uma comunidade de mulheres religiosas na dependência do abade do Mosteiro de Alcobaça. No entanto, acerca da existência durante a Idade Média de um mosteiro com uma organização espaço-funcional de acordo com as regras estabelecidas pela Ordem de Cister, nada se pode concluir. Não se encontram vestígios visíveis de uma construção medieval no que resta, hoje, do antigo complexo monástico. Neste contexto, Maria Alegria Marques refere que “perto de Alcobaça, e mantido pelo mosteiro deste lugar, Cós apresenta um pequeno oratório novo, portanto de construção recente. O seu aspecto geral afastava-se por completo daquilo que a prática consagrara e Bronseval entendia como um mosteiro. Seria, talvez, um amontoado de pequenos edifícios que, ao longo do tempo se juntaram num mesmo local”¹⁵. O estudo arqueológico desempenhará um papel insubstituível por permitir, certamente, revelar

¹¹ O referido testamento foi feito em Coimbra, no mês de Outubro de 1210 e que refere que: *Ao mosteiro de Alcobaça deixou vinte cinco mil maravedis de ouro s. cinco mil para a fabrica deste mosteiro, e dez mil para fazerem hua gafaria em Coimbra, e os dez mil que restaão para fazerem hum mosteiro da ordem de Cistel*. Cf. M. Lopes de Almeida (introdução e revisão), *Crónicas dos Reis de Portugal*, Lello e Irmão Editores, Porto, 1975, p. 114.

¹² Citado por Gerard Leroux, “A Abadia de Santa Maria de Cós foi fundada antes de 1241”, *O Alcoa*, 28 de Abril de 1994.

¹³ Citado por Pedro Gomes Barbosa, *ob. cit.*, p. 142.

¹⁴ *Idem*, *ob. cit.*, p. 143.

¹⁵ Maria Alegria Marques, “Bronseval revisitado ou o saldo da medievalidade nos mosteiros cistercienses portugueses”, *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, IPPAR, Lisboa, 2000, p. 74.

informações significativas da história da fundação do mosteiro. Permitindo o conhecimento da possível existência, naquele local, de um mosteiro medieval bem como o aprofundamento do estudo do complexo monástico quinhentista e setecentista e da sua organização espaço-funcional.

2.2 – Extinção das Ordens Religiosas em Portugal

O período compreendido entre os meados dos séculos XVIII e XIX é considerado crítico para os mosteiros portugueses. A política regalista definida, no século XVIII, por intelectuais, como António Pereira de Figueiredo, Seabra da Silva e Ribeiro dos Santos, serviu de legitimação ao controlo da instância religiosa pelo poder civil¹⁶. As suas teses acabaram por se transformar na referência ideológica fundamental das elites dominantes, tendo inspirado a política eclesiástica durante a vigência do regime monárquico – constitucional¹⁷.

Nos finais do século XVIII, a Congregação de S. Bernardo de Alcobaça¹⁸, entrava em crise, sendo evidentes as dificuldades económicas em que viviam todos os seus mosteiros. Desta falta de recursos derivavam muitos problemas. Para se ultrapassar a situação, julgava-se que o melhor método seria o de reduzir o número de mosteiros e monjas, tendo em conta as suas rendas¹⁹. A crise instalou-se em algumas comunidades religiosas, o que levou D. José I a propor ao Papa Bento XIV a redução do número de mosteiros, requerimento esse que obteve a aprovação do Pontífice.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755, que arrasou a cidade de Lisboa, causou também muitos estragos por todo o país, agravando a situação dos mosteiros, entre os quais o de Santa Maria de Cós. Na sequência do mesmo, o abade de Alcobaça escreve uma carta a

¹⁶ Com a reforma pombalina na segunda metade do século XVIII, o regalismo passa a ser a mentalidade dominante. Traduz-se na intervenção do Estado nos assuntos eclesiásticos, e a vinculação da Igreja ao poder civil torna-se mais patente.

¹⁷ Vítor Neto, “O Estado e a Igreja”, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. V, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, p. 265.

¹⁸ Com a formação da Congregação de S. Bernardo de Alcobaça, em 1567, o ramo cisterciense nacional autonomizou-se em relação a Cister.

¹⁹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. III Livraria Civilização, Porto, 1968, p.135.

Sebastião José de Carvalho e Melo, na qual refere que o Mosteiro de Cós fora gravemente afectado pelo terramoto, pelo que as religiosas tiveram que procurar refúgio na Casa dos Padres, na Capela do Bom Jesus do Calvário – actualmente, Capela de Santa Rita – em algumas casas nobres situadas por perto²⁰.

A acção do marquês de Pombal (Primeiro-ministro de D. José I), contra a religião, traduziu-se na tomada de medidas com o objectivo de neutralizar o prestígio e a influência da Igreja em Portugal. A sua política absolutista, em matéria de religião, está bem presente no seu regalismo, traduzido na expulsão dos Jesuítas, em 1759; no corte das relações com a Santa Sé de 1760 a 1769; na criação da Real Mesa Censória, em 1768; na Lei de 4 de Julho de 1768 que obrigava as Ordens Religiosas a venderem algumas das suas propriedades; na extinção de mosteiros da Ordem de Santo Agostinho, em 1770; nas dificuldades impostas para a admissão de noviços; na extinção de vários mosteiros cistercienses, em 1775²¹.

A situação económica dos mosteiros continuava a degradar-se, originando a extinção de 10 conventos cistercienses, em 17 de Dezembro de 1775. No ano seguinte D. Maria I, a 6 de Julho de 1776, nomeou uma junta para examinar a situação de cada um dos mosteiros, de forma a serem encontradas soluções ajustadas. A junta, denominada por “Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens regulares”, deveria examinar o verdadeiro estado dos mosteiros e conventos, e dar parecer sobre o modo como podia ser melhorado; decidir sobre a união ou supressão de mosteiros ou conventos, que por falta de meios para subsistirem poderiam, como alternativa, ser anexados a outros ou simplesmente, extintos; encontrar o modo mais adequado de serem saldadas as dívidas e mais encargos suportados por cada uma das comunidades²².

As Invasões Francesas e as ideias do liberalismo difundidas por toda a Europa, a guerra civil²³ e o facto de a esmagadora maioria do clero regular e uma grande parte dos

²⁰ Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p. 139.

²¹ José Marques, “Os Mosteiros Cistercienses nos Finais do Século XVIII”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. II, Ourense, 1992, p. 652.

²² Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, vol. III, p. 136.

²³ Refere-se à Guerra Civil de 1832-1834, envolvendo liberais e absolutistas. D. Miguel, terceiro filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, encabeçou o Partido Tradicionalista, que, sobretudo após a perda do Brasil (1822), intentava pôr termo à experiência do nosso primeiro liberalismo. Após a assinatura da Convenção de Évora Monte (27-5-1834), que pôs termo à guerra civil resolvida a favor de D. Pedro e dos liberais, D. Miguel terminou o seu breve e contestado reinado, regressando ao exílio.

sacerdotes optarem pela facção miguelista e envolverem-se directamente na batalha pela manutenção das estruturas sociopolíticas absolutistas, originaram um forte movimento anticlerical.

Os líderes liberais tomaram medidas destinadas a desclericalizar a sociedade e a reduzir o poder económico da Igreja. A nova classe dominante pretendia diminuir a influência tradicional da instituição religiosa²⁴. É com as cortes de 1821 que começa o movimento de extinções e incorporações. Os constituintes viram-se confrontados com a grave situação financeira do Estado para a qual era urgente encontrar solução adequada.

O Decreto de 29 de Julho de 1833 retira à Igreja o privilégio do foro eclesiástico ficando sujeita à “justiça comum”. O Decreto de 31 de Julho de 1833 criou uma Comissão de Reforma Geral Eclesiástica, determinando que os clérigos que abandonassem as suas paróquias, conventos, capelas e hospícios e seguissem o partido do usurpador seriam declarados rebeldes e traidores. Os mosteiros que dessem protecção a esses sacerdotes corriam o risco de verem os seus bens incorporados na fazenda nacional²⁵. Pouco depois, a 23 de Agosto, esta Comissão era dissolvida e, no seu lugar e com poderes mais amplos, reinstaurava-se a Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento temporal das Ordens Regulares, que havia sido suprimida a 7 de Setembro de 1829. O objectivo deste organismo era o de atender “à necessidade de tomar efectiva a Reforma das Ordens Regulares de ambos os sexos [...], em consequência da relaxação da disciplina e outros males”²⁶. Composta quase exclusivamente por eclesiásticos, esta junta seria extinta, por ser considerada desnecessária, após a supressão das Ordens Religiosas masculinas²⁷.

Joaquim António de Aguiar, Ministro da Justiça de D. Maria II, sobre quem recaía, no momento, a responsabilidade da Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, ao

²⁴ Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 265.

²⁵ *Idem, ob. cit.*, p. 267.

²⁶ Dec. de 23/08/1833, p. 11.

²⁷ A extinção da Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento temporal das Ordens Religiosas foi determinada pelo Decreto de 10/10/1834, no qual, «louvando cada um dos seus membros pelo zêlo que empregaram no desempenho das suas funções», se declaram também as razões que motivaram uma tal supressão: «por se acharem extintos nestes Reinos e seus Dominios [...] todos os Conventos [...] de Regulares, devendo as diferentes casas Religiosas do sexo feminino ficar sujeitas aos respectivos Ordinarios»; por estar concluído o «Plano de Reforma geral Ecclesiástica, de que a mesma Junta [...] fôra encarregada» (A Sentinella Conimbricense, nº3, de 30/10/1834, p. 10).

promulgar o Decreto de 28 de Maio de 1834²⁸, determina a extinção das ordens religiosas, encerrando os mosteiros e nacionalizando os seus bens. “O decreto mereceu applausos, mas estes applausos não foram geraes; muitos liberaes houve que o condenaram e com razão, pois julgavam, e julgavam bem, que uma grande reforma das ordens monasticas bastava”²⁹.

A extinção das Ordens Religiosas estava, naturalmente, inscrita nos princípios do ideário liberal: a laicização do Estado e da sociedade, a emanção terrena e não divina do poder político e a nova ordem constitucional. É importante frisar que os fundamentos da política anticlerical assentavam na ideia de que as antigas casas conventuais não passavam de estruturas obsoletas do Antigo Regime, pelo que não se enquadravam na nova ordem, registando-se uma incompatibilidade entre a consciência revolucionária liberal e a estrutura monástica³⁰.

Os conventos de religiosas tinham já sido regulamentados pelo decreto de 5 de Agosto de 1833, que expulsara as noviças de todos os institutos e proibia a admissão de outras. As providências suplementares declararam extintos certos institutos que tinham menos religiosas professas, as quais eram transferidas para mosteiros diferentes³¹.

O Mosteiro de Santa Maria de Cós sofreu a mesma sorte que a grande maioria dos institutos religiosos: as monjas foram transferidas para a comunidade de Odivelas e o edifício foi confiscado pelo Estado e vendido em hasta pública. No documento relativo ao Processo da Supressão do Mosteiro das Religiosas Bernardas de Cós, pode ler-se o seguinte: “Aos nove dias do mês de Junho de mil oitocentos trinta e quatro annos e nesta Jgreja do Mosteiro das Religiozas Bernardas desta Villa de Coz, sendo aí presente o Reverendo Prior desta Freguesia da Vila de Coz António do Menino de Deos Marques, ao qual por ele Reverendo Juiz foi feita a entrega da Jgreja deste, com todas as imagens, ornatos dos Altares e mais objectos descritos neste Inventário [...] impondo-lhe a obrigação de conservar a mesma Jgreja com decência, e de

²⁸ O artigo 1º do decreto extinguiu desde logo todas as casas de religiosos de ordens regulares, qualquer que fosse a sua denominação, instituto ou regra. O artigo 2º mandava incorporar nos próprios bens nacionais os bens dos conventos. Depois decretavam-se diversas providências, como a distribuição das alfaías do culto pelas igrejas e a concessão de subsídios aos egressos. Cf. Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, vol. III, p. 146.

²⁹ Marques Gomes, *Luctas Caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, tomo 1, Imprensa Nacional, 1894, pp. 8-9.

³⁰ Maria João Baptista Neto, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, p. 51.

³¹ Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p.146.

dizer, ou mandar ali dizer Missa ao Povo desta Freguesia no caso de ser indispensável como determina a régia portaria”³².

A Portaria com data de 20/06/1834 regulamentava os espaços de culto que deveriam continuar como tal e os que não deviam continuar como templos. No primeiro caso, tapar-se-iam as portas de comunicação com a casa religiosa e entregavam-se as chaves aos delegados do prelado. A estes competiria” prover ao serviço dos Templos, para o qual seriam escolhidos religiosos dignos de tal ministério sob a vigilância do respectivo Parocho”³³. Nas situações em que as igrejas serviam de paróquia à freguesia, ou a esse fim se destinassem, separar-se-ia, do edifício e da cerca do convento, uma parte suficiente para habitação e horta do pároco. No segundo caso (quando o templo não devesse conservar-se), tanto as chaves da igreja como as da respectiva casa ficariam na posse do prefeito³⁴.

O saque, a pilhagem e a mudança arbitrária de funções actuavam sobre os imóveis causando estragos graves, irreparáveis, sem ter em conta a sua importância histórica e valor artístico. O Mosteiro de Cós sofreu este processo de invasão e destruição de forma bastante dura. Vendido a particulares, serviu de pedreira para a construção civil envolvente, e as dependências conventuais transformaram-se em galinheiros, pocilgas e arrumos. O edifício viu-se confrontado com o vandalismo referido por Manuel Vieira Natividade, em finais do século XIX, nos seguintes termos: “No momento em que as freiras e educandas abandonaram o mosteiro, ficou elle sujeito a um verdadeiro saque. Queimaram e destruíram o edifício praticando toda a qualidade de sacrilegios, e nada respeitaram nem mesmo as campas que profanaram, vendendo depois a cantaria que ainda hoje se pode ver em algumas edificações d’Alcobaça, conservando ainda bem claros e legíveis os caracteres dos epithaphios.

A esse vandalismo escapou a igreja que ainda hoje é inegavelmente uma das mais famosas e das mais apreciáveis de toda a comarca de Alcobaça... Infelizmente o desleixo e muitas vezes a ignorância daqueles que estão encarregados destas pequenas cousas, que fazem

³² ANTT – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2263.

³³ António Martins da Silva, *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira Metade do Século XIX*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1989, p. 95, policopiada.

³⁴ Cf. Portarias e Instruções com data de 20/06/1834, *COLP*, 1833-1834, pp. 153-154.

de Portugal um país verdadeiramente artístico, concorre d'uma maneira poderosa para a sua destruição, e para se verem apagados esses restos do seu tempo de grande gloria”³⁵.

Deste grandioso complexo monástico, apenas sobreviveu a igreja que seria classificada como imóvel de interesse público pelo Decreto nº 35 443, de 2 de Janeiro de 1946.

A degradação dos monumentos nacionais provocou vivos protestos por parte de alguns homens de cultura do tempo, entre os quais se destacam, pela pertinência das suas críticas, Alexandre Herculano e Almeida Garrett. Esta atitude enquadra-se num ambiente de revolta internacional por parte dos intelectuais e eruditos românticos que viam os monumentos como documentos vivos da cultura e da história das suas nações. O Romantismo requeria a necessidade do homem conhecer a sua anterioridade, numa altura em que as profundas mudanças pautadas pelas revoluções políticas e pela revolução industrial anunciavam uma nova era³⁶. Era importante “salvar alguma coisa do antigo edifício social que acabava de ruir com a Revolução na medida em que essa alguma coisa representava a ideia pátria na sucessão dos tempos”, defendia Alexandre Herculano em carta a Latino Coelho³⁷. Para Herculano os monumentos são sinais autênticos do passado que, interrogados, exprimem as circunstâncias envolventes à sua criação: “Os castelos, os templos, e os palácios tríplice género dos monumentos que encerra em si toda a arquitectura da Europa moderna formam uma crónica imensa em que há mais história que nos escritos dos historiadores. Os architectos não suspeitavam que viria tempo em que os homens soubessem decifrar nas moles de pedras afeiçoadas e acumuladas a vida da sociedade que as ajustou”³⁸.

Alexandre Herculano não se limita à simples denúncia da situação. Numa perspectiva de salvaguarda, solicita ao Estado medidas legislativas de protecção nos seguintes termos: “[...] qualquer monumento histórico não pertence ao município dentro de cujo território jaz; mas [...] pertence à nação toda, porque nem a mão poderosa que o fez erguer, regia só esse município; nem as somas que aí se despenderam foram tiradas só dele, nem a história, que

³⁵ Manuel Vieira Natividade, *O Mosteiro de Alcobaça*, Imprensa Progresso, Coimbra, 1885, p.150.

³⁶ Maria João Baptista Neto, *ob. cit.*, Editorial Estampa, Lisboa 1997, p. 52.

³⁷ Carta a Latino Coelho, expedida de Vale de Lobos em 6 de Abril de 1868 e publicada por Cristovão Aires, em “Alexandre Herculano e a Academia Real das Ciências de Lisboa”, *Boletim da Segunda Classe. Homenagem a Alexandre Herculano no Centenário do seu Nascimento*, vol. III, fasc. 3, Março de 1910, Typ. da Academia, Lisboa, pp. 154-156.

³⁸ “Duas épocas e dois monumentos”, *Opúsculos, Questões Públicas*, tomo IV, p. 5, cit por Jorge Borges de Macedo, “Alexandre Herculano e a Arqueologia”, *Separata de Arqueologia e História*, 9ª série, vol. II, Lisboa, 1970, p. 14.



requer para documentos essas pedras antigas, é a história de uma vila ou cidade única, mas sim a de um povo inteiro”³⁹.

A preservação dos monumentos assumia-se, assim, para o escritor, como uma tarefa cívica de grande importância histórica na definição da nossa identidade nacional. A sua voz em favor dos monumentos, ganhou expressão numa escrita cujo tom duro e sarcástico, procurou atrair as atenções para o problema, sendo a sua campanha uma verdadeira militância que teve o mérito de lançar as bases do pensamento na salvaguarda e conservação dos monumentos em Portugal, no século XIX⁴⁰. É sobretudo neste século que o valor histórico e documental é atribuído ao monumento, através de um processo de valorização da dimensão histórica, entendida como um conjunto de factos e acontecimentos associados a esse monumento arquitectónico. É frequente, para exaltação desta vocação de marco histórico da nação, a atribuição de origens remotas, associando os monumentos a confusas lendas ou relacionando-os com fundações míticas. Neste quadro, os monumentos assumem-se como símbolos das civilizações – o passado interessa como formação dos povos⁴¹.

³⁹ Alexandre Herculano, *Opúsculos I*, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Editorial Presença, Porto, 1982, p. 209.

⁴⁰ José Cornélio da Silva “Política, Conservação e Restauro”, *Aedificiorum*, 1, (1988), pp. 22-23.

⁴¹ Miguel Tomé, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Faup Publicações, Porto, 2002, p.16.

Capítulo III – Caracterização Física do Mosteiro

3.1- Situação e sítio

A povoação de Cós situa-se a cerca de 8 km a norte do concelho de Alcobaça (Figs.1 e 2). Teve foral manuelino, outorgado em Lisboa a 1 de Outubro de 1514. Em 1755, formava uma paróquia com 220 fogos e 658 habitantes. O concelho foi suprimido pela reforma de 1836, da responsabilidade de Manuel da Silva Passos¹.

Situa-se num vale aprazível, de terra fértil povoada de pomares, olivais e pinhal, sendo constituída pela sede da freguesia e pelas povoações de Alqueidão, Alto Varatojo, Casal da Areia, Casal do Resoneiro, Casalinho, Castanheira, Moinho da Mata, Pomarinho, Póvoa, Vale do Amieiro e Varatojo, tendo actualmente cerca de 2 400 habitantes (Mapas 1 e 2).

Na *Nova Carta Chorographica de Portugal*, de 1909, aparece a descrição da vila de Cós nos seguintes termos: “Não longe da villa de Alcobaça, uma legoa da parte do Norte, esta um ameno valle, povoado de muitos arvoredos, pomares, vinhas e olivaeas, a quem corta pelo meyo uma ribeyra de christalinas aguas, a qual junta com outro rio, que mais abaixo corre pela charneca, se vae metter em o campo da abbadia de Alcobaça e desemboca com outros rios, que vem da mesma villa, em a praya da Pederneira. Em o meio deste vale que temos descrito, junto a um cabeça alto, onde se fundou a antiga igreja de Santa Eufêmia, está a villa de Cós, uma das que obedecem aos Abades de Alcobaça e, no remate dela, o mosteiro, que também se chama de Cós”² (Foto 1).

As povoações dos Coutos encontravam-se ligadas entre si e com o exterior por uma rede de estradas e caminhos irregulares, percorridos por gentes que se deslocavam a pé ou se faziam transportar em montadas. A partir de Alcobaça, expandiam-se os caminhos que percorriam os coutos em todas as direcções, nomeadamente para norte a estrada que atravessava o Alcoa na ponte D.Elias e seguia depois por Fervença, Maiorga e Cós,

¹ *Boletim da Província da Estremadura*, Série II, Número XII, 1946, p.146.

² Marquez D’Avila Bolama, *A Nova Carta Chorografica de Portugal*, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1909, p. 70.

ultrapassando os limites do couto, na direcção de Alpedriz e Leiria³. Frei Claude de Bronseval, secretário de D. Edme Salieu descreve, em 1532, o caminho e a localização do Mosteiro de Santa Maria de Cós nos seguintes termos: “Le 20, Monseigneur, après avoir entendu la messe, voulut aller chez les moniales de Cós [...] Nous allâmes dans une vallée entre des collines rapprochées, en longeant une rivière. Après avoir parcouru une route assez longue et franchi un petit pont, nous vîmes à gauche une vallée complètement entourée de montagnes. Nous gravâmes celle de droite en laissant à notre gauche, la mer qui est à une lieue. Nous avançâmes sur le sommet de monts stériles, sur une route dangereuse par endroits à cause des marécages de boue. Après deux bonnes heures nos arrivâmes au village de Cós situé entre des collines boisées et broussailleuses. Dans ce village se trouve le monastère de Cós”⁴.

Esta vila teve no passado uma importância determinante como centro de vias de comunicação que permitiam o contacto entre o interior do maciço calcário estremo das serras de Aire e Candeeiros e os portos marítimos da Pederneira e de Paredes da Vitória. Já no período medieval, o viajante encontraria pousada, taberna e estalagem, subsistindo estas estruturas nos séculos modernos. Por Cós, se alcançavam as aldeias do termo de Porto de Mós, como Juncal, Andam ou Pedreiras, vizinhas ao circuito de Leiria – Santarém, pelas quais passavam caminhos e estradas com desvios complementares por Aljubarrota ou Atafja, para quem quisesse ou necessitasse de novas pousadas e estalagens. Cós era ponto de encruzilhada, de passagem de gentes e de mercadoria⁵.

Na perspectiva de Pedro Barbosa, a primitiva Cós localizava-se na actual Póvoa de Cós, que conservou o seu nome até aos nossos dias. O termo “póvoa” não faria parte do topónimo, mas designaria apenas a “condição” da pequena localidade, que não poderia ser considerada vila, como outras localidades dos coutos. Nessa póvoa de Cós se teria localizado, primitivamente, a casa das freiras, tendo sido, posteriormente, transferida para a actual Cós. Com o tempo, o local transformou-se num pólo de atracção da população, fazendo com que a

³ Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 382.

⁴ Frère Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica (1531-1532)*, tomo 2, Presses Universitaires de France, Paris, 1970, p.465.

⁵ Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p. 21.

Póvoa de Cós fosse perdendo importância. A nova Cós teria então sido fundada pelos monges, devido à necessidade de aproveitamento dos terrenos férteis entre a Maiorga e o rio de Cós⁶.

A adopção de um local para o estabelecimento de um mosteiro era um processo complexo. Frequentemente encontram-se processos de transferência das comunidades e mosteiros para locais considerados mais adequados. Muitas vezes, o primitivo assentamento poderá corresponder apenas a instalações provisórias, possivelmente até de madeira, enquanto se procedia à construção dos edifícios pétreos. Os anos passados nos sítios primitivos podem ter revelado inconvenientes que ditaram a escolha de locais mais adequados⁷.

O isolamento necessário à ascese a que se votavam os monges e monjas exigia locais ermos ou afastados das cidades e dos povoados. No entanto, o trabalho a que os religiosos se deviam entregar e a necessidade de auto-suficiência do mosteiro impunham, também, a proximidade de recursos agrícolas, pecuários, florestais e o acesso fácil à água. Sendo a água um dos elementos fundamentais para o bom funcionamento na vida de um mosteiro, depreende-se facilmente que a localização dos edifícios tenha sido pensada na perspectiva de uma fácil captação e gestão deste recurso. A Regra de S. Bento estabelece: “Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas”⁸.

O mosteiro é, em primeiro lugar, um projecto religioso, entendido como a via perfeita para o encontro com Deus. Os requisitos espirituais de Cister exigem afastamento do mundo e dos lugares povoados⁹. O próprio Capítulo Geral de 1134 reafirmava: “in civitatibus, castellis, villis, nula nostra construenda sunt coenobia, sed in locis a conservatione hominum

⁶ Pedro Gomes Barbosa, “Coz Maior et Coz Minor”, em *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, (coord. de Mário Jorge Barroca), vol.1 Faculdade de Letras, Porto, 1999, pp. 143-144. A Póvoa de Cós é realmente uma povoação muito antiga. Cós é muito mais moderna, surgiu com o convento das freiras de Cister, muito mais tarde, de acordo com Edufno Borges de Garcia “O Castelo da Póvoa de Cós”, *Arquivo de Beja*, vol. XXII, 1967, p. 5. Uma outra referência ao mesmo assunto é feita por Mário SAA, *As Grandes Vias da Lusitania*, Tomo III, Lisboa, MCMLX, p. 45, “Há Cós e Póvoa de Cós, mas esta é a primitiva Cós, sendo aquela o nome dum convento suburbano. Era o Convento de Cós, hoje, por abreviação Cós”.

⁷ Ricardo Teixeira, “Arqueologia dos Espaços Cistercienses no Vale do Douro”, *Cister no Vale do Douro*, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p. 200.

⁸ *Regra de S. Bento*, Edições Ora et Labora, Santo Tirso, 1992, p. 132.

⁹ Cf. Cap. XV do *Exordium Parvum*.

semotis (os nossos mosteiros não devem construir-se nas cidades, aldeias ou vilas, mas em lugares apartados do barulho do mundo)”¹⁰.

De acordo com o supracitado, o mosteiro é, assim, um espaço sacralizado, de elevação para Deus. O sítio deve proporcionar essa componente espiritual e religiosa. O isolamento e a proximidade da água constituem dois aspectos fundamentais que marcam a paisagem cisterciense.

Contrariando esta primitiva concepção beneditina de vida regular monástica, a maioria das comunidades cistercienses femininas estabeleceu-se em zonas férteis, mas próximas de povoações ou relativamente abertas à circulação¹¹. Este é o caso do Mosteiro de Santa Maria de Cós que se localiza num vale de grande beleza natural, recortado por cursos de água mas que se situa numa pequena povoação aberta à circulação de pessoas e bens, desde o período medieval.

3.2- Edifícios

3.2.1 – Igreja

A igreja de Cós apresenta uma planta de desenho rectangular orientada para poente (Fig.3). O seu interior, de nave única, encontra-se dividido em duas zonas, de dimensão sensivelmente igual, a que Maur Cocheril chama de “recinto dos fiéis e coro das religiosas separadas por uma galeria de pedra sobre a qual se situa a grade do coro bem trabalhada”¹² (Foto 2).

O presbitério, pouco profundo, apresenta um grande retábulo de talha dourada lavrado, em 1676, pelo entalhador Domingos Lopes¹³ (Foto 3). Este retábulo é apresentado por Cristina Sousa e Saul Gomes como um dos marcos mais significativos do início da talha barroca em Portugal¹⁴. No reinado de D. Pedro II, o barroco triunfava na arte portuguesa de

¹⁰ Ricardo Teixeira, *ob. cit.*, p.194.

¹¹ Virgolino Ferreira Jorge, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas”. *Boletim Cultural* da Assembleia Distrital de Lisboa, 94, 2º tomo, 2000-2002, p.7.

¹² Maur Cocheril, *Note sur la Décoration de l’Église de l’Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós*, Edição da ADEPA, Alcobaça, 1983, p.63.

¹³ Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *ob. cit.* p.152.

¹⁴ *Idem, ob. cit., passim.*

uma forma original e a talha dourada afirmou-se como a mais significativa expressão desta originalidade. Existe, em Santa Maria de Cós, o novo tipo de retábulo unitário, de arquivoltas que prolongavam o movimento das colunas. Um novo estilo que Nelson Correia Borges designa de “D. Pedro II”¹⁵.

Trata-se de um retábulo cujo sotobanco apresenta em cada um dos lados uma porta de acesso à tribuna. Esta é ladeada por colunas pseudo-salomónicas (duas de cada lado – uma mais avançada do que a outra) que no fuste se encontram decoradas com folhagem (parras e cachos de uvas). Os capitéis são decorados com folhas de acanto. Entre cada par de colunas, nasce uma mísula, sobre a qual, do lado do Evangelho, se encontra a imagem de S. Bento e do lado da Epístola a imagem de S. Bernardo.

A tribuna é composta por uma estrutura arquitectónica aberta, na qual se insere um grupo escultórico representando a Sagrada Família. Sobre esta estrutura, ergue-se o trono eucarístico que expõe a imagem de Nossa Senhora da Assunção. As colunas que acompanham a tribuna terminam com um entablamento clássico, a partir do qual nascem as arquivoltas do coroamento (Fotos 4 e 5).

O espaço que se encontra entre o retábulo e o arco triunfal apresenta, ao nível do sotobanco, elementos decorativos em talha dourada. As paredes laterais e a abóbada encontram-se preenchidas com telas alusivas à vida de S. Bernardo (Fotos 7 e 8).

Na abóbada que separa a nave do presbitério, encontra-se colocada uma sanefa policroma com lambrequim ao centro, no qual se destacam dois anjos tenentes e, entre estes, um escudo partido com as armas reais e as da Congregação Cisterciense Portuguesa (Foto 6).

Frei Manuel de Figueiredo, em 1780, apresenta a seguinte descrição do presbitério: “A Igreja hê obra excellente pela Sua grandeza, elevação; e asseio. As escadas a devidem em maior Capella mor do que lhe dava o risco, e dentro desta tem o altar mor com huma magnifica tribuna em que Se venerão os peregrinos do Egipto, da parte do Evangelho S. Bento, e da Epistola S. Bernardo, e o arco, ou verdadeiramente a Capella mor dava o risco para esta Igreja adornado de excellentes pinturas [...]”¹⁶.

¹⁵ Nelson Correia Borges, *Arte Monástica em Lervão. Sombras e Realidade*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002, p. 368.

¹⁶ BNL – Códice 1479, fls. 20-27.

Nas paredes sul e norte da nave dos fiéis existem painéis de azulejo, intercalando os altares laterais preenchidos com retábulos de talha dourada¹⁷. Do lado do Evangelho existem três altares: o primeiro, destruído aquando das invasões francesas, apresenta uma caixa de talha dourada decorada com florões. Segue-se o altar das Almas, de talha simples a envolver tela pintada por Josefa de Óbidos, cerca de 1676, segundo Vítor Serrão, apresentando cartela epigrafada¹⁸ (Foto 10). O altar de S. José (hoje de Santo António) possui um retábulo que passamos a descrever: no banco destacam-se três painéis com cabeças aladas e ornatos vegetalistas e no corpo do retábulo, abre-se um nicho central, no qual se expõe a imagem de Santo António. Nas partes laterais, erguem-se duas colunas (uma de cada lado), com capitéis decorados com folhas de acanto. No coroamento, abre-se um nicho onde se expõe a imagem da Virgem.

Do lado da Epístola, abrem-se três altares: junto ao presbitério, apresenta-se um altar cuja invocação é desconhecida. Possui caixa de talha dourada em que os painéis interiores são ornados com parras e cachos de uvas. Na arquivolta, predominam os ornatos vegetalistas. No interior do altar encontra-se o sacrário. Segue-se o Altar de S. João Baptista, hoje em dia consagrado ao Sagrado Coração de Jesus que apresenta retábulo de talha dourada. Na sua descrição, podemos referir as seguintes características: no banco observam-se três painéis com ornatos vegetalistas, no corpo abre-se o nicho central no qual se expõe a imagem de Jesus Cristo e lateralmente encostam-se telas (duas de cada lado) com cenas da vida de S. João Baptista (Foto 9). O coroamento apresenta ornatos vegetalistas. O altar de Santo António (hoje, de Nossa Senhora de Fátima) apresenta um retábulo de talha maneirista podendo situar-se, segundo Cristina Sousa e Saul Gomes, no último terço do século XVII. No banco destacam-se três painéis, dois dos quais (os laterais) apresentam cabeças de anjos. No corpo abre-se o nicho central, onde se encontra a imagem de Nossa Senhora de Fátima. No coroamento temos um nicho ladeado por dois anjos. Nas tábuas laterais do corpo existem colunas com entrelaçados de ramagens. As colunas terminam em folhas de acanto. Neste

¹⁷ Sobre os azulejos da nave veja-se J. M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no Século XVII*, Tomo II, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1971, p.71.

¹⁸ Vítor Serrão, “A Arte da Pintura entre o Gótico Final e o Barroco na Região dos Antigos Coutos de Alcobaça”, *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR – Museu de Alcobaça, Lisboa, 1995, pp. 99 – 100.

corpo central, estão enquadradas quatro molduras, nas quais subsistem duas pinturas representando S. Bernardo e Santa Lutegarda.¹⁹

O catolicismo saído da Contra Reforma, aliado ao grande desenvolvimento da talha no nosso país, nos finais do século XVII e século XVIII, vai proporcionar a execução de obras magníficas em talha dourada, sobretudo retábulos. A arte passa a ser utilizada como um meio difusor das ideias contra reformistas. Esta arte plena de cor, luz, movimento e contrastes tem como finalidade conduzir os crentes no caminho para o paraíso supremo²⁰.

O coro apresenta-se orientado a nascente da nave. No seu alçado norte rasgam-se cinco janelas, na parede nascente, três e no alçado sul, quatro. Existem dois altares em talha dourada: no lado do Evangelho, o altar da Senhora do Milagre (hoje, do Senhor dos Passos) que apresenta um retábulo em cujo corpo se abre um vão com duas portas envidraçadas, sendo ladeado por quatro colunas pseudo-salomónicas (duas de cada lado) com ornatos de cachos de uvas, parras e aves. Sobre os capitéis coríntios existe um entablamento decorado com rostos de anjos. O coroamento apresenta duas arquivoltas que acompanham as colunas que ladeiam o vão central (Foto 12). No lado da Epístola encontra-se o altar de Nossa Senhora do Rosário (hoje, do Senhor da Coluna) que tem um retábulo idêntico ao anterior, mas conserva o banco com decoração vegetalista. No corpo apresenta dois vãos envidraçados, um rectangular e o outro, por cima, em forma de nicho, que entra um pouco pelo coroamento (Foto 11).

As paredes do recinto do coro são totalmente revestidas de azulejos azuis e brancos, datados de 1715²¹ (Fotos 13 e 14). O cadeiral destaca-se pela sua simplicidade. A sua estrutura é construída em madeira de carvalho, entre outras, das quais se destacam vários tipos: pau santo, pau preto, cedro, mogno e sucupira. Os embutidos são de buxo²², numa base de jacarandá²³. Compõe-se, actualmente, de 90 estalas, dispostas em duas fiadas. A fila de trás possui altos espaldares adossados à parede com painéis separados por pilastras. A fila da frente apresenta espaldares pouco elevados. É datado do princípio do século XVIII, tendo sofrido

¹⁹ Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *ob. cit.*, p.154.

²⁰ José Sidónio Menezes da Silva, *O Mosteiro das Chagas de Lamego*. Vivências, Espaços e Espólio litúrgico 1588-1906, Quarteto Editora, Coimbra, 2002, p.96.

²¹ J.M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVII*, tomo I, Elenco, Lisboa, 1971, p.71.

²² Arbusto das buxáceas de folhas perenes e madeira muito dura. O seu nome científico é *buxus sempervirens*.

²³ Jacarandá é uma árvore que possui madeira pesada e muito resistente, sendo utilizada em construções, marcenaria, entalhes, móveis, cabos de ferramentas entre outros usos. O nome científico do Jacarandá é *Platymiscium floribundum*. É encontrado desde o Rio de Janeiro até santa Catarina na floresta pluvial atlântica. Esta informação foi-nos gentilmente cedida pelo Dr. Bruno Assis e Dr. Lufs Filipe da Silva.

danos consideráveis ao longo do tempo. Em 1977, iniciou-se o seu processo de restauro pela Fundação Ricardo Espírito Santo. Sem pinturas, nem esculturas, apresenta um único motivo de decoração que se repete embutido em todos os espaldares: um S entrelaçado numa seta, a que se sobrepõe uma coroa real. Na perspectiva de Robert Schmit²⁴, este S pode ser uma alusão a D. Sancho I. Maria Augusta Trindade apresenta uma outra hipótese: o embutido no espaldar do cadeiral de Cós poderá representar um símbolo de louvor a Santa Maria Virgem Mãe²⁵ (Foto 15).

Na parede nascente do coro abre-se um portal manuelino, composto por duas esferas armilares. Da verga central emerge o brasão real com coroa e cruz de Cristo sobre ela, numa gramática manuelina. Este portal foi transferido de outro local e deve ter sido mudado para aqui tardiamente. A base do portal assenta sobre um plinto que coincide com a modelação dos embasamentos de portais e arcos de altares da igreja que devem datar de 1660-1670. Apresenta sinais nítidos de que não pertenceria ao local onde se encontra a avaliar pelas lacunas existentes. Pela beleza e elaborada decoração que o portal apresenta, atrevemo-nos a levantar a hipótese de que poderia ter sido retirado da entrada da primitiva igreja quinhentista (Foto 16).

O tecto da igreja é constituído por um abobadado de madeira dividido em oitenta caixotões dispostos em cinco fiadas e pintados em policromia²⁶ (Foto 17). As pinturas do tecto da nave da igreja representam, todas elas, alegorias e contêm dísticos em latim, baseadas em temas do Velho Testamento e aplicadas na sua maior parte à Virgem Maria. As pinturas do tecto do coro das monjas reproduzem personalidades da Ordem Beneditina e Cisterciense, alternando com pinturas alegóricas consagradas ao culto do Sagrado Coração de Jesus e de Maria. Na fiada central, painéis de medalhões alternam com pinturas evocativas de cenas da vida da Virgem, de entre as quais destacamos o painel da coroação da Virgem, e outro,

²⁴ Robert Smith, *Caideirais de Portugal*, Lisboa, 1958, p.37.

²⁵ Maria Augusta Trindade, O Sentido da Decoração no Painel do Espaldar do Cadeiral de Cós, *Actas do Congresso Internacional Para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, 1978, p. 430, policopiado.

²⁶ Sobre este assunto vejam-se Maur Cocheril, *Note sur la Décoration de l'Église de l'Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edição da ADEPA, Alcobaça, 1983, pp. 24-25 e Vítor Serrão, "A Arte da Pintura entre o Gótico Final e o Barroco na Região dos Antigos Coutos de Alcobaça", *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR – Museu de Alcobaça, Lisboa, 1995, pp. 105-107.

representando a Virgem da Misericórdia com a legenda *Mãe dos Cistercienses*. A coroa do painel é semelhante à coroa que decora os espaldares do cadeiral²⁷.

O inventário do extinto mosteiro das religiosas de Cós apresenta a seguinte descrição do coro: “Hum Magestoso Templo, com seu Coro ao fim, no mesmo pavimento, e devidido com huma grade de Madeira pintada, e parte dourada, sendo a Igreja ladrilhada de pedra branca, tendo dois estrados de madeira aos lados, e o Coro todo sualhado de madeira de pinho e em sircomferencia ornado de cadeiras de pao preto embotidas no mesmo Coro... Humma Caza de Orgão sem elle. Dois Altares, hum da direita outro da esquerda. O da direita contém as Jmagens de Nossa Senhora do Desterro, São José e Menino Jesus, e Nossa Senhora do Rosário. O da esquerda contem hum quadro fixo”²⁸.

Em geral, podemos dizer que as igrejas das abadias femininas da Ordem de Cister são mais pequenas e de uma só nave, se as compararmos com as dos monges, já que, salvo algumas excepções, as comunidades de monjas eram muito menos numerosas.

A igreja do mosteiro de Santa Maria de Cós apresenta uma planta longitudinal rectangular com nave única, estreitando na cabeceira, a oeste, em rectângulo menor justaposto. O rectângulo maior corresponde ao primeiro tramo do presbitério, nave e coro das monjas. A norte encontram-se adossadas a sacristia e duas dependências anexas rectangulares. A sul apresenta-se a portaria encimada pela torre sineira e perpendicularmente, encontra-se uma ala do antigo dormitório (Des.2).

As coberturas estão diferenciadas: de telhados a duas águas na igreja e dormitório, e a uma água na sacristia e dependências anexas.

O alçado poente, onde se rasga uma pequena janela de moldura rectangular, é rematado por um frontão triangular, encimado por uma cruz pétrea (Fig.4). No alçado sul, o corpo da igreja apresenta quatro janelas e sob a quarta, abre-se o portal de moldura rectangular com data de 1671 inscrita no lintel, encimado por arquitrave e frontão triangular interrompido. No tímpano apresenta-se o brasão real de D. Pedro II, emoldurado por cartela de volutas (Foto 18).

²⁷ Maria Augusta Trindade, *ob.cit.*, p. 429.

²⁸ ANTT – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Conventos Extintos, Cós*, Cx. 2263, Doc. 421.

A torre, situada a sul do corpo da igreja, tem planta quadrada. Observam-se cinco níveis separados por frisos: no primeiro, apresenta-se uma porta que dá acesso a um pequeno compartimento, que permite a entrada na nave dos fiéis e nos restantes patamares da torre (Foto 19). No segundo e terceiro níveis, rasgam-se janelas gradeadas de moldura rectangular. No quarto nível, salientam-se os vãos em arco pleno entaipados. O quinto nível é menor e é rasgado por quatro arcaturas cegas (Foto 20).

Esta torre foi, seguramente, o mirante na sua configuração original, a avaliar pela existência de vãos abertos no coroamento do edifício ao nível do relógio. O maior rigor pós tridentino determinava que nenhuma religiosa pudesse sair do Mosteiro depois de professar: “Nenhuma pois das Religiosas possa depois da Profissão sahir do Convento, ainda que por breve tempo, qualquer que seja o pretexto, salvo se houver alguma legitima causa, que o Bispo approvar, não obstando quaesquer indultos e privilégios”²⁹. O rigor exigido pode ter tido como consequência o surgir de novos espaços de recreação, permitindo às monjas avistarem as terras que rodeavam o mosteiro e, conseqüentemente, o contacto com a realidade exterior à clausura. Esta situação pode ter sido determinante no aumento do número de mirantes nos mosteiros femininos, ocorrido ao longo do século XVII³⁰.

3.3 - Construções anexas

3.3.1 – Sacristia

Do lado norte, junto ao presbitério, uma porta dá acesso à sacristia. Este espaço, de planta rectangular, apresenta um revestimento total das paredes com azulejos do século XVIII. A parte inferior das paredes é revestida de azulejos de jarra e a parte superior forrada com oito painéis de azulejo, historiando a vida de S. Bernardo. Na opinião de Maur Cocheril, as dez cenas agrupadas nos oito painéis da sacristia de Cós constituem o mais interessante dos quatro

²⁹ Concílio de Trento, 2º tomo, Lisboa, 1807, Sessão XXV, cap. V.

³⁰ José Sidónio Meneses da Silva, *O Mosteiro das Chagas de Lamego*, Quarteto Editora, Coimbra, 2002, p. 120.

conjuntos de azulejos historiados, consagrados ao Abade de Claraval³¹ (Fotos 21 e 22). Os outros três encontram-se na sacristia da abadia de Santa Maria do Bouro, no Minho, e nas igrejas das abadias de S. Bernardo de Portalegre e de S. Bento de Castris³². Na parede norte, rasga-se uma janela composta de conversadeiras e a parede poente apresenta uma janela de menor dimensão.

Outrora pintado, o tecto da sacristia apresenta-se, hoje, com a simplicidade da madeira limpa. O estado a que chegou a pintura dos painéis, devido a problemas de humidade, conduziu a que estes fossem retirados, a fim de se proceder ao respectivo restauro. No entanto, encontram-se no mosteiro, há já algum tempo, aguardando a sua colocação, quando forem solucionados os problemas de humidade proveniente da cobertura.

A seguir, para nascente, encontramos a ante sacristia que comunica com a nave dos fiéis através de uma porta. Adossadas à parede poente, encontram-se as escadas que dão acesso ao púlpito. Na parede norte, rasgam-se três janelas com dimensões diferentes: nos extremos da parede, surgem duas janelas menores, e a meio, uma janela de maior dimensão, com conversadeiras. O tecto, de madeira, apresenta sinais de infiltração de águas pluviais.

Duas outras passagens abobadadas dão ligação a um compartimento mais espaçoso que comunica, por sua vez, através de uma porta, com o coro das religiosas. Este compartimento, rectangular, está a nascente da ante sacristia³³.

A sacristia e compartimentos anexos encontram-se adossados ao alçado norte do corpo da igreja. Como cobertura desta construção, temos um telhado de uma água.

3.3.2 – Dormitório

O dormitório é um edifício em avançado estado de ruína, situado a sul e perpendicularmente à igreja (Fotos 23, 24 e 25). Tem planta rectangular e é composto por dois pisos (Des.2). No seu interior, no piso térreo, podemos identificar três capelas que fariam, certamente, parte do conjunto das capelas do claustro, das quais a documentação nos dá

³¹ Maur Cocheril, “Les Ajulejos de l’Abbaye Cistercienne de Cós en Estremadura”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1974, pp. 183-197.

³² Idem, *Note sur la Décoration de L’Église de L’Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós* (Alcobaça), Edição da ADEPA, Alcobaça, 1983, p. 63.

³³ Idem, *ob. cit.*, p. 64.

notícia³⁴. As respectivas paredes apresentam vestígios de revestimento de azulejos, bem como se pode, ainda, observar a pintura mural (Fotos 27, 28 e 29).

Ainda neste piso, situa-se a “casa da grade”, antecedida, a poente, por um corredor abobadado com 2,80 de largura que seria, certamente, a sala das visitas com acesso directo ao exterior (Foto 31). A comunicação com a sala para onde entravam as monjas era feita através da grade que permitia que as pessoas se vissem e conversassem, mas tornava praticamente impossível qualquer contacto físico (Fotos 30 e 32). O vão da antiga grade tem 1,60m de distância entre os dois lados. A troca de objectos era feita através de uma abertura, do lado esquerdo da grade, com 0,50m de distância entre os lados. A abertura teria, certamente, uma roda giratória³⁵.

No primeiro andar, o edificio divide-se, em todo o seu comprimento, em duas partes, com celas a nascente e a poente, divididas por um corredor central que se estende ao longo do edificio, com de 2,00 m de largura (Foto 33). As celas, de planta quadrada, medem de 3,50 m de lado. No interior das celas, para além da janela, podemos observar o armário (Foto 34). O pavimento era ladrilhado de tijolo, como ainda se pode ver. Nas paredes rasgam-se janelas com 1,20m de largura e 2,40 m de altura. O tecto do dormitório é construído em abóbada de tijolo ao cutelo.

No exterior, o primeiro piso do alçado poente do dormitório é de difícil descrição, não é possível uma visão de conjunto, por se encontrar dividido por muros que delimitam as propriedades particulares. Relativamente ao segundo piso, podemos observar a existência de oito vãos de janela, seis dos quais em avançado estado de degradação (Foto 24). O alçado nascente do dormitório apresenta a norte, uma casa de habitação incorporada no edificado. No piso térreo, observam-se vãos entaipados que seriam, certamente, de acesso ao antigo claustro. No piso superior abrem-se vãos de janela correspondentes a cada cela interior e a alvenaria apresenta-se desagregada na zona de contacto com a casa de habitação. O edificio em ruína não apresenta cobertura. A avaliar pelos vestígios, teria tido um telhado composto de duas águas (Foto 26).

³⁴ ANTT - Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Conventos Extintos, Cós*, Cx. 2263, Doc. 421.

³⁵ Nelson Correia Borges, *ob. cit.*, p.280.

O edifício do dormitório prolongava-se para sul, a necessidade da abertura da estrada para a castanheira conduziu à demolição de parte do dormitório, bem como do edificado que se localizava a sul do referido edifício. Os trabalhos de escavação arqueológica realizados na Rua Afonso Barbosa permitiram definir uma camada de derrube com abundantes fragmentos de materiais de construção, nos quais abundam argamassas com grandes percentagens de cal e muitos fragmentos de cerâmica de construção (tijolo, tijoleira e telha de meia cana). A concentração de material cerâmico de construção corresponde ao derrube de um corredor abobadado semelhante ao da ala do dormitório. Foram ainda localizados, painéis de azulejo bem conservados pertencentes à estrutura monástica. Estes localizam-se entre o nível de piso original e 1,40 m de altura e estão a 0,40 m abaixo do nível da estrada. Os painéis de azulejo estariam em estreita relação com os compartimentos demolidos. É ainda digno de registo, o aparecimento de utensílios de uso culinário, tais como: fragmentos de recipientes; formas; pratos; taças e bordos de alguidar³⁶. A avaliar pela localização dos referidos vestígios, a cozinha do mosteiro localizar-se-ia provavelmente na parte mais a sul do complexo monástico e, desta forma, na proximidade da nascente de água que abastecia o mosteiro.

3.4 – Cerca monástica

Os edifícios conventuais eram envolvidos por terrenos mais ou menos vastos, isolados do exterior por um muro alto que os cercava. Pode observar-se, ainda hoje, a nordeste do monumento, a existência de algumas partes do muro da cerca que delimitava a área envolvente do Mosteiro de Santa Maria de Cós (Foto 35).

Em todas as cercas monásticas, em maior ou menor número, se ergueram capelas devocionais. Algumas não passavam de pequenos oratórios de arquitectura muito simples, que não resistiram ao abandono a que foram votadas ainda no século XIX. Eram locais de oração e meditação, onde as monjas podiam fazer os seus retiros espirituais no mais íntimo contacto com a natureza³⁷.

³⁶ António Jorge Ferreira Figueiredo, *Relatório de escavação arqueológica. Rua Afonso Barbosa, Cós (Alcobaça)*, IPA, Processo 2001/ 1 (015), policopiado.

³⁷ Nelson Correia Borges, *ob.cit.*, p.348.

Na cerca do Mosteiro de Cós, existiram sete capelas localizadas em local proeminente do terreno, um monte designado de Monserrate. Existia uma capela dedicada a Nossa Senhora de Monserrate e junto a esta estavam outras seis de menor dimensão. O terreno estava repleto de arvoredos e flores destinadas à decoração das capelas³⁸.

A documentação refere, ainda, a existência de uma fonte que fazia o abastecimento de água ao mosteiro. Esta fonte ainda se pode observar dentro da cerca monástica que, actualmente, constitui propriedade particular. É de salientar o bom estado de conservação que a fonte apresenta. O seu interior é construído em abóbada de tijolo ao cutelo. Das diversas “arquitecturas” que compunham a cerca monástica de Cós, resta apenas esta fonte (Fotos 36, 37 e 38).

³⁸ Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *ob.cit.*, p. 272.

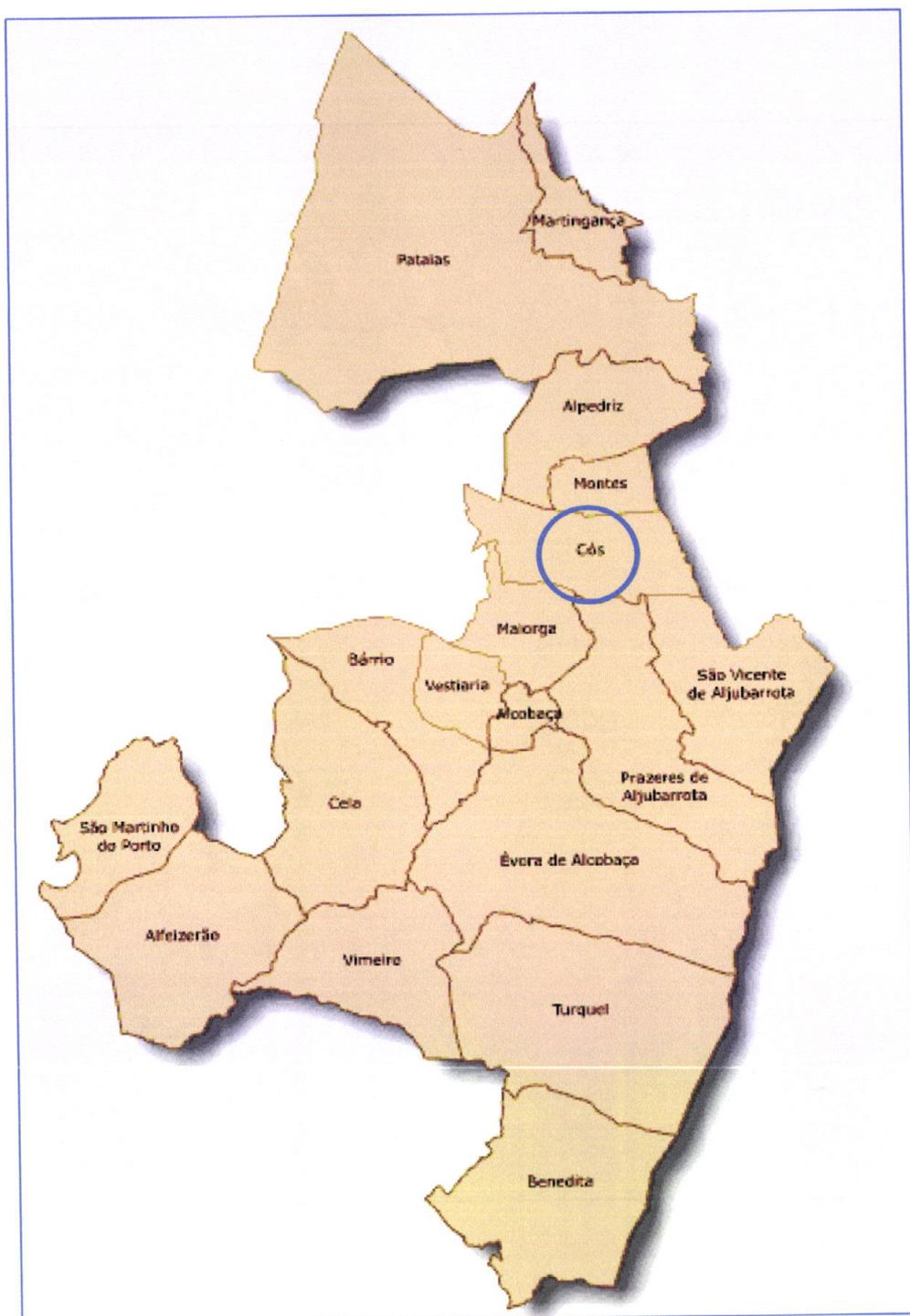


Fig. 1 – Concelho de Alcobaça: localização de Cós.

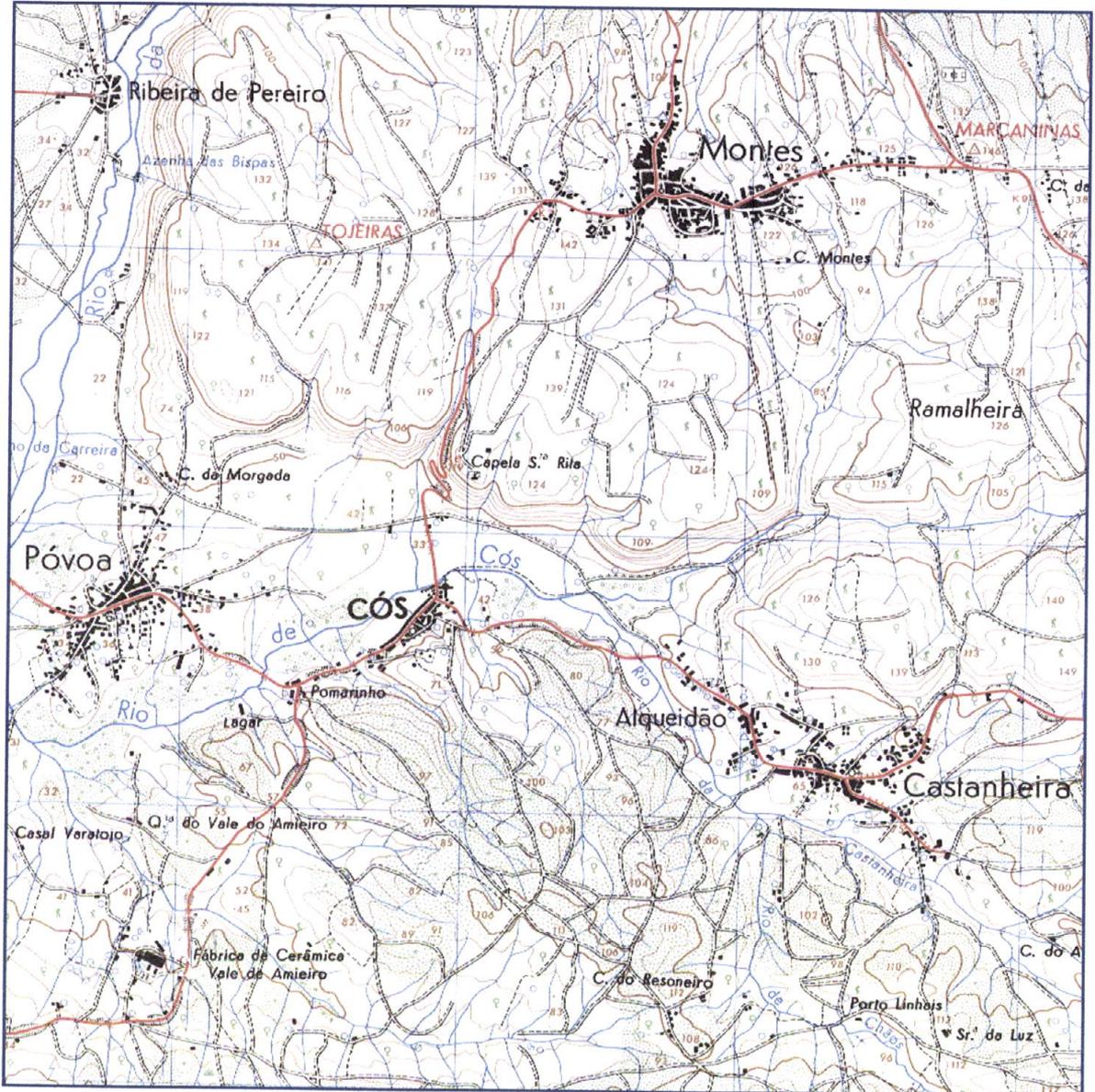


Fig. 2 – Carta Topográfica Escala 1:25000

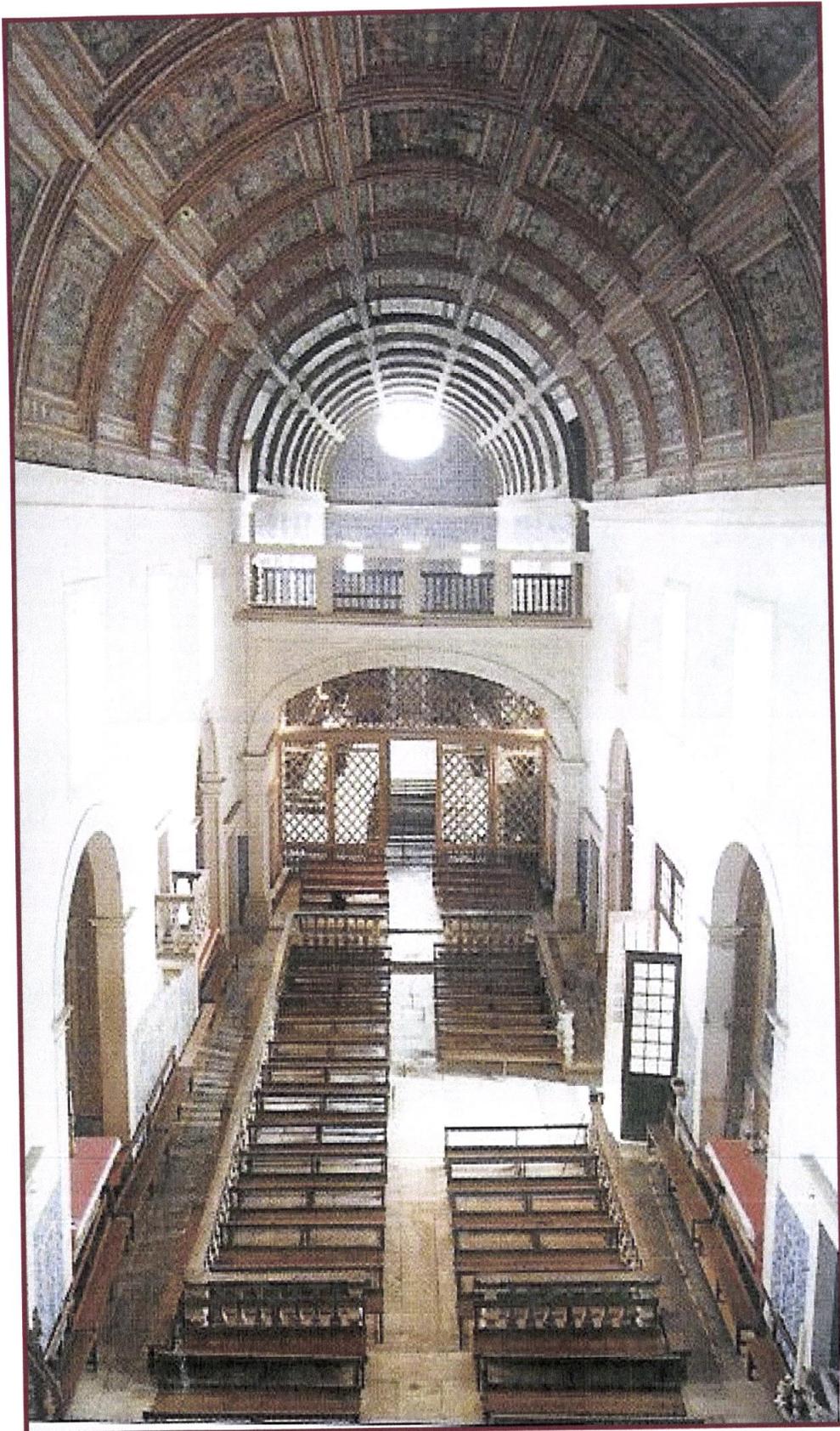


Foto 2 – Interior da igreja e coro das monjas.
Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saúl António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p. 519



Foto 3 – Retábulo do presbitério da igreja.

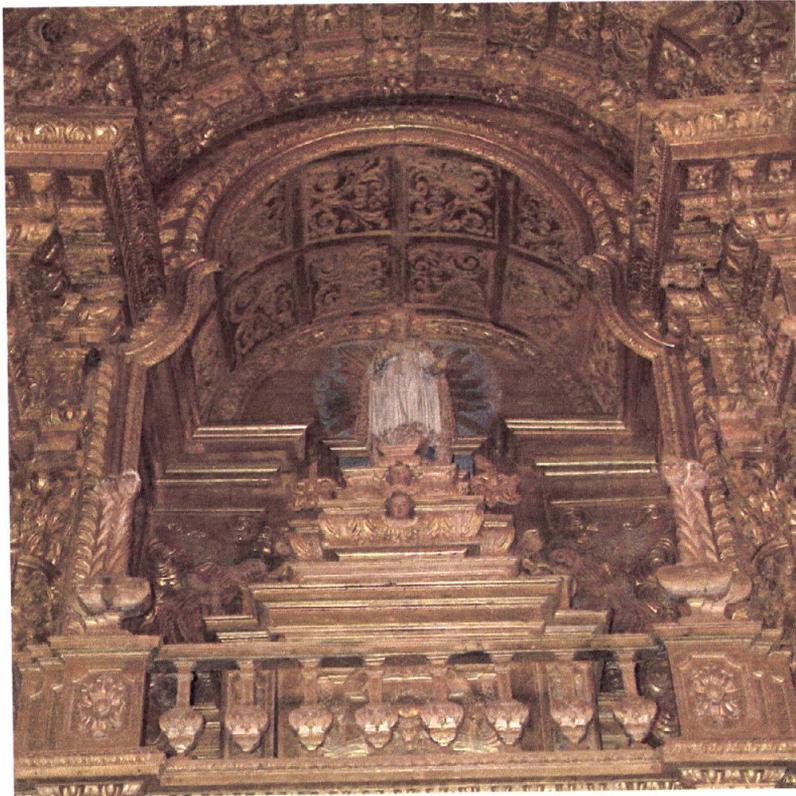


Foto 4 – Trono Eucarístico: retábulo do presbitério.

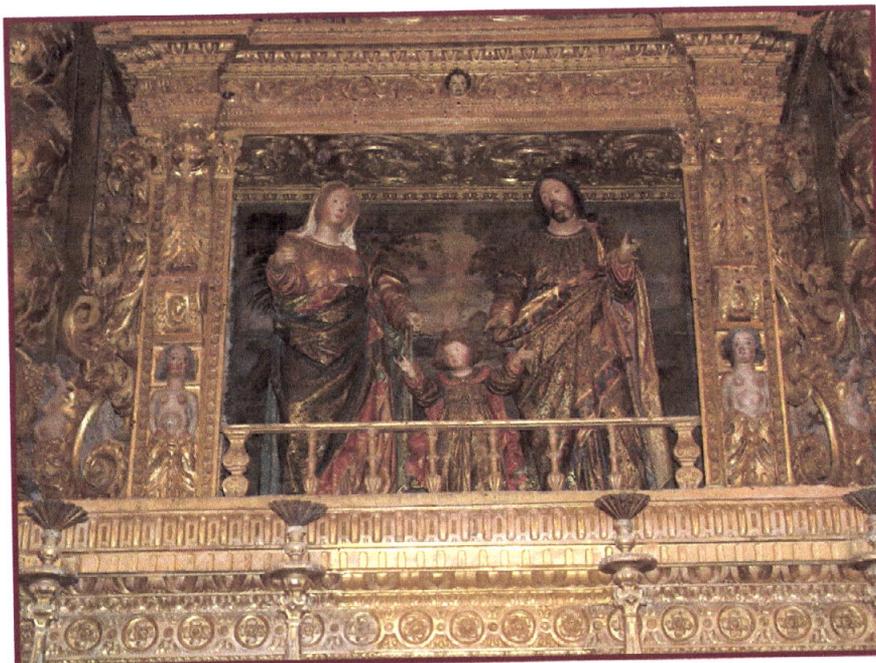


Foto 5 – Sagrada Família: retábulo do presbitério.



Foto 6 – Sanefa policroma do retábulo do presbitério.



Foto 7 – Imagem de S. Bernardo: retábulo do presbitério.

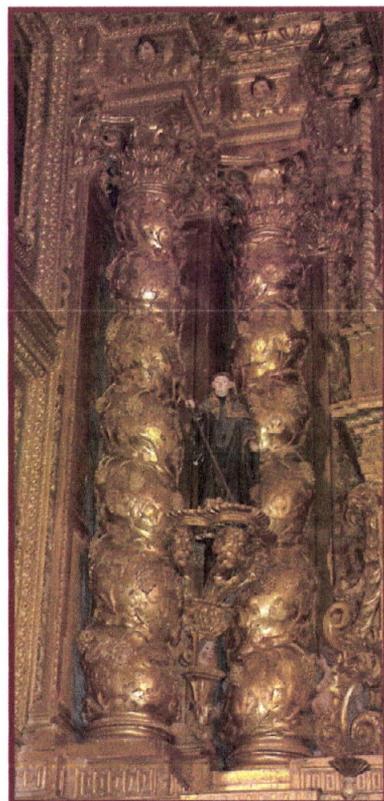


Foto 8 – Imagem de S. Bento: retábulo do presbitério.



Foto 9 – Altar de S. João Batista (hoje do Sagrado Coração de Jesus). Parede norte da nave dos fieis.



Foto 10 – Altar das almas com pintura alusiva ao Purgatório de Josefa de Óbidos. Parede sul da nave dos fieis.



Foto 11 – Altar da N. Sra. do Rosário (hoje do Senhor da Coluna). Parede norte do coro.



Foto 12 – Altar da N. Sra. do Milagre (hoje do Senhor dos Passos). Parede sul do coro.

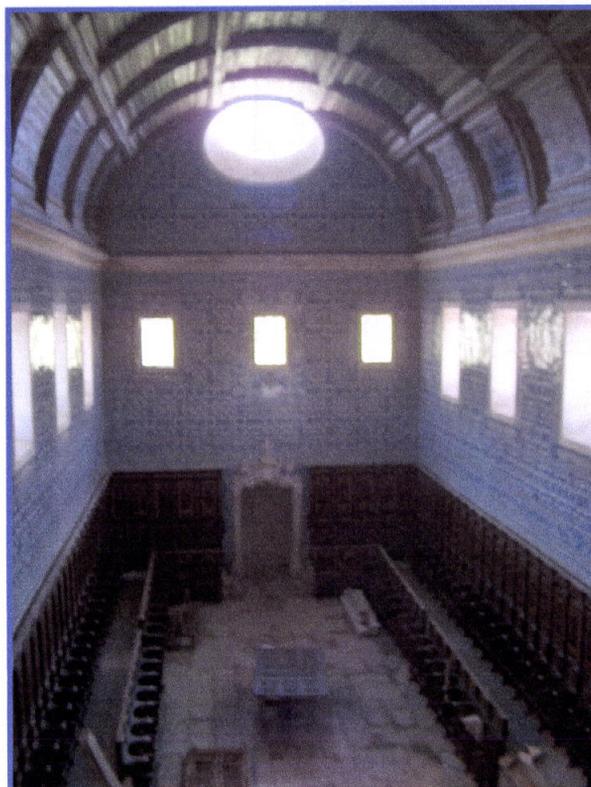


Foto 13 – Vista geral do coro das monjas.



Foto 14 – Parede norte do coro.



Foto 15 – Cadeiral do coro.

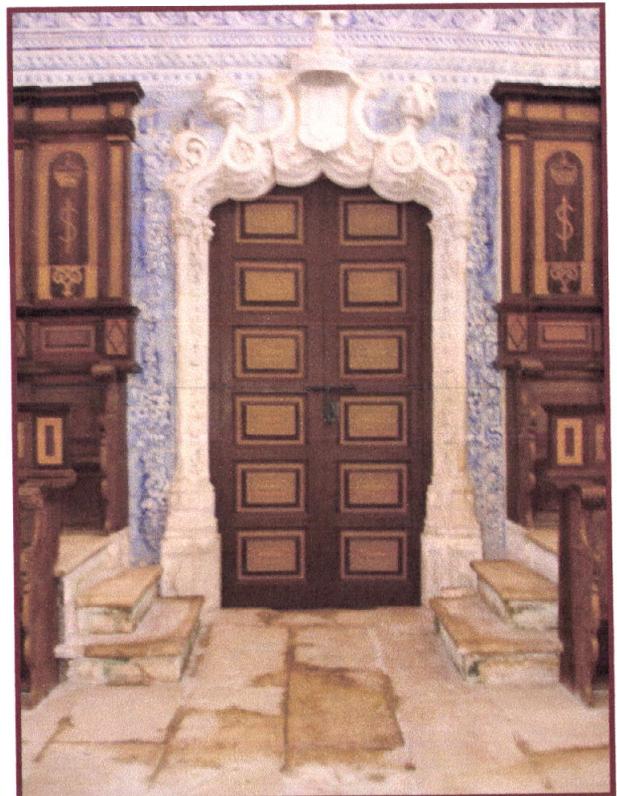


Foto 16 – Portal manuelino.



Foto 17 – Tecto apanelado da igreja pintado em policromia.



Fig.4 – Alçado poente da igreja.



Foto 18 – Portal da igreja.

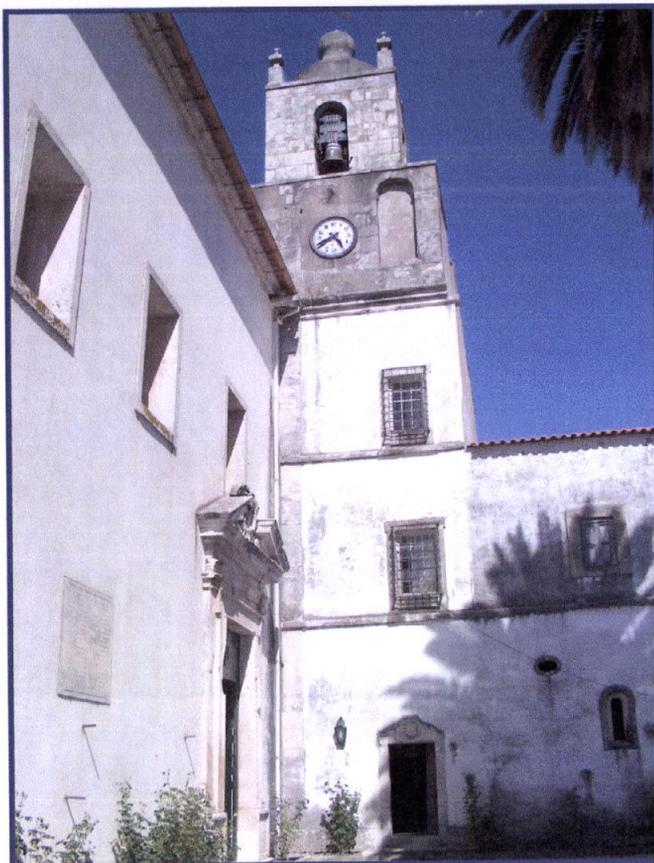


Foto 19 – Torre sineira.



Foto 20 – Torre sineira: níveis superiores.



Foto 21 – Sacristia: parede nascente.



Foto 22 – Painel de azulejo alusivo a S. Bernardo.



Foto 23 – Edifício do antigo dormitório situado a sul e perpendicular à igreja.



Foto 24 – Alçado poente do antigo dormitório.



Foto 25 – Vista parcial do edifício do antigo dormitório devido às estruturas que lhe foram adossadas.



Foto 26 – Alçado nascente do dormitório.



Foto 27 – Piso térreo do antigo dormitório.



Foto 28 – Tecto decorado de uma das capelas adjacentes ao antigo claustro.

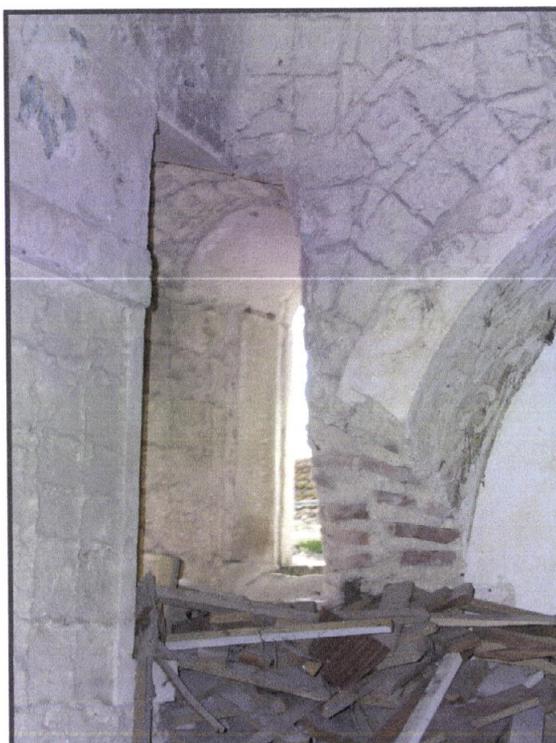


Foto 29 – Capela adjacente ao antigo claustro.



Foto 30 – Casa da grade situada no piso térreo do dormitório.



Foto 31 – Corredor abobadado que antecede a casa da grade.

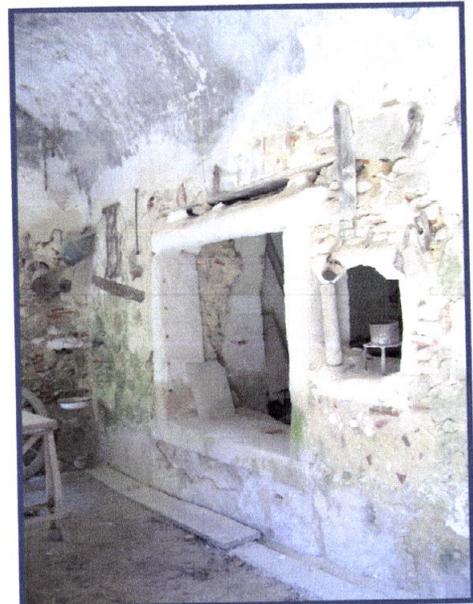


Foto 32 – Vão da antiga grade.



Foto 33 – Corredor abobadado do dormitório das monjas.

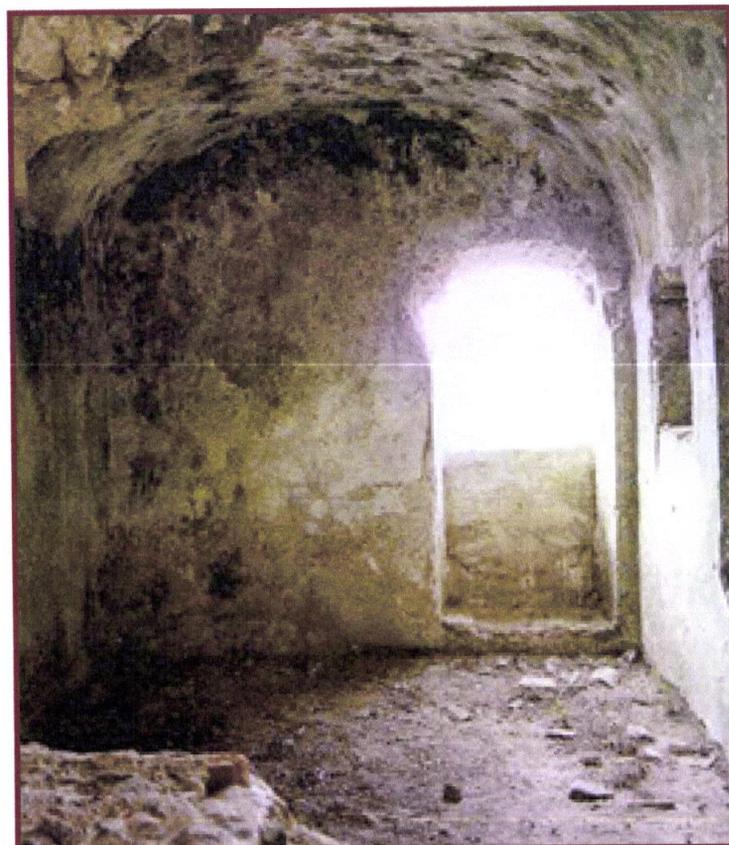


Foto 34 – Interior de uma antiga cela.



Foto 35 – Muro da antiga cerca monástica. Vista norte.

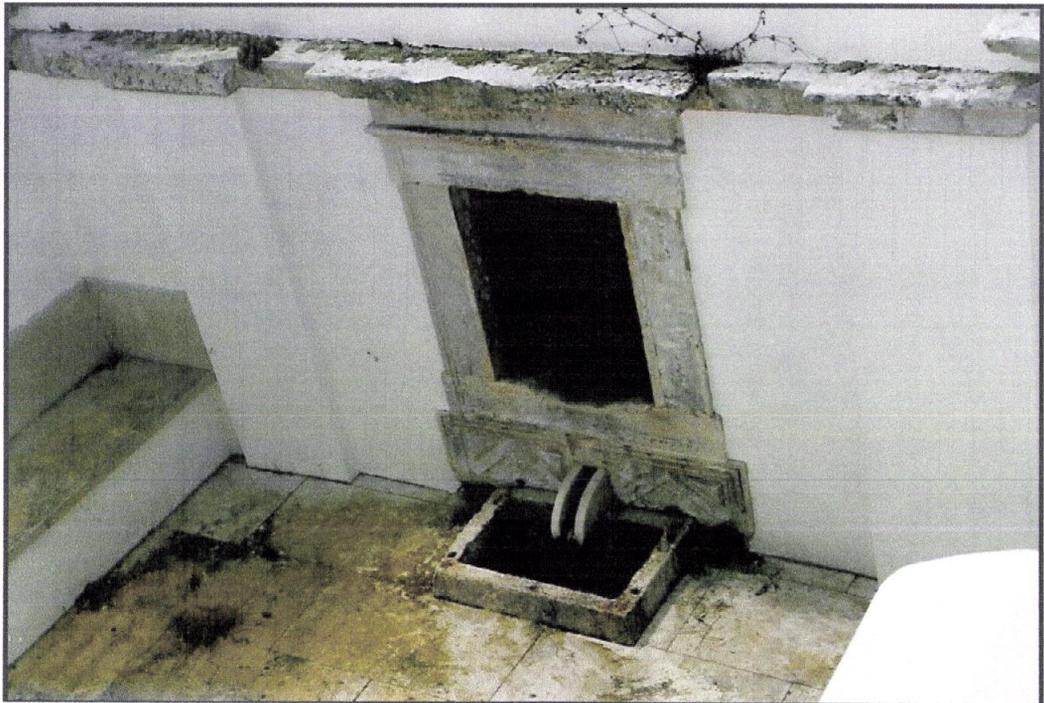


Foto 36 – Fonte localizada no espaço da antiga cerca monástica.

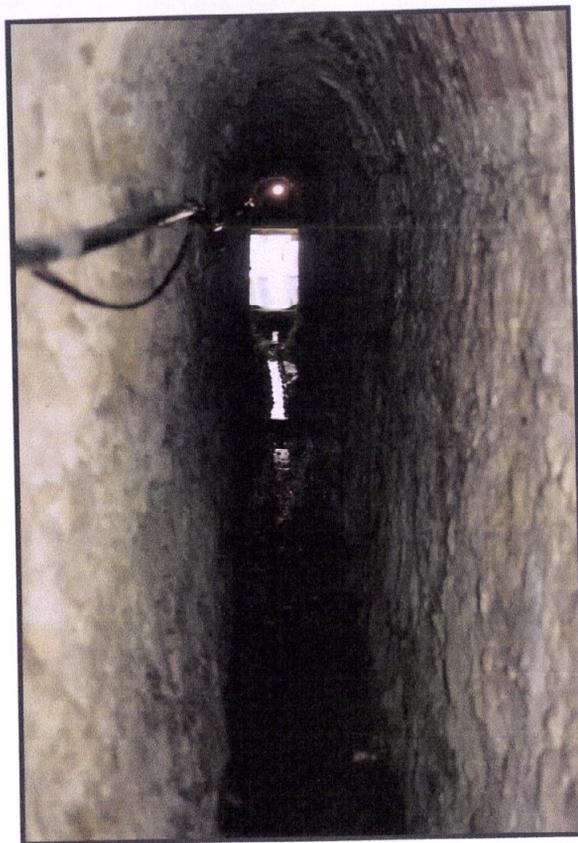


Foto 37 – Corredor abobadado da nascente.



Foto 38 – Abóbada com tijolo ao cutelo.

Capítulo IV – Materiais e Sistemas Construtivos

4.1 - Materiais de construção

A povoação de Cós insere-se na região a oeste da serra dos Candeeiros que é bastante diversificada a nível geológico. Esta zona caracteriza-se pela existência de uma variedade de recursos minerais extraídos nas diferentes formações. A sua localização geográfica testemunhou fenómenos tais como as sucessivas subidas e descidas do nível do mar. Segundo a carta geológica de Portugal, a região situa-se na Orla Mezocenozóica que corresponde aproximadamente à Estremadura e Beira Litoral: zonas onde os sedimentos apresentam grande espessura, sendo maioritariamente as rochas aflorantes de origem sedimentar¹. Assim, por todo o maciço calcário estremenho são explorados calcários do Jurássico Médio. Na região dos Coutos de Alcobaça é explorado o Vidraço de Moleanos, o Vidraço da Ataíja e o Semi-Rijo².

Os materiais utilizados na construção do mosteiro de Santa Maria de Cós são, certamente, provenientes da região envolvente. A pedra irregular terá sido extraída na encosta localizada a norte da igreja. O tijolo e a telha eram também produzidos na zona de Cós, onde os barros se caracterizam por uma elevada percentagem de areia, facto que contribui para a produção destes materiais de construção³.

As paredes foram construídas em alvenaria⁴ de pedra irregular e as aberturas dos vãos de janelas e portas apresentam-se regularizadas com tijolo maciço, definindo a forma rectangular das mesmas. O revestimento é feito em cantaria.

A madeira, sendo um material de construção de significativa importância, encontra-se aplicada em portas e nos portados das janelas da sacristia e ante-sacristia. A armação do

¹ David Rothery, *Geologia*, Publicações Europa América, Mem Martins, 2002, p.118.

² Nuno Furtado Marques, “Geologia”, *Roteiro Cultural da Região de Alcobaça*, Câmara Municipal de Alcobaça, Alcobaça, 2000, p. 223.

³ João da Bernarda, “A Arte da Cerâmica no Mosteiro e nos Coutos Alcobacenses”, *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR, Lisboa, 1995, p. 121.

⁴ Dá-se o nome de alvenaria aos maciços compostos de materiais duros, pedras ou tijolos, cuja união se consegue, quer pela sua disposição relativa quer pela interposição de um produto ligante como a argamassa. Sobre este assunto veja-se João Mascarenhas Mateus, *Técnicas tradicionais de Construção de Alvenarias. A Literatura Técnica de 1750 a 1900 e o seu Contributo para a Conservação de Edifícios Históricos*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p. 70.

telhado dos referidos compartimentos, construída em madeira, foi substituída por pré-esforçado em 1959, aquando da intervenção de consolidação de paredes através de cintas de betão armado.

A madeira é também aplicada no apainelado de caixotões que serve de tecto à igreja e coro da mesma, assim como à sacristia e ante-sacristia. Enquanto matéria-prima de obras de arte decorativa, apresenta-se em altares sob a forma de talha dourada, cadeiral do coro, grade de divisão entre a igreja e o coro e móveis da sacristia.

Os materiais cerâmicos encontram-se sob a forma de azulejos e tijoleira. Os azulejos revestem grande parte das paredes da nave dos fiéis e, por inteiro, as da sacristia e do coro. Datados de finais do século XVII, são de cor azul e branca e foram colados nas paredes com uma argamassa de cal e areia.

A igreja e anexos apresentam um pavimento constituído por lajes de calcário. No edifício do antigo dormitório podemos ainda observar, em algumas celas, um revestimento em mosaico cerâmico.

4.1 Técnicas construtivas

As técnicas de construção de um monumento dependem do tipo de materiais existentes na região em que o mesmo se encontra inserido. Assim, os recursos naturais determinam a forma de construir.

No Mosteiro de Santa Maria de Cós podemos observar as seguintes técnicas construtivas:

- Alvenaria ordinária de pedra (fundações e paredes);
- Alvenaria de tijolo (abóbadas);
- Pedra aparelhada (portas e janelas, cunhais, escadas e pavimentos).

As obras de instalação da rede de saneamento básico realizadas na povoação de Cós permitiram identificar, na Rua de Santa Rita, entre a ponte e a actual entrada para o adro da igreja, a presença de grandes blocos de calcário, existentes a partir de 1,00 m de profundidade. Os blocos com pesos superiores a uma tonelada apresentavam formas indefinidas e teriam sido

ali depositados tal como saíram do local de extracção⁵. Tratar-se-á, provavelmente, de uma forma de consolidar um terreno que apresentava como característica um nível freático alto ao qual era necessário conferir estabilidade. Em relação às fundações pode admitir-se que as mesmas terão sido construídas de forma contínua, acompanhando e excedendo o limite das bases das paredes que nelas assentam. Constituem fundações directas⁶ e os materiais e técnicas construtivas empregues serão idênticos aos dos paramentos.

As paredes são igualmente em alvenaria de pedra irregular e tijolo, tendo como ligante a argamassa tradicional⁷. As paredes resistentes⁸ da igreja apresentam a largura de 1,70 m. No edifício do antigo dormitório as paredes resistentes têm 1,20 m de largura e as paredes interiores 0,70 m (Foto 39). As paredes resistentes, sendo largas e pesadas, têm a função de conseguirem mobilizar a resistência mecânica necessária para garantir a estabilidade do conjunto por forma a suportarem forças horizontais deslizantes e derrubantes, como por exemplo impulsos de terra, choques acidentais, sismos e acção do vento. Para além das razões de natureza estrutural existem outras razões que se prendem com a função que estas paredes desempenham na protecção do interior em relação à acção do vento e da água da chuva⁹. Também os revestimentos exteriores desempenham um papel fundamental na protecção do interior do edificado. No caso em estudo, os rebocos originais com base em argamassas de cal

⁵ Informações gentilmente cedidas pelo Dr. António Figueiredo, Técnico Superior de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcobaça que fez o acompanhamento arqueológico da instalação da rede de saneamento básico em Cós, Póvoa e Castanheira, realizada no ano 2000.

⁶ João Augusto da Silva Appleton, *Edifícios Antigos. Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, LNEC, Lisboa, 1991, p.10.

⁷ Este tipo de construção com pedras de dimensões e forma irregulares apresentava diversas vantagens em relação à pedra de talha: facilidade de elevação e manipulação, menor custo, rapidez de execução e não exigia mão-de-obra especializada. Estas alvenarias construídas com pedra em bruto obedeciam às regras da construção da alvenaria em pedra talhada. Mesmo nestes sistemas procurava-se garantir, durante a execução, as regras de horizontalidade das fiadas e a verticalidade dos paramentos. Eram, por isso, fundamentais os seguintes procedimentos: a rega prévia dos blocos, de modo a não absorverem rapidamente a água das argamassas; a escolha da melhor disposição de cada bloco, no caso de médias e grandes espessuras, o assentamento prévio dos blocos dos paramentos, seguido da colocação dos blocos mais pequenos de preenchimento do núcleo; o assentamento de cada bloco sobre uma camada de argamassa e preenchimento dos intervalos com pequenos fragmentos de pedra; a garantia de que nenhum bloco ficasse em contacto com outro, sem ser separado por argamassa; o assentamento por fiadas grosseiramente niveladas seguindo planos inclinados; o nivelamento sistemático a alturas regulares.

⁸ Para João Appleton, as paredes resistentes são as que representam um papel relevante na estrutura do edifício, no que se refere a cargas verticais, nomeadamente as de natureza gravítica, e também as forças horizontais como o vento e os sismos. Na linguagem corrente são identificadas como paredes mestras.

⁹ Sobre este assunto veja-se João Appleton, "Tecnologias de intervenção em edifícios antigos. Consolidação de estruturas", CCRLVT, Lisboa, Março 1993.

e areia, apenas se podem observar actualmente no edifício do antigo dormitório (Foto 40). Na igreja e anexos procedeu-se à picagem do reboco original e aplicação de reboco em cimento, fruto de intervenções realizadas na década de 1970. O reboco original apresenta uma espessura substancial que resulta da necessidade de protecção das paredes e da sua irregularidade geométrica. Assim, os rebocos eram, na sua maioria, constituídos em três camadas com argamassas de composições variáveis e eram executadas com intervalos de tempo que permitiam a sua secagem e endurecimento. A resistência de cada camada variava consoante o traço da argamassa e a granulometria da areia¹⁰. O acabamento das paredes foi realizado através da caição a branco, uma vez que não se encontram outras policromias.

Outro aspecto construtivo fundamental está ligado à execução de aberturas nas paredes para a existência de portas e janelas. A abertura dos vãos implica a necessidade de se proceder ao reforço da periferia da abertura. O vandalismo a que foi sujeito o mosteiro de Cós permite-nos observar que a solução construtiva adoptada foi a da aplicação dos arcos de descarga construídos em tijolo maciço, sendo, depois, revestidos a cantaria (Fotos 41 e 42). A este propósito, cite-se João Appleton: “Os arcos de tijolo maciço são realizados com elementos iguais entre si, de secção paralelepipedica, em que a forma arqueada é aproximada por uma poligonal tal que varia apenas a geometria e dimensões das juntas de argamassa, de forma aproximadamente trapezoidal”¹¹. Nas faces verticais do contorno das aberturas é utilizada a cantaria, desempenhando esta uma função estrutural de relevo. As molduras das portas e janelas têm um vão rectangular. Na parede nascente do coro rasga-se uma janela oval, também ela revestida com cantaria.

O corpo do antigo dormitório, em ambos os pisos, apresenta um tecto em abóbada de arco de volta perfeita¹². A abóbada é constituída por uma membrana de alvenaria de tijolo maciço, colocado ao cutelo, organizada em formas simétricas que evidenciam rigor geométrico e estrutural (Foto 43). O enchimento desta estrutura é executado em alvenaria de pedra irregular argamassada com ligante de cal e areia.

¹⁰ João Augusto da Silva Appleton, *Edifícios Antigos. Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, LNEC, Lisboa, 1991, p.22.

¹¹ Idem, *ob. cit.*, p. 39.

¹² Sobre construção e tipos de abóbadas veja-se Luiz Augusto Leitão, *Curso Elementar de Construções*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896, pp. 252-267.

Pode observar-se, no corpo do antigo dormitório das monjas, a poente, que a divisão entre pisos é feita por uma faixa de cantaria que visa impedir a escorrência de águas pluviais ao longo das paredes (Foto 44).

As paredes da igreja e anexos apresentam cunhais construídos com pedra aparelhada de dimensões irregulares. A disposição dos blocos nos cunhais encontra-se de forma que cada bloco colocado ao comprido alterne com o outro de topo em cada face da parede (Foto 45).

Os pavimentos da igreja e sacristia são compostos de lajes de calcário na tonalidade branca, de dimensões semelhantes (1,20 x 0,55 m). Na ante-sacristia o pavimento é igualmente composto por lajes de calcário que apresentam dimensões bastante irregulares. No piso superior do antigo dormitório podemos ainda observar os vestígios do revestimento a tijoleira de barro.

A cobertura da igreja apresenta um telhado de duas águas e a sacristia e anexos têm uma cobertura com telhado de uma água com telha de aba e canudo. A cobertura do antigo dormitório teria sido, originalmente, de duas águas, a avaliar pelos vestígios existentes no edificado.



Foto 39 – Alvenaria de pedra irregular com ligante de argamassa de cal e areia. Parede resistente do alçado poente do dormitório.



Foto 40 – Alvenaria de pedra irregular e tijolo com ligante de argamassa de cal e areia. Parede interior da casa da grade.



Foto 41 – Vão de janela do alçado poente do dormitório. Ainda apresenta vestígios da cantaria.



Foto 42 – Vão de janela com arco de descarga construído em tijolo maciço. Alçado poente do dormitório.



Foto 43 – Abóbada do piso térreo do dormitório.



Foto 44 – Faixa de cantaria com a função de impedir a escorrência de águas pluviais ao longo da parede. Alçado poente do dormitório.



Foto 45 – Cunhal da igreja construído com pedra aparelhada de dimensões irregulares.

Capítulo V – Cronologia da Construção e Mestres-de-Obras

Durante o século XVI, aceita-se que o Mosteiro de Santa Maria de Cós teve dois momentos em que as campanhas de obras foram de significativa importância. O primeiro coincide com os anos de 1519-1527, podendo ter contado com a orientação do arquitecto João de Castilho, que foi mestre das obras do Mosteiro de Alcobaça¹.

Cristina Sousa e Saul Gomes referem que, em 1519, João de Castilho esteve em Cós com Vasco de Pina, vedor de Alcobaça, e examinaram a degradação do mosteiro e as más condições de habitabilidade das monjas. Na documentação são referenciados os pagamentos efectuados aos empreiteiros de obras Diogo Salvado e Diogo Frade. As obras realizadas referem-se a muros, paredes estruturais (pedraria e alvenaria) e coberturas dos edifícios. A este período, segundo os referidos autores, deverá ser atribuída a execução do portal manuelino, sob a responsabilidade artística do arquitecto João de Castilho². No entanto, na descrição do mosteiro de Cós, feita por Frei Claude de Bronseval, secretário de D. Edme de Saulieu, em Novembro de 1532, pode ler-se que “este Mosteiro é um lugar rústico ou doméstico, mais do que monástico ou regular, sem qualquer construção que lembre um mosteiro³”.

A segunda campanha de obras de Cós foi promovida pelo cardeal D. Henrique e terá sido concluída por volta de 1562. Estas obras poderão ter sido dirigidas pelo arquitecto Miguel de Arruda, que se encontrava neste período a orientar as obras dos claustros novos no Mosteiro de Alcobaça⁴. Ao cardeal D. Henrique devem-se obras na igreja, no coro, no dormitório e no claustro⁵.

¹ Datam desta época os portais manuelinos de algumas igrejas dos coutos, nomeadamente o portal da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Turquel, os portais da Igreja de Santiago Velho, em Évora de Alcobaça, o portal da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda na Vestiaria e o portal da Ermida do Espírito Santo, na Maiorga. Sobre este assunto veja-se Rui Maurício, “As Igrejas dos Coutos de Alcobaça no Século XVI”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. II, Ourense, 1992, pp. 843-857.

² Cristina Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p. 92.

³ Frère Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica (1531 – 1533)*, tomo II, Presses Universitaires de France, Paris, 1970, pp. 464 – 469, tradução livre.

⁴ Rafael Moreira, “Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça”, *A Encomenda Artística em Alcobaça no Século XVI*, IPPAR, 1995, p. 49.

⁵ Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p. 92.

A partir dos anos 60 do século XVII, o mosteiro foi sujeito a obras que o renovaram completamente. Assim, temos a construção da nova igreja na situação actual. Os lugares regulares do mosteiro foram construídos a sul da igreja, por razões relacionadas com a fisiografia local, seguindo, neste ponto, a orientação quinhentista prevalecente.

O dormitório foi ampliado no século XVIII e corre de norte para sul. Apresenta-se, actualmente, como um grande edifício em ruínas, situado a sul da igreja, com dois pisos. Segundo a descrição elaborada por Frei Manuel de Figueiredo, em 1780, o edifício do antigo dormitório terá tido três pisos com onze janelas no primeiro andar e onze no segundo⁶. Em 1776, Frei Manuel de Mendonça mandou construir um novo dormitório com quatro celas em dois andares, situado a sul e paralelo à igreja.

No âmbito da renovação construtiva setecentista, Artur Gusmão refere: “A preocupação mais geral e típica dos monges de Cister, nos anos setecentos, foi a do embelezamento. É o que parece significar a profusão dos revestimentos de azulejos, relatando ou não a vida de S. Bernardo, assim como a abundância da talha. Buscou-se um ar da época, talvez por desejo de maior monumentalidade de um modo geral, pode dizer-se que se manteve predominantemente um dos dois modelos de igrejas que, salvo raras excepções se generalizaram no século XVII: o de corpo de uma só nave com capelas laterais”⁷.

Em síntese, podemos concluir que os primeiros registos documentais de obras no Mosteiro de Santa Maria de Cós remontam ao início do século XVI. Mas, foi durante o período em que o cardeal infante D. Henrique foi abade comendatário de Alcobaça (1538-1580) que as obras de renovação em Cós assumiram significativa importância. Nesta campanha de obras terão sido terminadas as construções da igreja, coro, claustro e dormitório. À entrada da torre sineira, ao nível térreo, é visível uma estrutura de pedra aparelhada, que Cristina Sousa e Saul Gomes identificam como sendo um cunhal da antiga igreja quinhentista⁸ (Foto 46). Também no primeiro nível da torre se pode observar uma estrutura de pedra

⁶ BNL – Códice 1479, fls. 20-27.

⁷ Artur Nobre de Gusmão, *Os Mosteiros de Cister na Época Moderna*, Porto, 1957, pp. 7-8.

⁸ Cf. Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p.93.

aparelhada (Foto 47). Por outro lado, a descrição elaborada por Frei Manuel de Figueiredo, em 1780, refere que a igreja quinhentista se situava a sul da Igreja nova⁹.

Considerando a documentação anteriormente referida e parecendo provável que, no século XVII, o dormitório do Mosteiro de Cós tenha sido ampliado a partir da preexistência quinhentista, levanta-se, então, a hipótese de que a reorientação da igreja a poente tenha ocorrido apenas no século XVII. A igreja quinhentista cujas obras foram concluídas pelo cardeal D. Henrique teria o presbitério orientado a nascente. Pois, a poente teria que ficar o coro, a partir do qual as monjas tinham acesso ao espaço do dormitório e a outros espaços regulares. Admitindo esta leitura, a entrada na nave dos fiéis localizava-se no alçado norte da primitiva igreja onde, provavelmente, se abria o magnífico portal manuelino.

⁹ *Idem, ob. cit., passim.*



Foto 46 – Estrutura de pedra aparelhada visível na portaria da igreja.



Foto 47 – Estrutura de pedra aparelhada visível no segundo nível da torre sineira.

Capítulo VI – Intervenções efectuadas pela DGEMN

6.1 – Restausos da DGEMN durante o Estado Novo

O Estado Novo teve a preocupação de legitimar o seu regime, a partir da memória do passado, zelando pelos monumentos da Nação. Neste contexto, os monumentos ligados à fundação do País assumiram particular importância. Assim, tornava-se urgente a realização de intervenções em castelos, igrejas e palácios que ajudassem a fundamentar ideologicamente o regime autoritário vigente. Era dada preferência aos monumentos medievais: igrejas românicas, góticas e castelos, enquanto símbolos mais significativos da Pátria, representando a sua própria monumentalidade. Neste âmbito, foi instituída pelo Decreto-Lei 16 791, de 30 de Abril de 1929, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), com a função de reunir os serviços de obras em edifícios e monumentos nacionais¹. O restauro estilístico esteve na base da política de intervenção levada a cabo pela DGEMN e, neste contexto, as intervenções caracterizavam-se pela reconstrução ou reintegração de partes em falta, tendo por referência o seu estilo original. Tratava-se de repor o edifício no que se considerava o ser o estado ideal e o seu fundamento centrava-se mais na pesquisa desse estado do que na fidelidade histórica².

As décadas de 50 e 60 do século passado marcaram o início de uma nova filosofia da conservação do património em Portugal³. Esta viragem é sintomática da actualização dos

¹ A DGEMN tinha a seu cargo a elaboração de projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais e respectiva execução. Assumiu, também, a responsabilidade de formular os preceitos técnicos e todas as regras a serem observadas, quer no tratamento e conservação, quer na execução das obras de reparação ou restauro dos imóveis. Sobre este assunto, veja-se Maria João Baptista Neto, “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929 – 1999)”, *Caminhos do Património*, DGEMN e Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 23-27.

² Veja-se, a este propósito, José Aguiar, *Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*, Faup, Porto, 2002, pp. 40 e 41.

³ Na origem desta viragem podemos apontar a publicação da Carta de Atenas de 1931, a Carta do Urbanismo de Atenas (1933), a fundação do ICCROM – Centro Internacional de Conservação e Restauro de Monumentos (1956); no âmbito da UNESCO, o I Congresso Internacional de Especialistas de Conservação, em Paris (1957), e a participação de arquitectos e técnicos portugueses no II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos dos Monumentos Históricos, em Veneza, de 25 a 31 de Maio de 1964. Na sequência desta participação é criada a secção portuguesa do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Em 1969 realiza-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, o Congresso para Salvaguarda das Paisagens e dos Sítios Históricos, o que é sintomático da actualização portuguesa face às novas concepções europeias sobre conservação do

técnicos portugueses, face às orientações europeias, no que concerne à conservação do património arquitectónico.

É precisamente nos finais da década de 1950 que se iniciam as intervenções na Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Cós, em consequência da pressão que se fazia sentir junto das entidades centrais, por parte do pároco, da Junta de Freguesia de Cós e da Câmara Municipal de Alcobaça. O monumento encontrava-se em avançado estado de degradação e o edifício da igreja e anexos registavam problemas ao nível da cobertura, o que facilitava a infiltração de água e a consequente deterioração do tecto apainelado e de toda a talha dourada que revestia a igreja⁴ (Fotos 48, 49 e 50).

Os officios enviados pelo poder central, como resposta às solicitações das entidades locais referenciavam, quase sempre, as escassas verbas de que era dotado o orçamento da DGEMN para as obras de conservação da Igreja de Santa Maria de Cós. Outras obras eram consideradas de maior relevância para o interesse nacional e tinham, por isso, carácter prioritário sobre um monumento em fase adiantada de ruína que se encontrava algures “perdido” por terras dos antigos coutos de Alcobaça (Fotos 51, 52, 53 e 54).

O ano de 1958 marca o início das intervenções pela DGEMN, cuja cronologia se apresenta:

património. Sobre este assunto, veja-se Domingos Almeida Bucho, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre*, Edição do autor, Évora, 1995, p. 19.

⁴A 4 de Outubro de 1957 o pároco de Cós enviou uma carta ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o seguinte teor: “A Igreja está em vias de se perder... é já muito visitada sobretudo por estrangeiros e, este ano, de uma maneira extraordinária frequentemente ouviam-se comentários em que delicadamente manifestavam pena por verem o estado em que tão grande riqueza se encontra. No ano passado chovia na Igreja quase como na rua... as pessoas chegaram a pedir para abrir os seus chapéus durante as cerimónias religiosas. O tecto... além de ter os painéis de que é formado a decomporem-se, tem as tábuas a despregar-se, pois que pelas águas os próprios pregos se têm desfeito oferecendo real perigo para as pessoas que vão assistir às funções religiosas”.

O Jornal “O Século” num artigo datado de 10 de Abril de 1958 refere-se desta forma ao mosteiro de Santa Maria de Cós: “Tudo o que havia de bom foi desviado por particulares e o edifício queimado, acabou por ruir. Escapou a igreja, que, apesar de ser monumento nacional está em iminente perigo de se perder, bem como um quadro de Josefa de Óbidos que nela existe. E é pena porque a igreja é das mais belas do concelho, sendo muito visitada por estrangeiros apesar da estrada quase intransitável que lhe serve de acesso”.

DATA	TIPO DE INTERVENÇÃO
1958	Restauro da cobertura da sacristia e manutenção do telhado da igreja (Foto 55).
1959 1959	Consolidação de paredes através de cintas de betão armado e enchimento de vãos com alvenaria hidráulica; limpeza de azulejos; restauro da torre e dependências anexas; demolição de dependência junto à torre.
1960	Aplicação de pavimento de lajedo nos patamares de acesso à torre; início do arranjo do telhado e madeiramentos sobre o cadeiral; limpeza de altares e consolidação de peças de talha.
1962	Restauro de telhados com madeiramentos existentes.
1963	Limpeza e substituição de telhas e peças estruturais do madeiramento; reparação da porta principal de acesso à nave; consolidação de beirados com telha de canudo; consolidação de elementos em talha dourada pertencentes aos altares.
1965 / 1968	Restauro nas coberturas; assentamento de peças estruturais nos telhados; levantamento e arranjo do telhado da sacristia; substituição dos pavimentos da torre com apoios de alvenaria hidráulica.
1972	Consolidação estrutural com cintagem em betão armado do telhado da sacristia, esteira pré-esforçada, ripado de cimento e respaldo de paredes (Foto56).
1973	Manutenção dos telhados da igreja; apeamento das tábuas pintadas do tecto da sacristia e sala anexa; substituição por tectos de madeira de castanho; reparação do arcaz; picagem e reconstrução de rebocos; reparação de janelas e portados na sacristia e anexos; electrificação e instalação de som; reparação da porta exterior do coro; substituição de vidraças nas janelas da igreja e coro; cintagem de paredes; demolição

1973	de alvenarias (muro exterior); assentamento de grades e portão de ferro; picagem de todo o reboco exterior, limpeza de paramentos, novo reboco com incorporação de aditivo impermeabilizante, caiação com aditivo fixador; pavimentação do adro com calçada; levantamento e reassentamento de azulejos; restauro do óculo rosácea da igreja; restauro da grade do coro; consolidação do altar principal; início do restauro do tecto da igreja; reconstrução da cobertura, pavimento, escada e picagem de rebocos da torre.
------	---

As intervenções das DGEMN devem ser valorizadas, uma vez que, na sua ausência, haveriam certamente consequências ainda mais gravosas para o monumento, o que resultaria numa perda acrescida do património arquitectónico e bens integrados. No entanto, à luz das actuais filosofias de intervenção e considerando o princípio da autenticidade, algumas acções de intervenção são passíveis de discussão.

6.2 – Restausos da DGEMN no último quartel do século XX e inícios do século XXI

O estado de conservação do património móvel integrado na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Cós acompanhou as vicissitudes do edificado, traduzindo um longo período de quase abandono. Este acervo sofreu as consequências da ausência dos cuidados mais elementares de manutenção, das humidades existentes, provocadas não só pelas infiltrações devido ao mau estado das coberturas e das caixilharias, mas também pela humidade ascendente. Sofreu actos de vandalismo e de pilhagem, bem como adaptações e usos quotidianos próprios da sua utilização por parte de uma comunidade: a colocação de instalações sonoras e luminosas sobre a talha, as limpezas desadequadas, a saída de esculturas em procissões e os usos de velas, de flores e águas.

O quadro que se segue apresenta as principais intervenções, desde finais dos anos 70 do século XX até aos nossos dias:

DATA	TIPO DE INTERVENÇÃO
1977 / 1979	Revisão geral do telhado; picagem e reconstrução de rebocos exteriores e caiação; limpeza de pilastras e elementos de cantaria; rebaixamento e calcetamento do adro; demolição do muro da entrada e assentamento de murete em betão com degraus – soleira, grade de ferro e portão; reconstrução de rebocos e pavimentos na nave e anexos da torre: escada, abóbadas, patamares; limpeza e consolidação de azulejos; entaipamento do vão do portal manuelino (Foto 57); início do restauro do cadeiral.
1979 / 1984	Início do restauro do tecto apainelado da igreja; estrutura do varandim do órgão em betão armado (Foto 58).
1985	Obras de recuperação na estrutura de suporte do tecto apainelado do coro.
1989	Reparação do telhado da sacristia e anexos com execução de novo ripado em cimento; reparação do telhado da igreja em várias zonas e limpeza de caleiras.
1997 / 1998	Manutenção do cadeiral; conservação e restauro de altares laterais.
1999	Conservação e restauro de altares laterais.
2003	Estudo das tábuas do tecto da sacristia; recuperação da talha e de seis telas do retábulo do presbitério.
2004 / 2006	Beneficiação da instalação eléctrica.
2005	Conservação e restauro do altar do Senhor dos Passos e portas do coro.

6.2.1 – Processo de restauro do cadeiral

A equipa de técnicos da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, destinada ao estudo do restauro do cadeiral da Igreja de Santa Maria de Cós procedeu, em 1977, ao diagnóstico do estado geral de conservação do referido cadeiral. Este apresentava uma degradação bastante acentuada e determinada por várias causas: variações climatéricas do ambiente com especial incidência de humidade; infiltrações de águas pluviais; acção funesta de partículas poluentes (poeiras e outras sujidades); maus-tratos aplicados por visitantes ou frequentadores da igreja (Foto 59).

Os maiores estragos observavam-se, sobretudo, no que se referia à marcenaria e ebanisteria. As descolagens e roturas deram origem à destruição progressiva da madeira em zonas localizadas e à desagregação parcial dos diversos elementos estruturais e decorativos. Por outro lado, o ataque por caruncho, fungos e térmitas também contribuiu para acelerar o seu processo de degradação. A sua estrutura de assentamento encontrava-se igualmente em avançado estado de degradação. Tornava-se, assim, urgente a resolução do problema das térmitas e os técnicos em conservação de madeiras do L.N.E.C., solicitados pela Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, recomendaram que o cadeiral devia assentar numa fundação em betão ciclópico, para que fosse erradicada a terra e os entulhos que permitiam uma maior exposição do cadeiral aos agentes de degradação. Na sequência do diagnóstico efectuado, o LNEC apresentou as recomendações que se seguem:

- 1- “Utilização, para os elementos de ligação do cadeiral, de madeiras altamente duráveis ou de madeiras tratadas por impregnação profunda com sais metálicos.
- 2-Tratamento dos suportes de madeira antiga, que sejam passíveis de aproveitamento, com um produto insecticida, tendo o cuidado de assegurar que esse produto é compatível com a cola que vai ser utilizada.
- 3-Aplicação geral, por pincelagem, à face do cadeiral virada para a parede, de um produto fungicida e insecticida.
- 4- Remoção de todos os prumos de fixação fixados na parede e tratamento da alvenaria com produto fungicida e termiticida.
- 5- Afastamento do cadeiral tanto do piso como da parede, utilizando para seu apoio e fixação, elementos metálicos maciços, não corrosíveis e de cor clara. O espaço que deve mediar entre

as costas do cadeiral e a parede não pode ser inferior a 0,20 metros. Como também deverão ser deixados, a espaços convenientes, corpos amovíveis de modo a permitir uma inspecção anual e uma eventual aspersão com insecticida. Os tacos para fixação dos elementos metálicos ou para outros fins, que seja necessário incluir na parede deverão ser preservados com creosote (impregnação profunda) e convenientemente tapados com revestimento que se harmonize com a parede de modo a evitar a saída de vapores.

4-Caso se utilizem massames de betão, dever-se-ão tomar os cuidados necessários para evitar fendilhações”⁵.

Este restauro permitiu restituir ao cadeiral todo o seu esplendor, através do ressurgimento do colorido natural das madeiras exóticas que o compõem⁶.

6.2.2 – Processo de restauro do tecto apainelado

O restauro do tecto apainelado da nave e coro da Igreja de Santa Maria de Cós foi realizado pelo Instituto José de Figueiredo após 1977. O total de 80 painéis constituídos por tábuas pintadas e respectivas molduras apresentavam um adiantado estado de degradação. A firma Anselmo Costa realizou várias empreitadas no tecto da nave dos fiéis e coro, que consistiram no levantamento e numeração das tábuas do tecto, bem como no seu assentamento após o restauro das mesmas. Estas empreitadas foram dadas por concluídas em 1988 (Fotos 60, 61 e 62).

As tábuas pintadas da sacristia e ante-sacristia devem ter sido removidas antes de 1977, possivelmente no seguimento dos trabalhos realizados no final da década de 1950. Na intervenção realizada ao nível das coberturas destes compartimentos constatou-se que o tecto da sacristia, executado com tábuas pintadas, estava pregado no madeiramento do telhado, que se encontrava em mau estado de conservação, não apresentando as mínimas condições de suportar qualquer obra. As tábuas do tecto da sacristia foram intervencionadas no Instituto

⁵ Informação que consta do officio datado de 26 de Janeiro de 1978, enviado pelo LNEC ao Conselho Directivo da Fundação Ricardo Espírito Santo.

⁶ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção Regional de Coimbra, A Igreja de Santa Maria de Cós, caixa 13. A respectiva documentação foi consultada na Direcção Regional de Lisboa.

José de Figueiredo, nos anos de 1988 e 1989, com a participação de formandos do curso de Artífices de Conservação e Restauro de Tectos Pintados, promovido pelo então IPPC. Actualmente, estas tábuas policromas aguardam a sua colocação nos respectivos locais de origem, o que pressupõe a remoção integral do tecto agora existente bem como a conservação e reparação da estrutura de sustentação, devendo proceder-se à desinfestação curativa e preventiva, à consolidação de madeira danificada mas útil, à substituição de peças disfuncionais por outras da mesma espécie mas devidamente tratadas, à montagem de todas as peças com localização conhecida e ao preenchimento de faltas com madeiras da mesma espécie.⁷

As tábuas pintadas do tecto da sacristia aguardam a sua colocação no local de origem. Enquanto não forem colocadas vão estando expostas ao excessivo teor de humidade existente no coro das monjas, onde se encontram, já há alguns anos, empacotadas sobre o pavimento.

6.2.3 – Processo de restauro do retábulo do presbitério

O mau estado de conservação do retábulo do presbitério resultou, essencialmente, de factores externos provocados pelas infiltrações de águas pluviais existentes antes da recuperação da cobertura do edifício, da presença de variações bruscas de humidade relativa, e da deficiente manutenção a que esteve sujeito durante muitos anos. A humidade ascendente, a partir do pavimento em calcário do presbitério, favoreceu o aparecimento de agentes xilófagos que ocasionaram a degradação das fibras da madeira da estrutura de sustentação do retábulo.

O revestimento dourado encontrava-se igualmente coberto por uma espessa camada de poeira. A concentração de cera e fumo das velas provocou o enegrecimento e degradação da folha de ouro, causando em muitas zonas a sua perda irreversível. A colocação de velas era feita por todo o retábulo existindo também suportes metálicos pregados directamente nos seus componentes. Observava-se, ainda, a existência de fissuras, lacunas e elementos entalhados

⁷ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção Regional de Coimbra, A Igreja de Santa Maria de Cós, caixa 14. A respectiva documentação foi consultada na Direcção Regional de Lisboa.

em falta nomeadamente caras de anjos nos arcos de fecho e no trono. Por outro lado, no tardo e zonas de acesso, encontravam-se acumulados vários tipos de resíduos. As enormes telas existentes no retábulo se apresentavam-se também muito fragilizadas, quer a nível do suporte quer da camada pictórica, encontrando-se fixadas com pregos aos painéis de madeira. O aspecto geral era de acentuada degradação e sujidade.

A intervenção realizada consistiu na fixação do ouro e das policromias; o destacamento da folha era mais evidente em locais de elevado teor de humidade como era o caso de todo o forro do nicho do trono e das molduras das telas existentes no intradorso do arco. Seguidamente, procedeu-se à limpeza de todo o conjunto incluindo a aspiração de poeiras por todo o retábulo e a limpeza química da folha de ouro e das policromias. Não se encontraram repintes de purpurina ou tintas, nem aplicação de vernizes; apenas as imagens da Sagrada Família, situadas na tribuna do retábulo, apresentavam um repinte integral dos rostos com tinta. A policromia original exibia um óptimo estado de conservação, sem qualquer adulteração, e a camada cromática, sem qualquer destacamento. Após a intervenção de limpeza, procedeu-se à consolidação e substituição dos elementos estruturais degradados. A zona de acesso ao nicho do trono revelava um avançado estado de degradação, pelo que as escadas interiores foram consolidadas e o patamar de acesso à janela do nicho completamente removido e substituído por madeira nova, previamente imunizada. Os cravos ou pregos metálicos oxidados foram removidos e substituídos por parafusos de aço inox, para que, em futuras intervenções, possa ser retirado facilmente.

A presença de insectos xilófagos em actividade determinou a desinfestação curativa e preventiva em todas as zonas do retábulo. Procedeu-se, igualmente, à execução de elementos decorativos em talha que se encontravam em falta, tendo os mesmos sido executados em madeira de castanho. A integração cromática de todas as lacunas foi feita com pigmentos naturais usando-se o ocre para simular o tom do ouro de lei.

O objectivo da intervenção efectuada foi proporcionar ao conjunto em causa um tratamento adequado que assegurasse a sua preservação. Foi valorizada a vertente da conservação, limitando-se o restauro à consolidação estrutural. Neste sentido, foi levado a cabo um conjunto de acções, tais como:

- aspiração de todas as poeiras;
- remoção da cera das velas;
- limpeza química da folha de ouro e das policromias;
- consolidação estrutural e substituição dos elementos estruturais degradados (toda a zona superior encontrava-se solta dos suportes de parede);
- substituição dos cravos e pregos metálicos oxidados e substituídos por parafusos inoxidáveis;
- desinfestação curativa e preventiva contra a acção de insectos xilófagos e de possíveis fungos e limpeza química⁸.

Em síntese, interessa sublinhar a importância das intervenções realizadas, as quais restituíram à igreja de Santa Maria de Cós a luz da espiritualidade cisterciense. No entanto, considera-se essencial a elaboração de um programa de manutenção que implica necessariamente inspecções periódicas.

⁸ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção Regional de Lisboa, A Igreja de Santa Maria de Cós, relatório nº 24, Recuperação da Talha do Altar-Mor.



Foto 48 – Torre Sineira e alçado sul da Igreja de Santa Maria de Cós (década de 1950). DGEMN.



Foto 49 – Alçado sul da igreja (década de 1950). DGEMN.



Foto 50 – Portal da igreja (década de 1950). DGEMN.



Foto 51 – Igreja de Santa Maria de Cós (década de 1950). Vista norte. DGEMN.



Foto 52 – Alçado norte da igreja e sacristia (década de 1950). DGEMN.



Foto 53 – Alçado sul da igreja (década de 1950). DGEMN.



Foto 54 – Antigo dormitório situado a sul e perpendicular à igreja (década de 1950). DGEMN.

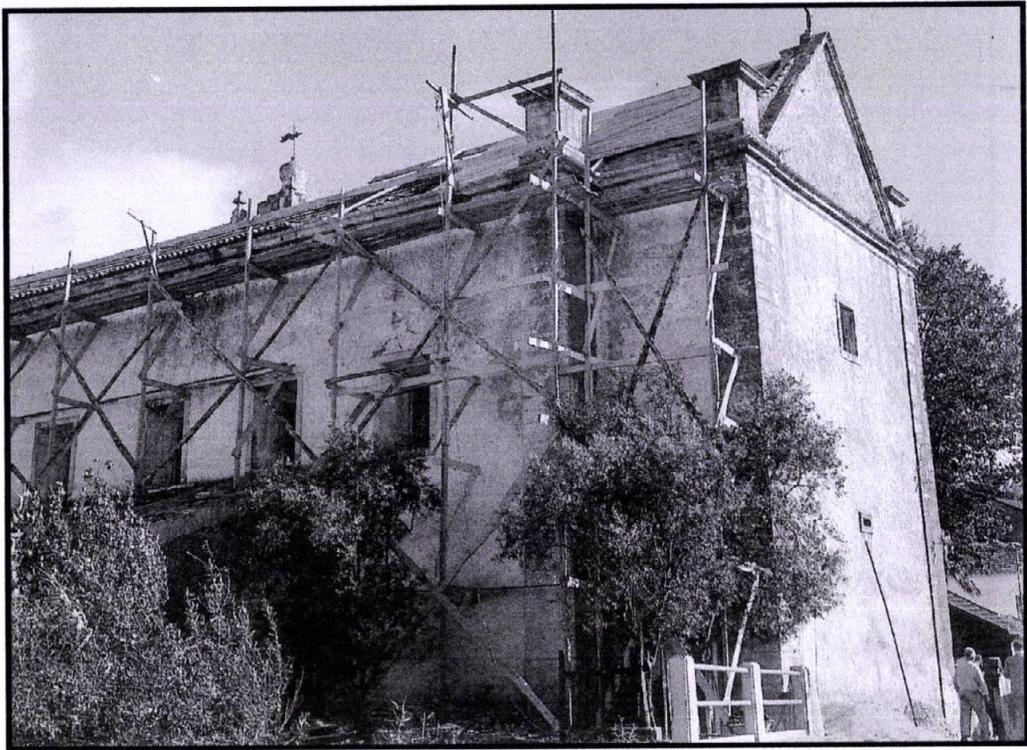


Foto 55 – Restauro da Cobertura da Igreja (década de 1960). DGEMN.



Foto 56 – Consolidação estrutural com cintagem em betão armado do telhado da sacristia (década de 1970). DGEMN



Foto 57 – Portal manuelino (década de 1970). DGEMN.

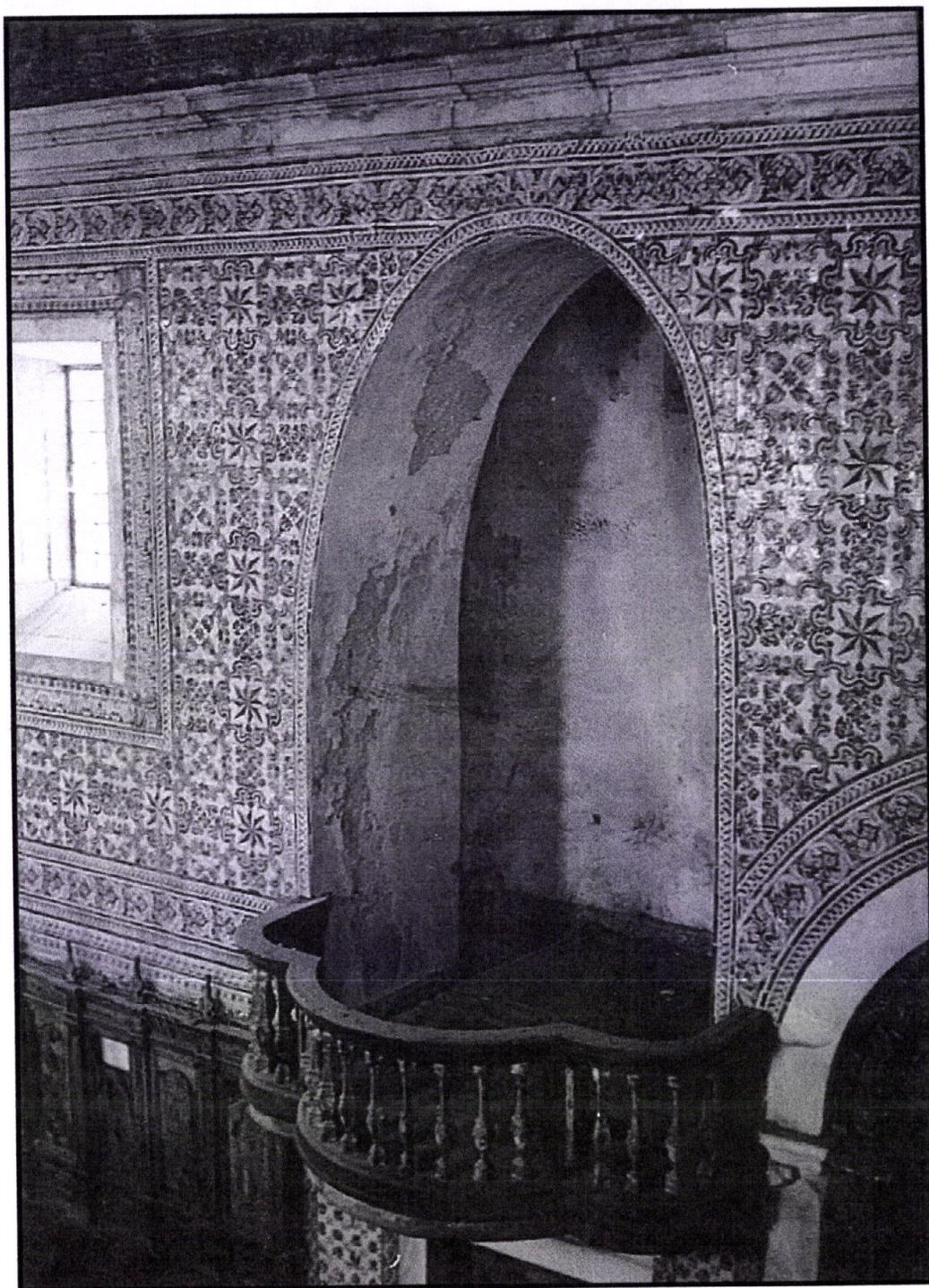


Foto 58 – Varandim do órgão antes da intervenção (década de 1970). DGEMN.



Foto 59 – Cadeira do coro das monjas, (década de 1950). DGEMN.

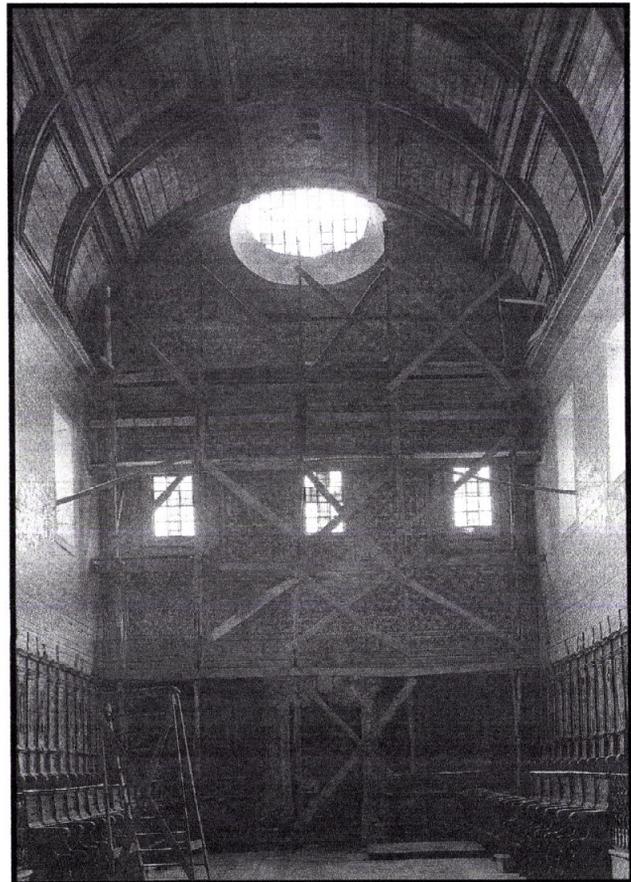


Foto 60 – Coro das monjas com tecto apainelado (década de 1950). DGEMN.

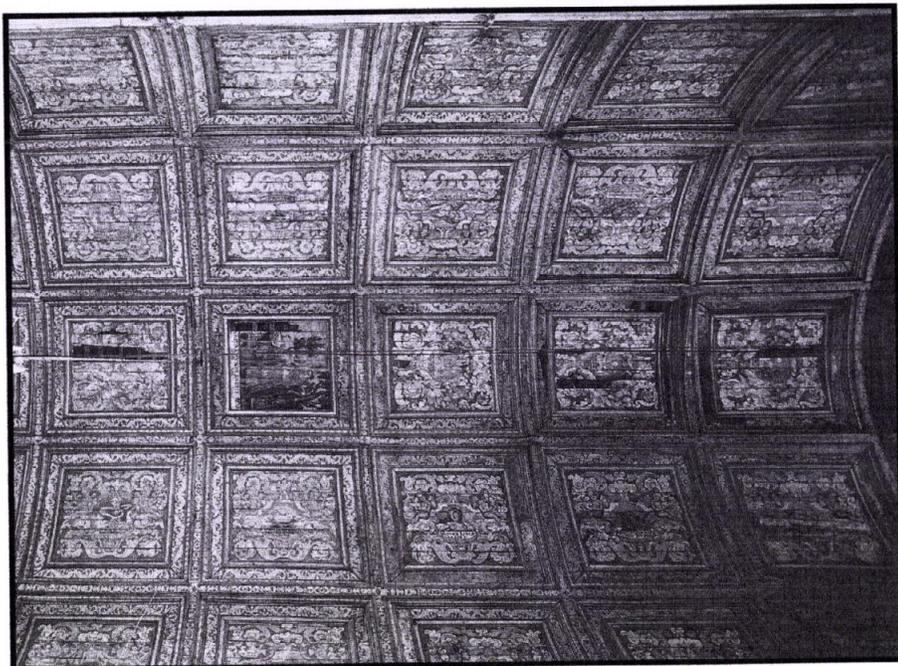


Foto 61 – Tecto apainelado (década de 1950). DGEMN.

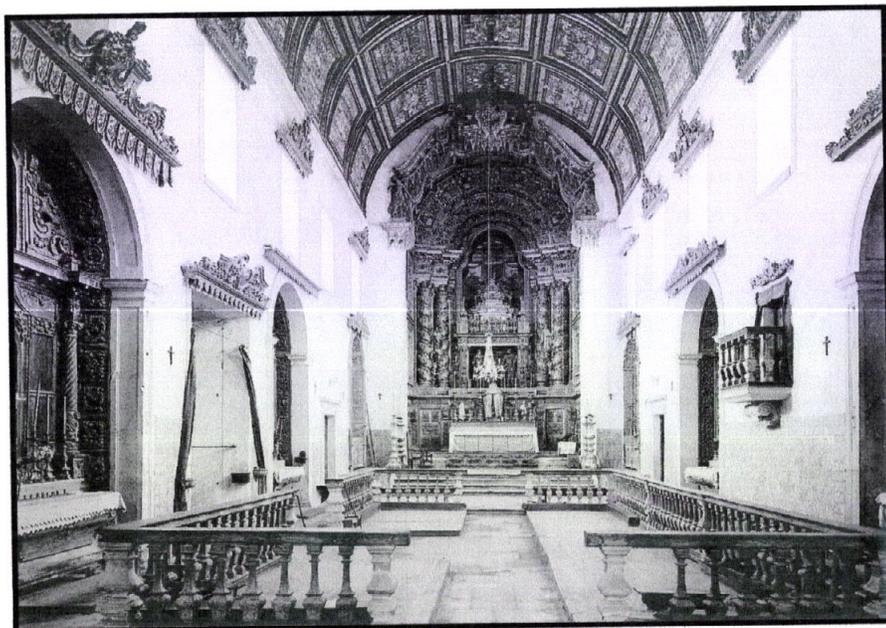


Foto 62 – Vista geral do interior da igreja (década de 1950). DGEMN.

Capítulo VII – Diagnóstico sobre o Estado Actual de Conservação do Conjunto Monástico Subsistente

Intervir sobre o património exige um conhecimento rigoroso e objectivo da realidade em que se opera. As intervenções de reabilitação de construções existentes e de conservação do património arquitectónico são muito específicas e complexas, diferenciando-se da construção corrente, exigindo maior rigor, quer ao nível do projecto quer da execução. Um monumento, ao mesmo tempo que é uma construção é também um bem cultural tratando-se de um documento que constitui uma fonte de informação histórica, artística e técnica. Desta forma, as intervenções no património arquitectónico devem atender necessariamente a estas vertentes, o que implica uma filosofia e métodos especializados de estudo e intervenção capazes de se adaptarem a cada edifício ou monumento e às suas características construtivas. A especificidade e o rigor exigem o trabalho em equipas multidisciplinares, abarcando um alargado número de especialistas e disciplinas de forma a permitir um conhecimento cada vez mais completo, aprofundado e integrado do objecto de intervenção. A necessidade de encontrar soluções adequadas aos problemas existentes obrigam a um investimento acrescido nas fases de conhecimento prévio das intervenções, bem como nos estudos especializados capazes de ajudar a encontrar as soluções técnicas que melhor irão servir a especificidade que cada situação apresenta. A selecção das técnicas mais adequadas e eficazes para analisar o objecto de intervenção deve ser realizada com objectividade e rigor científicos, para que se possa proceder ao levantamento completo e exaustivo de todas as anomalias existentes. A este propósito cite-se João Appleton: “A intervenção em edifícios antigos, sejam monumentos ou os mais banais edifícios habitacionais, obriga a um empenhamento muito activo na tentativa de compreensão plena do edificado, em termos de materiais aplicados, soluções técnicas usadas, manifestações patológicas mais relevantes (...)”¹.

O levantamento das anomalias existentes no monumento deve ser traduzido num relatório meramente factual. A identificação das causas das anomalias deverá ser objecto de estudo dos especialistas nas diversas matérias relacionadas com recuperação do património

¹ João Appleton, “A necessidade de uma cultura técnica”, *Centros Históricos*, nº 8, Jul / Set 2001, p.10.

arquitectónico². O relatório permitirá o conhecimento do estado global do edifício garantindo uma base a partir da qual se desenvolverão estudos mais profundos baseados em métodos e técnicas muito específicas. Com base nestes estudos os especialistas emitirão parecer sobre as causas das anomalias detectadas e as respectivas soluções de reparação. Fernando Henriques refere o seguinte: “O projecto de conservação deve, pois, traduzir as contribuições dos vários especialistas devidamente compatibilizadas entre si, e não constituir apenas um somatório dessas contribuições, ainda que adaptadas aos princípios da conservação”³.

O levantamento e identificação de patologias nos materiais de construção utilizados no mosteiro de Santa Maria de Cós foram realizados através da observação visual *in situ* com registo da anomalia detectada. Este trabalho constituirá a base para a elaboração da proposta de conservação do conjunto monástico subsistente.

7.1 – Igreja e anexos

7.1.1 – Decaimento físico-químico e biológico

7.1.1.1 – Manchas de humidade por infiltração e capilaridade

Uma das causas mais comuns para o aparecimento de patologias em edifícios antigos é a presença da água. As formas de degradação associadas à água dependem da origem e da forma como esta penetra e se movimenta no interior dos materiais de construção. A humidade surgida no património edificado pode ser originada por processos de condensação, por capilaridade bem como por infiltração. Estas manifestações de humidade resultam em manchas de várias dimensões, observáveis pela mudança de cor do revestimento⁴. Dado o nível freático alto que caracteriza o local de implantação do mosteiro, é natural a presença de

² Fernando M. A. Henriques, *A conservação do Património Histórico Edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), Lisboa, 1991, p. 17.

³ Idem, *ob. cit., passim*.

⁴ Luís Aires-Barros, “As rochas dos monumentos portugueses. Tipologias e patologias”, Vol.1, IPPAR, Lisboa, 2001, p. 247.

água nas suas fundações. O elevado teor de humidade existente parece, também, ser agravado pelo disfuncionamento da rede de drenagem de águas pluviais.

Salienta-se a presença de humidade por capilaridade no pavimento do coro das monjas, onde podemos observar manchas escuras com elevado teor de água (Fotos 63 e 64). Na parede norte da nave dos fiéis também são visíveis manchas na parte superior aos painéis de azulejo. Estas podem ser também observadas no pavimento da sacristia e ante-sacristia, onde, para além da humidade ascendente, é observável a humidade por infiltração de água para o interior (Foto 65 e 66). No Verão, esta água é proveniente do sistema de rega do campo de cultivo encostado à parede norte da sacristia tendo como consequência a entrada de água dos dispersores pelas janelas provocando, por vezes, uma acumulação de água no interior dos dois compartimentos referidos (Foto 70). Esta situação origina uma retenção elevada de humidade que pode comprometer a estabilidade dos painéis de azulejo existentes no interior da sacristia.

Na ante-sacristia encontram-se igualmente vestígios de humidade por infiltração, devido à escorrência de água por percolação na parede sul deste compartimento (Fotos 68 e 69). A escorrência deve-se a problemas existentes na cobertura e à entrada de água proveniente do referido sistema de rega.

O património azulejar é bastante significativo e apresenta um bom estado de conservação podendo, por vezes, verificar-se algumas falhas de vidro, fracturas simples, zonas com sais ou fungos de humidade e alguns azulejos trocados.

O elevado teor de humidade existente no pavimento do coro das monjas pode pôr em causa o estado de conservação do cadeiral.

O portal manuelino apresenta um bom estado de conservação, apesar das lacunas existentes que foram, certamente, resultado da mudança do seu lugar de assentamento.

7.1.1.2 – Formas de degradação do material pétreo

O portal da igreja cisterciense de Cós apresenta, em alguns locais, avançado estado de degradação do calcário oolítico (Foto 71). Este processo envolve muitas variáveis, umas próprias do material, outras do meio ambiente e outras ainda da própria construção, o que

torna difícil e complexo o seu estudo integrado. Os fundamentos da mineralogia e da petrografia são indispensáveis para ler e interpretar as formas de degradação observáveis, com o objectivo de serem perspectivadas e analisadas as possíveis acções de conservação e de restauro a emprender. Relativamente aos factores climáticos importa referir que o mosteiro se situa aproximadamente a 10 km do mar, não se registando na zona queda de neve ou granizo, mas verificam-se alguns nevoeiros e geadas, sendo a precipitação média anual de aproximadamente 700mm. A humidade relativa do ar é sempre superior a 66% (Julho) e a temperatura média máxima é de 25,8°C para o mês de Agosto⁵.

A interacção entre a rocha e o ambiente em que esta se encontra inserida origina o aparecimento das várias formas de degradação. No caso do portal seiscentista da igreja de Santa Maria de Cós salientam-se como aceleradores do decaimento do material pétreo os seguintes processos:

- humidade resultante da infiltração da água que veicula sais solúveis, os quais vão aumentando até à saturação das águas de infiltração, dando origem à deposição de cristais potenciando expansões na rocha;
- tensões superficiais ou internas geradas por dilatações térmicas e, neste caso, a insolação *versus* arrefecimento nocturno que afectam os processos de evaporação e de condensação da água existente à superfície da rocha;
- efeitos do gelo-degelo da água nos poros e fissuras das rochas;
- acção do vento;
- constituintes do ar e os contaminantes da atmosfera (gasosos e aerossóis) que condicionam as taxas de ataque químico⁶.

O portal localiza-se no alçado sul da igreja e apresenta como patologias mais significativas a escamação, esfoliação, lascagem e alveolização acentuada (Fotos 72, 73, 74 e 75). O destacamento de camadas paralelas à superfície da pedra e independentes da sua estrutura petrográfica parece ser consequência de um processo de insolação associado às alterações de temperatura provocadas pelo arrefecimento nocturno. Como as rochas são

⁵ Informações provenientes do Instituto Português de Meteorologia e Geofísica.

⁶ Luís Aires-Barros, *ob. cit.*, p. 231.

agregados de minerais que têm diferentes valores de coeficiente de dilatação, surgem diferentes velocidades de expansão e contracção causadores da escamação e da lascagem da rocha na zona do portal mais exposta aos raios solares. A alveolização predominante na ombreira nascente do portal parece estar associada à acção dos ventos de sudoeste (Fotos 76 e 77). São ainda de referir as crostas negras situadas no frontão do portal, apresentam-se como camadas compactas de material diferente do da rocha do substrato e formado a expensas deste, por transformações fisico-químicas (Foto 78). Apresentam espessura variável e distinguem-se do substrato pelas características morfológicas e pela cor. O portal evidencia perda de partes da rocha, lacunas que provavelmente estão associadas a actos de vandalismo (Foto 79). Na zona inferior da ombreira esquerda observa-se uma alteração cromática manifestada pela pigmentação de cor vermelha (Fotos 80 e 81). Em geral, é devida à presença de materiais estranhos ao substrato, tais como: ferrugem, sais, vernizes e substâncias orgânicas. Os plintos do portal apresentam alguma colonização biológica, caracterizada pela presença de líquenes (Fotos 82, 83 e 84).

7.1.1.3 – Formas de degradação da madeira

A madeira constitui um material predominante no interior da igreja do mosteiro de Cós. Este material predomina nos altares com belos retábulos de talha dourada, no magnífico cadeiral situado no coro das monjas, no tecto apainelado constituído por caixotões, bem como nas caixilharias de portas e janelas.

Os riscos de natureza biológica a que se encontram sujeitas quaisquer peças de madeira estão relacionadas com a sua implantação, com as disposições construtivas adoptadas e com o grau de protecção que a madeira possui, natural ou adquirido. Existe uma interacção entre o material e as condições ambientais envolventes. Desta variação do teor em água da madeira resultam diversas modificações nas suas propriedades, nomeadamente peso específico aparente, dimensões, resistência mecânica e alteração da susceptibilidade ao ataque e degradação por agentes biológicos. Assim, as condições ambientais do mosteiro, caracterizadas por elevado teor de humidade, podem dar origem ao aparecimento e propagação

de agentes biológicos determinantes da deterioração da madeira: fungos, insectos, moluscos e crustáceos.

Os fungos, vegetais de estrutura constituída por células filamentosas que se desenvolvem e penetram na madeira destruindo os seus constituintes ou parte, por uma acção enzimática, dão origem a podridões. Mas estes fungos só se desenvolvem se a madeira tiver um teor em água superior a 20% e de preferência inferior à humidade de saturação das fibras. Esta situação ocorre sempre que houver um humedecimento da madeira, nomeadamente em contacto com o solo ou com qualquer material molhado, exposta à chuva ou a uma humidade relativa do ar superior a 90%, e sujeita a condensações por variações bruscas de temperatura. Sendo a humidade um factor fundamental, a sua acção é potenciada quando acompanhada por temperaturas entre os 18° C e os 26° C. Os insectos atacam a madeira abrindo nela galerias. Os principais responsáveis por essa deterioração são insectos sociais – térmitas ou formiga branca – e insectos de ciclo larvar – carunchos, grandes e pequenos.

As térmitas infestam sobretudo a madeira em condições de temperatura e humidade idênticas às referidas como favoráveis para o desenvolvimento dos fungos das podridões. A espécie que ocorre em todo o País, e com maior incidência a norte do Tejo, *Reticulitermes lucifugus Rossi*, tem normalmente as colónias estabelecidas no solo, delas irradiando os seus indivíduos por galerias ou tubos que fazem com terra e no interior dos quais se protegem da luz e da baixa humidade, factores que lhes são adversos. Neste sentido devem isolar-se as madeiras do seu contacto com alvenarias, sobretudo nos pisos térreos ou na proximidade do solo, por materiais que não sejam facilmente atravessados pelas térmitas, obrigando-as a contorná-los e a serem assim mais facilmente detectadas⁷.

⁷ Para a elaboração destas notas foi consultada a seguinte documentação: Norma Portuguesa *Preservação de madeiras para construção* NP-2080 1985. Sobre o assunto consulte-se *Conservação de madeiras em edifícios*. Curso 507. LNEC, 1974, *Preservação de madeiras. Exigências de tratamento da madeira na construção em função das condições de exposição*. LNEC. Relatório. 1983, e *Insectos xilófagos das construções. Térmitas. Informação sobre deterioração*. Nº 1, LNEC, 1967.

7.2 – Edifício do antigo dormitório

O edifício do antigo dormitório, situado a sul e perpendicular à igreja, apresenta um estado de degradação muito avançado, devido a circunstâncias que já foram anteriormente mencionadas (Fotos 85, 86 e 90). O vandalismo e as ocupações indignas deste espaço monástico, posteriores à exclausuração, adossaram-lhe estruturas que o degradaram e o conduziram ao processo de ruína actual.

Trata-se de um edifício com dois pisos. As paredes resistentes são construídas em alvenaria de pedra irregular com 1,20 m de espessura. O tecto é executado em abóbada de tijolo ao cutelo. Através da inspecção visual, pode verificar-se que o tecto abobadado apresenta fendilhação generalizada nas direcções longitudinal e transversal (Foto 98). As fendas transversais situam-se junto a vãos abertos nas paredes de alvenaria. Para João Appleton, uma das principais causas da fendilhação destas paredes prende-se com os movimentos de assentamento das fundações⁸. Se as aberturas para portas e janelas constituem os pontos mais fracos da construção, é natural que a fendilhação se verifique junto destes vãos. A ausência das cantarias contribui para a debilidade estrutural destas zonas, nas quais se verificou a diminuição da resistência dos arcos de descarga.

A parede resistente do alçado nascente apresenta no piso superior zonas onde a alvenaria se desagregou na totalidade. De uma forma geral a desagregação das alvenarias é devida à acção dos agentes climáticos e agravada pela acção da água por infiltração. No entanto, as intervenções humanas de vandalismo contribuem de forma significativa para o agravamento do efeito das acções naturais (Fotos 87, 88 e 89).

O estado de abandono da construção e as consequentes infiltrações de água têm resultado em manchas e colonizações biológicas generalizadas (Fotos 95 e 96). A existência de materiais residuais sobre o extradorso da abóbada do piso superior origina um enorme volume de matéria susceptível à absorção de humidade. A evaporação dessas humidades é extremamente lenta e em consequência abunda a vegetação que invade o extradorso da abóbada, bem como o interior das antigas celas das monjas, tornando impossível o acesso à

⁸ João Augusto da Silva Appleton, *Edifícios Antigos. Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, LNEC, Lisboa 1991, p.71.

maioria destes compartimentos. A acção nefasta da vegetação faz-se sentir sobretudo através das suas raízes que se instalam preferencialmente em zonas de fissura e cujo efeito se traduz no aumento de dimensão das mesmas e na formação de novas fissuras (Foto 99). O aumento de retenção de humidade ambiental, como efeito da existência de vegetação, acentua a deterioração de natureza física e química da estrutura abobadada e das paredes do edifício. Segundo Aires-Barros⁹, a remoção mecânica da vegetação não só é onerosa como pode tornar-se inoperativa, se for impossível a remoção total das raízes. A maneira usada para resolver esta situação é o uso de herbicidas que não devem ser tóxicos nem para os homens nem para os animais, devendo ser seleccionados tendo em consideração as espécies a remover.

No intradorso da abóbada do piso superior são visíveis as manchas de humidade e colonização liquénica resultantes da elevada quantidade de água infiltrada, em consequência da inexistência de cobertura, formando paredes e abóbada um imenso corredor negro (Foto 97).

No piso térreo, observam-se sinais de humidade por capilaridade e zonas de intensa colonização biológica (Fotos 91, 92, 93 e 94).

Não restam quaisquer dúvidas acerca do péssimo estado de conservação do antigo edifício do dormitório, o qual, por se encontrar nesta situação de ruína, nos permite uma leitura mais completa dos materiais e técnicas construtivas que caracterizam o edificado. Este revela um interesse extraordinário, por apresentar técnicas tradicionais de construção cujo saber-fazer se vai perdendo ao longo do tempo em desfavor do património arquitectónico.

⁹ Luís Aires-Barros, *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e patologias*, vol. I, IPPAR, Lisboa, 2001, p. 307.

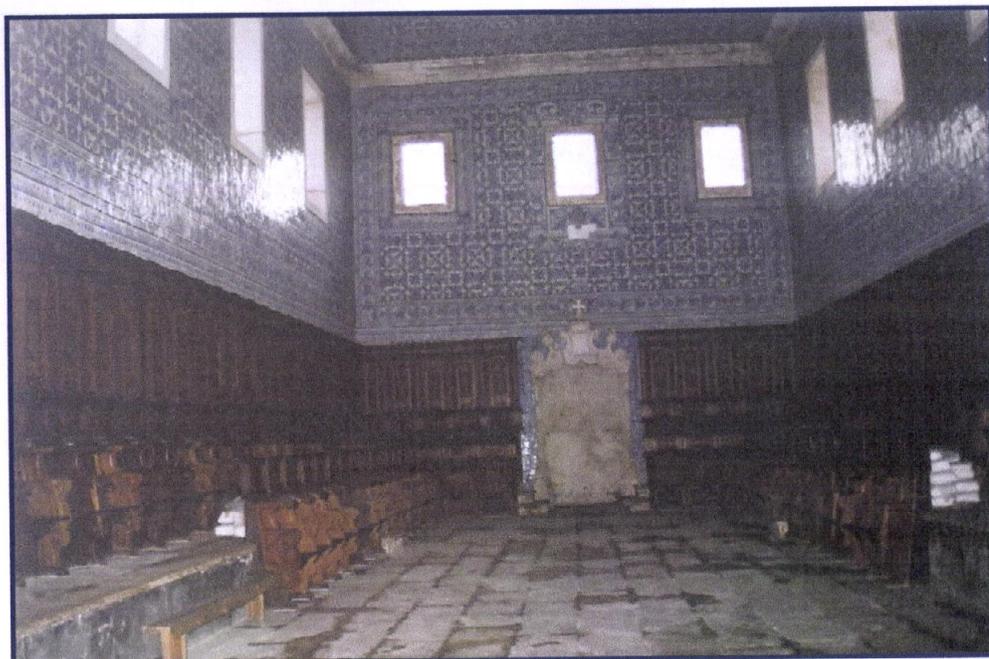


Foto 63 – Humidade ascendente no pavimento do coro das monjas.



Foto 64 – Mancha de humidade junto ao portal manuelino



Foto 65 – Mancha de humidade no pavimento da sacristia.

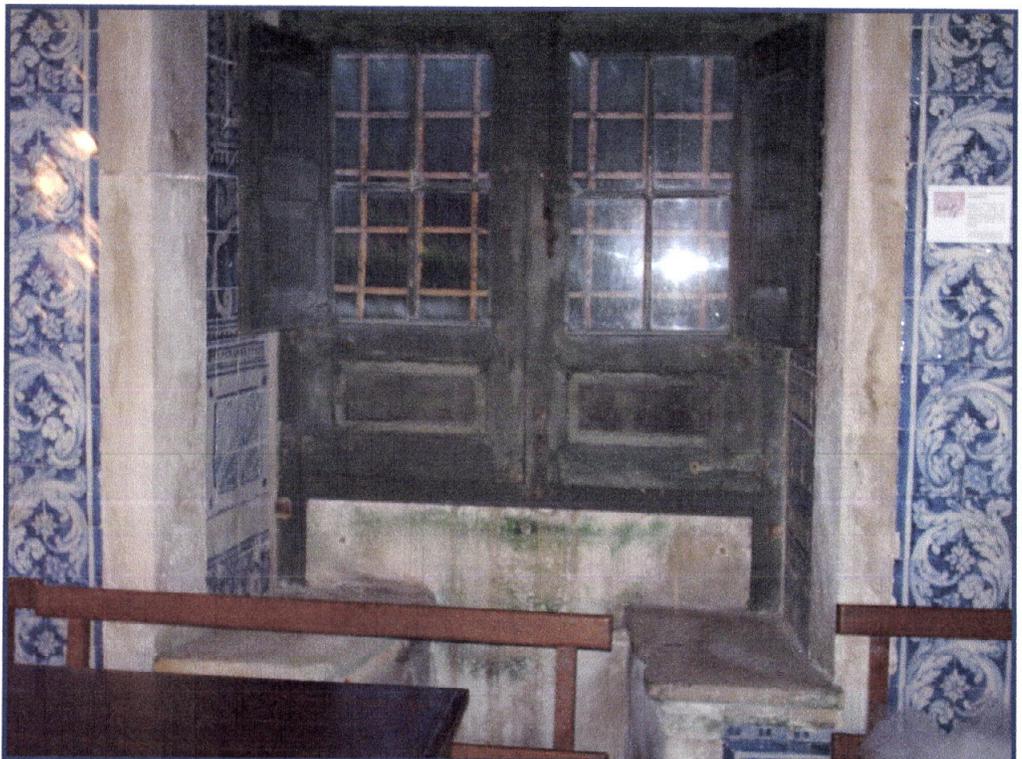


Foto 66 – Humidade por infiltração. Parede norte da sacristia.



Foto 67 – Mancha de humidade no pavimento da ante-sacristia.

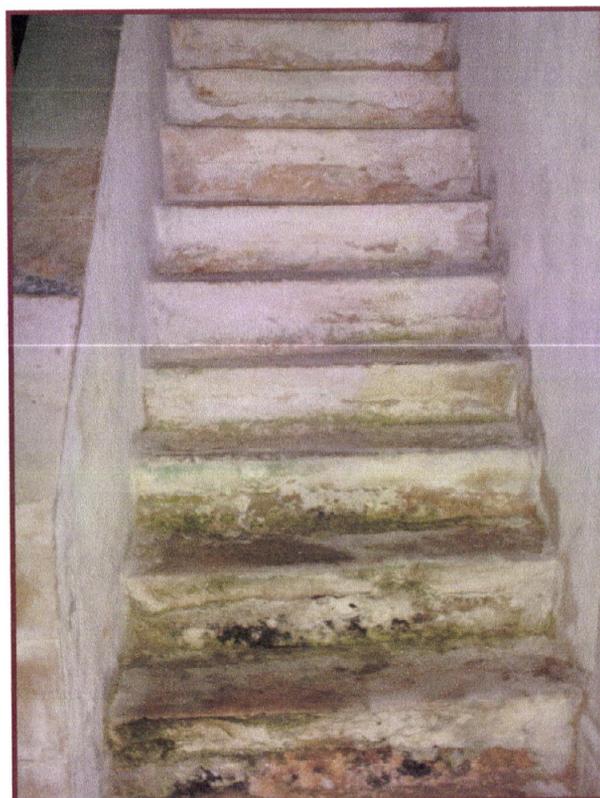


Foto 68 – Ante sacristia: manchas de humidade na escada de acesso ao púlpito.



Foto 69 – Tecto da ante-sacristia: sinais de humidade por infiltração.



Foto 70 – Alçado norte da sacristia para o qual é projectada a água do sistema de rega do terreno contíguo.



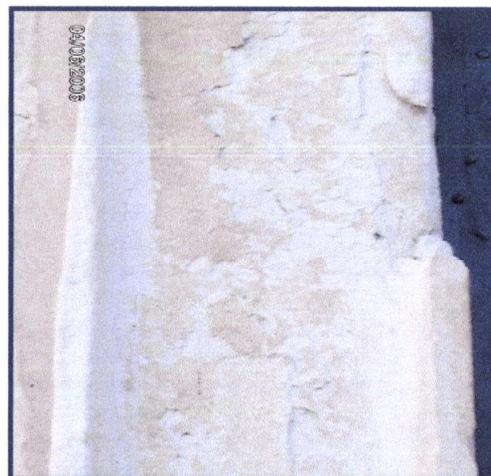
Foto 71 – Portal da igreja.



Foto 72 – Patologias do calcário oolítico da ombreira esquerda do portal: escamação, lascagem e esfoliação.



Foto 73 – Pormenor: escamação, lascagem e esfoliação.



Fotos 74 e 75 – Pormenor: escamação, lascagem e esfoliação.



Fotos 76 e 77 – Patologias do calcário oolítico da ombreira direita do portal: alveolização e apagamento das formas.



Foto 78 – Crostas negras.



Foto 79 – Lacunas resultantes de actos de vandalismo.



Foto 80 – Alteração da pigmentação da superfície da rocha



Foto 1 – Pormenor da alteração da pigmentação



Fotos 82 e 83 – Colonização biológica: líquenes.



Foto 84 – Pormenor da colonização biológica.



Foto 85 – Alçado nascente do dormitório.



Foto 86 – Casa de habitação inserida no antigo dormitório.



Foto 87 – Alçado nascente do dormitório: desagregação da alvenaria.

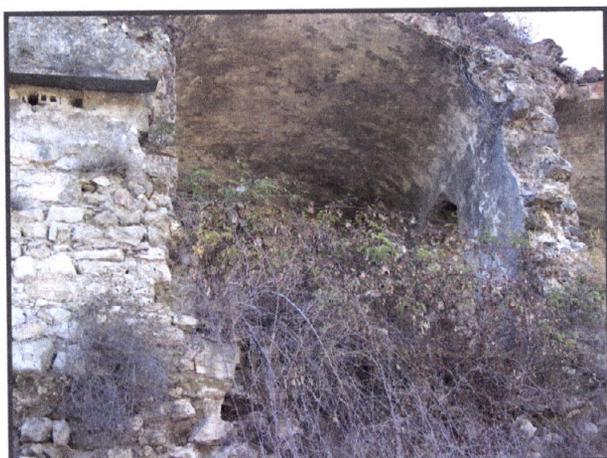


Foto 88 – Pormenor da colonização biológica no alçado nascente do dormitório.



Foto 89 – Vão de janela de uma cela das monjas: alçado nascente.



Foto 90 – Alçado poente do dormitório: vão de acesso à casa da grade.



Foto 91 – Corredor abobadado que antecede a casa da grade.



Foto 92 – Compartimento abobadado do piso térreo do dormitório.



Foto 93 – Dependência abobadada do piso térreo do dormitório.



Foto 94 – Dependência abobadada do piso térreo do dormitório.



Foto 95 – Manchas de humidade e colonização líquénica. Piso térreo do dormitório.



Foto 94 – Manchas de humidade na abóbada do piso térreo do dormitório.



Foto 97 – Corredor do dormitório das monjas: colonização biológica.



Foto 98 – Fendas estruturais nas paredes interiores das celas das monjas.



Foto 99 – Vegetação superior no alçado nascente do dormitório.

Capítulo VIII – Bases para uma Proposta de Conservação e Valorização do Conjunto Monástico Subsistente

8.1 – Proposta de conservação do conjunto monástico subsistente

Qualquer decisão que afecte a conservação e valorização do património no seu contexto territorial deve basear-se numa adequada programação e num amplo consenso, que, para além dos aspectos técnicos e científicos, deve envolver e considerar os desejos da população relativamente ao objecto de intervenção.

A comunidade de Cós espera a recuperação do “seu” mosteiro, para que este possa ser aberto à fruição pública e transformar-se num pólo de dinamização cultural e económica da região norte dos antigos coutos de Alcobaça. A proposta de conservação e valorização que se apresenta para o conjunto monástico subsistente baseia-se no estudo do monumento, considerando também as sensibilidades e expectativas da comunidade em que se insere. Assim, em qualquer intervenção no património edificado, para além do estudo científico do objecto de intervenção, impõe-se, sem dúvida, a importância da reflexão crítica e o diálogo permanente com a comunidade. Neste âmbito, segundo a Carta de Cracóvia, “a conservação do património cultural deve ser uma parte integral dos processos de planificação e gestão de uma comunidade, e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, económico e social desta comunidade”¹.

8.1.1 – Igreja e anexos

É fundamental a manutenção permanente nos espaços da igreja, sacristia e anexos, para que se garanta o seu bom estado de conservação. Esta intervenção exige sempre a inspecção efectuada por técnicos especializados, a partir da qual se poderão proceder aos trabalhos de restauro de manutenção.

¹ *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000, artigo 11º.

Em relação à igreja, sugere-se a conservação e o restauro do retábulo do altar do Senhor da Coluna, situado na parede norte do coro das monjas. É aconselhável na generalidade dos restantes retábulos existentes na igreja a concretização de acções de desinfestação, de conservação e consolidação sempre que o resultado das inspecções assim o determine.

Propõe-se o restauro das sanefas e de outros elementos em talha dourada que foram retirados dos locais de origem na década de 1960, tendo estado durante longo período amontoados no pavimento da ante-sacristia. Os técnicos em conservação e restauro que realizaram a intervenção no retábulo do presbitério, em 2002, aconselharam, para preservação deste espólio de talha dourada, a sua pincelagem com um produto de ataque aos agentes xilófagos, bem como o seu depósito em local mais arejado. Estas peças continuam a aguardar o restauro e a respectiva colocação nos locais de origem, ou seja, na parte superior de todos dos vãos de portas e janelas existentes na nave dos fiéis.

Também é aconselhável proceder-se à continuação dos trabalhos de restauro da grade do coro das monjas, outra das magníficas obras de arte que integram este mosteiro. Alguns dos elementos de talha que faltam na grade encontram-se junto às sanefas.

Os painéis pertencentes ao tecto da sacristia já se encontram restaurados e devem ser colocados no seu local de origem, quanto antes. O prolongamento da sua permanência no pavimento do coro põe em causa o processo de restauro iniciado, devido ao alto teor de humidade existente neste espaço. Propõe-se também que se proceda à conservação das pinturas murais localizadas nas paredes nascente e poente da ante sacristia.

A caixilharia de madeira das janelas da sacristia e ante-sacristia apresentam um estado de conservação crítico, pelo que deverão ser recuperadas, de modo a protegerem o interior do edifício dos agentes atmosféricos. Nestas caixilharias, as acções a desenvolver passam, essencialmente, por trabalhos de manutenção e em casos de elevada deterioração da madeira deverá proceder-se à remoção das peças mais degradadas, bem como à execução dos respectivos empalmes. A escolha da madeira a aplicar deve ser criteriosa, se possível, da mesma qualidade e origem das existentes e deverá estar devidamente seca e estabilizada.

Quando a substituição de elementos de madeira destruídos se torna imprescindível em qualquer acção de conservação do património integrado, é necessário ter em conta diversos aspectos, tais como:

- garantir que já foram previamente efectuadas todas as obras de reparação necessárias, particularmente em telhados, e adoptadas as medidas construtivas que se impõem para reduzir ou, se possível, eliminar as condições favoráveis ao desenvolvimento de agentes xilófagos, nomeadamente através de drenagem do terreno de fundação ou isolamento de alvenarias;
- fazer um levantamento exaustivo da madeira atacada, remover e queimar todo o material destruído, e no caso de fungos retirar ainda a madeira circundante da zona atacada, mesmo que esta pareça sã, para evitar contaminações;
- tratar as alvenarias e a madeira deixada no local com produto adequado;
- evitar o contacto directo entre a madeira e o solo, bem como com alvenarias ou argamassas húmidas;
- assegurar uma boa ventilação da madeira e proceder regularmente à fiscalização do seu estado de conservação;
- estabelecimento de medidas que permitam a realização de inspecções periódicas de forma a detectar em fase inicial quaisquer anomalias².

O cadeiral encontra-se em bom estado de conservação, embora necessite de manutenção como limpeza de poeiras que se foram alojando em diversas partes, na colagem da folha em madeira que nalguns locais se encontra destacada, bem como na hidratação através da aplicação de cera virgem, porque as madeiras apresentam um aspecto ressequido. A susceptibilidade do cadeiral ao ataque e degradação por agentes biológicos implica a inspecção anual da zona entre os espaldares e a parede. Esta acção de limpeza e inspecção é fundamental tendo em consideração o elevado teor de humidade existente no coro das monjas.

Sugere-se que se proceda à limpeza do portal de acesso à nave dos fiéis com o objectivo da remoção das sujidades e da colonização biológica, bem como da abertura, limpeza e refechamento de juntas. As argamassas utilizadas para refechamento das juntas devem possuir algumas características que a seguir se apresentam: suficiente resistência mecânica para aguentar o desgaste assegurando a estabilidade normal entre os elementos; porosidade

² Patologias e Reabilitação de Estruturas de Madeira. Avaliação da Degradação Causada por Agentes Biológicos. Segundas Jornadas de Engenharia de Estruturas. LNEC, 1990.

adequada para reduzir a absorção de água por infiltração e capilaridade; boa aderência à pedra; ausência de sais solúveis; cores condizentes com a pedra onde vai ser aplicada³. Em relação aos métodos de limpeza é imprescindível ter em conta os critérios gerais que devem presidir à limpeza da pedra, nomeadamente: o processo de limpeza deve ser gradativo e selectivo, bem como controlável em todas as suas fases; não deve originar materiais perigosos para a conservação da pedra nem modificações nas superfícies limpas que possam acelerar o processo de decaimento. Assim, a metodologia a desenvolver deve considerar a especificidade dos materiais a remover, bem como o estado de conservação do suporte, de forma a infligir os menores danos possíveis ao material pétreo. Em relação a tratamentos de consolidação, estes são sempre muito controversos atendendo aos riscos inerentes à aplicação de qualquer produto cujo comportamento ao longo do tempo não seja devidamente conhecido. A consolidação em elementos de valor histórico e artístico constitui um grande risco que só deve ser realizado em circunstâncias muito específicas⁴. A execução regular de operações de manutenção permitem garantir uma preservação a longo prazo do portal da igreja de Cós.

Além das acções específicas a desenvolver em relação aos diversos tipos de degradação e patologias registadas, será imprescindível a implementação regular e atempada de trabalhos de manutenção periódica nas coberturas do edifício. A elaboração de um programa de vistorias e pequenos arranjos permitem prolongar a vida útil das coberturas existentes e evitar as infiltrações de água que tantos danos causam à construção e ao seu património integrado. Propõe-se que seja realizada uma manutenção de prevenção aos rigores do Inverno, a decorrer entre Setembro e Outubro, devendo consistir nos seguintes trabalhos:

- limpeza de caleiras e algerozes;
- remoção de vegetação, ninhos e sujidades várias dos canais e recantos das coberturas;
- vistoria para detecção de telhas partidas ou deslocadas bem como de eventuais fissuras ao longo das empenas.

³ A. Elena Charola, "Projecto de conservação de exterior da Torre de Belém", *Torre de Belém. Intervenção de Conservação Exterior*, IPPAR, Lisboa, 2000, p.28.

⁴ Ana Paula Ferreira Pinto e José Delgado Rodrigues, "Conservação de Pedras Calcárias. Estudo de tratamentos e conservação", *Monumentos*, nº 8, p. 116.

Terá também interesse a realização de uma manutenção de Verão, a concretizar através de uma inspeção durante os meses de Maio e Junho, podendo resolver-se alguns problemas causados pelo rigor do Inverno, como o deslocamento de telhas e acumulação de sujidades nas caleiras. Estamos perante simples trabalhos de inspeção e manutenção, passíveis de serem realizados a baixo custo e permitindo prevenir situações com consequências mais gravosas a todos os níveis.

Considera-se a reparação e a manutenção como partes fundamentais do processo de conservação deste património edificado. O acompanhamento atento e sistemático permite prevenir a possível degradação⁵. A prevenção das anomalias é sempre o melhor caminho, quer do ponto de vista da plena fruição do espaço quer do ponto de vista económico, e, como tal, deve ser ensinada e incentivada.

8.1.2 – Edifício do antigo dormitório

A 22 de Agosto de 1966, o Presidente da Junta de Freguesia de Cós, solicitava ao Ministro das Obras Públicas, “que sejam desenvolvidos todos os esforços no sentido de serem adquiridas pela DGEMN as casas de diversos particulares que estão encravadas dentro do adro e das celas do antigo e artístico Convento de Cós. A sede de freguesia está a ser muitíssimo frequentada por turistas de diversas nacionalidades a fim de visitarem o belo convento, mas ficam desolados, ao verificarem o estado de abandono e de ruínas em que se encontram as antigas celas das freiras totalmente ocupadas com currais de gado e palheiros”⁶. Passados 40 anos esta questão encontra-se perfeitamente actual e os visitantes bem como a comunidade em

⁵ Acerca desta questão veja-se a *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000, artigo 2º.

⁶ Cf. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção Regional de Coimbra, A Igreja de Santa Maria de Cós, caixa 13. “A respectiva documentação foi consultada na Direcção Regional de Lisboa. “A 18 de Maio de 1968 a autarquia de Cós, em ofício enviado à DGEMN alerta de novo sobre a necessidade imperiosa de serem retiradas as casas velhas de habitação currais de gado e palheiros, que estão tirando toda a beleza, estética e espaço considerado necessário à valorização do monumento. Estes logradouros foram-lhe subtraídos durante as lutas liberais e nós aspiramos que sejam expropriados e entregues ao seu legítimo dono, que é o Estado”. Já passaram 38 anos e o assunto ainda não foi resolvido.

geral, continuam a deixar transparecer nos seus rostos a desolação, face ao acentuado estado de degradação do antigo dormitório e de toda a sua envolvente.

O Mosteiro de Santa Maria de Cós constitui, sem dúvida, um monumento de valor indiscutível integrado nos antigos coutos e com laços muito profundos com o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Pelo seu valor histórico e artístico é merecedor da dignidade de outros tempos e, por isso, propõe-se, neste estudo, a consolidação e o restauro⁷ do edifício do antigo dormitório das monjas, respeitando a identidade e valor históricos do conjunto monástico subsistente.

Este tipo de intervenção envolve uma elevada especificidade e rigor científicos. Esta tarefa de grande responsabilidade implica a existência de um trabalho desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, na qual se deve privilegiar, a bem do monumento, o cruzamento de informação de carácter científico mas também de sensibilidades imprescindíveis a uma acção desta magnitude. A este propósito, cite-se a Carta de Cracóvia: “A complexidade de um projecto de restauro, ou de qualquer outra intervenção de conservação que implique aspectos históricos, técnicos, culturais e económicos requer a nomeação de um responsável bem formado e competente [...] a coordenação deverá ser levada a cabo por uma pessoa qualificada e bem formada em conservação e restauro”⁸.

O mosteiro de Santa Maria de Cós é, ao mesmo tempo, uma construção e um bem cultural. A intervenção que o envolva deve atender a uma e outra destas vertentes. Enquanto construção, a intervenção pressupõe conhecimentos dos materiais e técnicas, bem como dos sistemas construtivos que caracterizam o edificado. Enquanto bem cultural, pressupõe o diagnóstico rigoroso das patologias com base em visitas de inspecção, estudos e análises que permitam compreender o estado de conservação do edifício. O diagnóstico tem como objectivo servir de base à elaboração de um projecto de consolidação e restauro, compatível com a estrutura existente e respeitando a ética da conservação. Toda a informação histórica existente sobre o conjunto edificado é de extremo interesse neste processo. Define-se também como fundamental a existência de trabalhos arqueológicos prévios à intervenção, pois só as escavações nos poderão dar resposta face à possível existência de um edifício monástico

⁷ Cf. *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000.

⁸ *Idem*, artigos 3º e 13º.

medieval naquele lugar e permitirá certamente o conhecimento sobre os espaços e estruturas referentes ao conjunto monástico quinhentista, bem como a sua dimensão e estrutura, aquando da extinção das ordens religiosas.

No âmbito do projecto de restauro propõe-se, sempre que possível, a manutenção dos materiais, técnicas e sistemas construtivos que o edificado apresenta, respeitando desta forma a sua autenticidade⁹. Neste âmbito, cite-se João Appleton: “Entende-se recomendável privilegiar o uso de materiais e técnicas tradicionais. De facto, com estas, a compatibilidade está em princípio assegurada, porque há o que se pode chamar um prolongamento das soluções existentes; a durabilidade destas soluções é também evidenciada pela própria história dos edifícios antigos, em que diversos elementos e materiais originais, por vezes com centenas de anos, se mantêm em boas condições de utilização, sujeitos apenas a operações esporádicas de conservação”¹⁰. Assim, fica assegurada a compatibilidade mecânico-estrutural bem como a compatibilidade físico-química entre os novos e antigos componentes, de forma a prevenir-se o aparecimento de patologias posteriormente ao restauro. Também a Carta de Cracóvia refere que se deverá estimular “o conhecimento dos materiais tradicionais e das suas antigas técnicas, assim como a sua apropriada manutenção no contexto da nossa sociedade contemporânea, constituindo por si componentes importantes do património cultural”¹¹. O conhecimento destas tecnologias tem diminuído consideravelmente, não só pelo desenvolvimento de novos materiais, mas também pela falta de formação que os diferentes intervenientes nos processos de restauro têm relativamente às soluções tradicionais.

Em relação ao revestimento das alvenarias do edifício do antigo dormitório que se encontram completamente desnudadas, considera-se ser conveniente a aplicação de reboco à base de cal. Estas argamassas não colocam grandes problemas de compatibilidade com os suportes antigos. No entanto, o tempo de presa é muito elevado e dependente das condições ambientais, encontrando-se os técnicos pouco sensíveis a este tipo de questões. As argamassas à base de cimento libertam grandes quantidades de sais solúveis em relação às argamassas tradicionais e a sua baixa porosidade e permeabilidade ao vapor de água dificultam a secagem

⁹ Sobre autenticidade veja-se Fernando Henriques, *A conservação do Património Histórico Edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), Lisboa, 1991, p. 10.

¹⁰ João Augusto da Silva Appleton, *Edifícios Antigos. Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, LNEC, Lisboa 1991, p. 7.

¹¹ *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000, artigo 10º.

e transferência de humidade para o exterior dos edifícios, provocando o aumento do teor de humidade no seu interior¹². Os rebocos tradicionais devem ser aplicados em múltiplas camadas de pequena espessura e cada uma das camadas tem uma função específica no conjunto do revestimento, designando-se das seguintes formas:

- encasque - consiste na aplicação de fragmentos de pedra ou tijolo nos vazios existentes nas alvenarias, de forma a existirem enchimentos estáveis e deve ser executado com camadas de pequena espessura;
- chapisco é a camada que garante a aderência do reboco ao suporte. A argamassa deve ser bastante fluida e rica em ligante e a sua superfície deve ficar rugosa, para permitir que a próxima camada tenha condições de aderência;
- camada de base ou emboço é a camada que garante as funções de impermeabilização e planimetria;
- camada de acabamento ou reboco consiste na última camada com funções estéticas.

Alguns resultados experimentais revelam que a utilização de sabão pode melhorar a capacidade de impermeabilização das argamassas¹³.

Propõe-se que a pintura do edifício seja realizada à base de cal, devido à compatibilidade existente com o suporte de argamassa. Isto permite um melhor desempenho, pela sua elevada permeabilidade ao vapor de água, e em consequência, previne-se o aparecimento de futuras patologias. Deve, então, proceder-se à análise rigorosa das argamassas originais, para determinar a composição a ser utilizada como base para a formulação das argamassas de substituição.

Assim, os materiais e técnicas construtivas existentes no edifício devem ser respeitados e a madeira deve ser utilizada como reforço estrutural sempre que se considere necessário. A madeira é um material orgânico natural de elevada durabilidade e garante a reversibilidade das novas intervenções, de modo a que estas não impliquem uma intrusão no material histórico e possam ser removidas, sempre que se revelem incorrectas ou provoquem danos adicionais sobre o edifício.

¹² Vasco P. Freitas e Paulo Pinto, “Rebocos à base de cal em edifícios antigos. Uma experiência de S. Salvador de Grijó”, *Património – Estudos* nº 1, IPPAR, Lisboa, 2001, p. 166.

¹³ *Idem, ob. cit.*, p. 168.

No piso térreo deste corpo edificado existem capelas adjacentes ao antigo claustro localizadas na parte mais a norte do edifício. Têm os tectos abobadados e decorados com pinturas murais, cujo valor histórico e artístico impõe a necessidade do seu restauro.

Propõe-se que se mantenham os dois pisos do edifício que chegaram até aos nossos dias, mesmo sabendo pela documentação escrita que o dormitório teria tido três pisos. O restauro deve respeitar as evidências históricas existentes, sem pretender reconstruir o edifício apoiado em descrições de outrora.

Em conclusão, o espaço arruinado deve ser recuperado e adaptado a uma nova funcionalidade, sem destruir aspectos essenciais da modulação preexistente. Assim, respeita-se o princípio da autenticidade nas suas variadas vertentes.

8.1.3 – Área Envolvente

A ideia do espírito do lugar de Cós surge agregada à carga histórica daquele sítio, no qual se salienta a relação fundamental do mosteiro com a sua envolvente. O entendimento do complexo monástico de Cós deve ser analisado no seu todo, englobando o lugar onde se insere. Trata-se de um espaço marcado pela presença da espiritualidade e do conhecimento cistercienses.

A aldeia não é apenas um aglomerado populacional com um ponto notável monumental. Ela constitui o resultado de um processo evolutivo marcado por uma aproximação cada vez maior do aglomerado rural em relação ao complexo monástico. Diversas foram as circunstâncias que determinaram esta aproximação, nomeadamente a extinção das ordens religiosas.

Cite-se Fernando Henriques: “Um edifício histórico não deve ser encarado isoladamente mas antes inserido no seu contexto natural, rural ou urbano, conjunto esse que deve ser preservado. As situações em que as preocupações de conservação incidam apenas sobre uma das vertentes daquele conjunto podem originar, no limite, a completa descaracterização do que

se pretendia conservar”¹⁴. Assim, mosteiro e envolvente formam um conjunto que materializa a memória de um passado. O passado originou este conjunto que se considera constituir uma paisagem humanizada com valor histórico excepcional devendo, por isso, salvaguardar-se.

A salvaguarda do espírito do lugar exige a elaboração de um plano que contemple a preservação dos diversos elementos que compõem o conjunto. Devem manter-se as diversas modelações que caracterizam o espaço nas vertentes arquitectónica e paisagística. Assim, salientamos a importância da elaboração de um Plano de Salvaguarda e Valorização de Cós¹⁵.

A aldeia apresenta um traçado viário muito antigo em que se destacam dois eixos fundamentais: Alcobaça / Alpedriz e Alcobaça / Castanheira. O segundo eixo é mais recente que o primeiro, tendo surgido como a solução mais viável para a resolução do problema da acentuada inclinação da anterior via no sentido da Castanheira. A abertura do actual eixo viário que dá acesso à referida localidade fez-se à custa da demolição de estruturas do complexo monástico, nomeadamente a zona sul do edifício do dormitório. Assim, o mosteiro encontra-se em estreita relação espacial com os dois eixos viários. A estrada no sentido de Alpedriz rasga-se a poente do monumento e a estrada no sentido da Castanheira e Juncal contorna-o a sul. A norte, observam-se campos de cultivo e, a nascente, situa-se uma pequena quinta que é propriedade particular, mas que segundo as descrições históricas representa parte do espaço da antiga cerca monástica. Nesta se erguiam várias capelas devocionais. Do conjunto de arquitecturas que a documentação refere terem existido no espaço da cerca monástica, subsistiu, apenas, a fonte que abastecia o mosteiro e que, de resto, se encontra em bom estado de conservação. O limite norte da quinta é assinalado pela presença de partes do antigo muro da referida cerca.

A povoação é bordejada por um rio que corre no limite norte do complexo monástico. O aglomerado populacional encontra-se a sul e a sudoeste do monumento.

Em relação às características gerais do edificado da aldeia existente, salientam-se a presença de dois tipos de construção mais expressivos no conjunto: construção de piso térreo

¹⁴ Fernando Henriques, *A conservação do património histórico edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1991, nº 775, p. 10.

¹⁵ Sobre este assunto consulte-se Elisabete Rodrigues, *Plano de Pormenor e Salvaguarda de Cós*, Comunicação apresentada no âmbito do Congresso Sete Séculos / Sete Marcos, Porto de Mós, 2005, policopiado.

com porta ao centro e janelas laterais e construção de dois pisos. Ambos apresentam coberturas de telhado de duas águas.

Na envolvente podemos então identificar dois tipos de paisagem que se interligam e coexistem formando um todo: a paisagem rural e a paisagem edificada. A norte do complexo monástico mantém-se a ruralidade e a sudoeste podemos testemunhar o espaço edificado que ao longo do tempo se foi aproximando do mosteiro.

Sugerimos que seja elaborado um plano de salvaguarda de todo este conjunto, considerando-se que o mesmo deve contemplar os vários factores que permitam preservar o espírito do lugar. Neste contexto, cite-se a Carta de Washington: “O plano de salvaguarda deve determinar as edificações ou grupos de edificações que devam ser particularmente protegidos, os que devam ser conservados em certas condições e os que, em circunstâncias excepcionais, possam ser demolidos. Antes de qualquer intervenção, as condições existentes na área deverão ser rigorosamente documentadas. No caso de ser necessário efectuar transformações dos imóveis ou construir novos, todo o acréscimo deverá respeitar a organização espacial existente, especialmente seu parcelamento, volume e escala, nos termos em que o impõem a qualidade e o valor do conjunto de construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, desde que não perturbe a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento”¹⁶. Pretende-se que o conjunto habitacional de Cós permaneça com as características que o definem e espelham a sua história centenar.

O respeito pelo conjunto monástico subsistente pressupõe a demolição de elementos exógenos que em nada o valorizam. Considera-se que o Mosteiro de Santa Maria de Cós tem direito a reassumir a magnanimidade que lhe é inerente e nesse sentido propõe-se que as construções adossadas aos alçados nascente e poente do edifício do dormitório sejam demolidas. No entanto, parece pertinente preservar três pequenas construções de arquitectura vernacular, localizadas a sudoeste e paralelas ao edifício do antigo dormitório. Trata-se da recuperação e reconversão de habitações tradicionais como equipamento de apoio ao projecto museológico a propor. Nestes espaços devem funcionar a zona de acolhimento aos visitantes com serviço de recepção, loja e cafetaria bem como outras estruturas de apoio como uma sala de audiovisual para divulgação de informação sobre o mosteiro e a sua envolvente.

¹⁶ *Carta de Washington*, 1986, artigos 5º e 10º.

Este programa de salvaguarda e valorização do monumento pressupõe acções de aquisição e expropriação dos terrenos envolventes ao mosteiro, tendo em vista resgatar para o domínio público as necessárias áreas de enquadramento.

Considera-se também fundamental a elaboração de um projecto de arquitectura paisagista para toda a área envolvente do conjunto monástico subsistente bem como o desvio do trânsito local, através de uma via circundante ao aglomerado.

8.2 – Proposta de valorização do conjunto monástico subsistente

Uma das mais significativas qualidades do património arquitectónico é precisamente o seu carácter de documento. Constitui uma fonte de informação histórica, assumindo o carácter de testemunho de dados artísticos, técnicos, culturais e de múltiplas vivências passadas. Considera-se importante conferir ao mosteiro de Santa Maria de Cós a função de agente de desenvolvimento económico e cultural. Cultura e património devem ser analisados com o objectivo da viabilização de projectos de desenvolvimento que contribuam para a satisfação das necessidades da população, nunca deixando de considerar a questão da sustentabilidade.

Nas inúmeras deslocações a Cós, para a elaboração do trabalho que se apresenta, cruzámo-nos com pessoas interessadas na visita ao monumento e que algumas vezes aproveitavam a nossa presença para terem a oportunidade de o fazer. E assim, observarem como a imponência e beleza interiores contrasta com o aspecto sóbrio e descuidado do seu exterior. Ainda não foram encontradas soluções que permitam manter o espaço da igreja e anexos abertos ao público. A comunidade, em geral, merece a possibilidade de poder fruir de um espaço de história e esplendor, e o “mosteiro” deseja partilhar a sua intimidade com quem o visita.

O património construído deve assumir um papel fundamental na política de desenvolvimento integrado do concelho de Alcobaça, pois constitui ao mesmo tempo a memória educativa da população e um potencial recurso para o futuro. A valorização do

património arquitectónico não vai apenas ao encontro da satisfação das necessidades presentes; ela deve ter como objectivo o desenvolvimento a médio e longo prazos.

O Mosteiro de Santa Maria de Cós constitui uma marca fundamental da presença cisterciense na zona norte dos coutos de Alcobaça. Considera-se que a proposta de conservação e valorização deve contemplar duas vertentes fundamentais e complementares: a recuperação do património edificado e paisagístico e a atribuição de uma nova função para o mesmo.

O resgate do edifício do antigo dormitório das monjas, que se encontra “aprisionado” e desrespeitado no seu próprio espaço, deve consistir numa intervenção de consolidação e restauro, bem como na atribuição de uma função digna do seu passado enquanto espaço funcional de um mosteiro cisterciense feminino que marcou séculos de história.

A nova função deve adequar-se à natureza e às características do espaço em questão. Desta forma, salvaguarda-se a sua autenticidade histórica e fica garantida a sua fruição como bem cultural. Cultura e património devem ser entendidos como factores decisivos de desenvolvimento.

A valorização do mosteiro de Cós deve ser entendida como uma dimensão fundamental de desenvolvimento e um motor de dinamismo da região em que se insere. Trata-se de conferir “vida cultural” à zona norte dos antigos coutos de Alcobaça que contém um património arquitectónico e paisagístico de importância significativa. Neste contexto, fará todo o sentido instalar em Cós uma unidade de investigação do património cultural. A componente da história no domínio local marcada pela presença cisterciense assume particular importância num tempo em que existe uma propensão para a uniformização cultural. Urge desenvolver a consciência do valor da história e do património enquanto marcas da herança cultural colectiva. Assim, para além das funções culturais já existentes e inerentes à paróquia de Cós (celebrações eucarísticas e actividades de âmbito pastoral), apresenta-se a seguinte proposta de valorização do conjunto subsistente e disponibilização à fruição pública: criação de um museu entendido como uma entidade dinâmica, e, como tal, constituir um pólo de investigação e difusão de saberes. Assim, deve constituir um equipamento cultural com potencialidades para desenvolver um trabalho de formação permanente e dinâmica, interagindo com a comunidade e instituições entre as quais se devem privilegiar as escolas da região, comunidade científica e

o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, com o qual existe uma tradição secular de íntima ligação. O “museu” deverá apresentar duas valências: núcleo de estudos de património e história local e núcleo de conservação e restauro. Consideram-se pertinentes os seguintes objectivos gerais:

- desenvolvimento de actividades de índole cultural;
- enquadramento de projectos de investigação no âmbito dos estudos sobre o património cultural e história local;
- estabelecimento de acções de cooperação científica com outras instituições congéneres;
- realização de acções de formação em áreas pertinentes ligadas à salvaguarda do património cultural;
- recolha, tratamento e disponibilização de fundos documentais relacionados com o património edificado e a história local;
- organização de um fundo iconográfico de património e história local, através da recolha, catalogação e digitalização de fotografias e outros suportes de imagem;
- publicação de estudos em parceria com outras instituições.

O “museu” deve ser entendido não só como percurso de espaços preservados do monumento pois as suas visitas devem ser prolongadas pelo espaço envolvente, permitindo a apresentação da história local, através do património construído e da paisagem. Neste contexto, parece pertinente enumerar um conjunto de acções a considerar, nomeadamente:

- realização de projectos de investigação ligados à história local e sua publicação recorrendo a parcerias com outras instituições;
- realização de inventário de património móvel, construído e arqueológico da região;
- exposições permanentes e temporárias sobre temas cistercienses e de divulgação do património arquitectónico e paisagístico dos coutos de Alcobaça, bem como de outros mosteiros da Ordem de Cister;
- instalação de um núcleo de explicação/interpretação do mosteiro de Cós, a partir do qual se deve apresentar a história construtiva do monumento e iniciar-se uma visita interpretada;

- Apresentações com recurso a tecnologia audiovisual acerca do quotidiano de um mosteiro cisterciense feminino e da lógica organizativa dos seus espaços regulares;
- constituir circuitos turístico-culturais, atendendo à relevância do património arquitectónico e paisagístico do concelho de Alcobaça;
- realização periódica de jornadas de divulgação e promoção do património cultural;
- associação a jornadas nacionais ou internacionais, ou a eventos de promoção ambiental ou cultural;
- associação a efemérides específicas relativas ao património cultural;
- realização de acções de formação junto dos professores e alunos das escolas da região;
- realização periódica de festivais de música e teatro em colaboração com outros organismos culturais;
- realização de encontros científicos (conferências, palestras e colóquios) sobre património cultural;
- realização de actividades propostas pela comunidade local;
- instalação de sinalética no espaço do monumento e na sua envolvente.

O museu enquanto espaço educativo para além de projectos de investigação próprios, deve acolher as iniciativas das escolas e outras instituições da comunidade, bem como considerar as propostas provenientes da comunidade científica. A concretização dos objectivos pressupõe a necessidade de captar recursos para o financiamento das acções a desenvolver, através de concursos destinados a esse fim e parcerias com outras instituições.

A criação de um centro de interpretação do mosteiro de Cós deve proporcionar o acréscimo de conhecimento dos visitantes tendo a preocupação de contextualizar o monumento no espaço e no tempo, bem como facilitar a compreensão específica da sua organização espaço-funcional. O referido centro funcionará como um elemento mediador entre o património edificado e o seu público, com o objectivo de permitir uma leitura mais profunda e global do monumento que não se limite apenas à vertente artística. Os princípios gerais que se encontram na base de todo este processo de mediação, entre o complexo monástico e o visitante, são os que seguidamente se apresentam:

- fundamentar a escolha do sítio de implantação do mosteiro de Cós, transmitindo as características gerais dos sítios cistercienses;
- caracterizar as fases de construção do monumento bem como os materiais e sistemas construtivos utilizados;
- apresentar a síntese das intervenções de conservação e restauro efectuadas;
- produção de materiais de divulgação em vários idiomas com uma explicação sucinta do monumento e do património integrado;
- relacionar recursos patrimoniais de proximidade, designadamente através de materiais de divulgação próprios, remetendo os visitantes para outros patrimónios articulados geograficamente.

A proposta de constituição de um núcleo de conservação e restauro resulta da necessidade de encontrar resposta para os problemas de conservação do mosteiro de Cós, bem como do património móvel e edificado de toda a região dos antigos coutos de Alcobaça. Esta valência seria assegurada através de um protocolo a ser concretizado entre o “museu” e uma escola superior de conservação e restauro.

Em síntese, o museu proposto apresentar-se-ia como um centro dinâmico de pesquisa com a finalidade de conhecer, proteger e valorizar o património histórico-cultural. A valência de um centro de estudos e de divulgação do património local, teria os objectivos que se apresentam, entre outros:

- valorizar o património cultural existente através de um aprofundamento do seu conhecimento;
- facilitar a definição de medidas para uma conservação preventiva;
- garantir uma correcta e rigorosa informação sobre o património cisterciense, baseada nas fontes disponíveis, nomeadamente através de folhetos e desdobráveis de divulgação;
- consciencializar a comunidade para a importância da defesa do património arquitectónico e paisagístico da região dos antigos coutos de Alcobaça, salientando-se

a importância da colaboração e trabalho a desenvolver por alunos das escolas limítrofes, com a orientação da comunidade científica nesta área multidisciplinar;

- promover e sedimentar a identidade da comunidade local através da (re) criação de memórias;
- contribuir para afirmar Cós nas rotas nacionais e internacionais do património cisterciense;
- promover a revitalização económica e cultural da região, para melhorar a qualidade de vida da população. A partir do conhecimento do passado, é possível responder de forma mais eficaz aos problemas presentes e futuros.

Acreditamos na viabilidade de opções culturais para a ocupação dos espaços histórico-arquitectónicos, considerando, sempre, a manutenção da sua autenticidade. O património deve constituir um pólo de desenvolvimento, integrando-se no presente e no futuro da comunidade que os gerou ou suportou, visando o crescimento económico e cultural da mesma.

Com a consciência de que qualquer projecto de conservação e valorização deve garantir a sua sustentabilidade económica, consideram-se pertinentes as seguintes acções:

- criação de um mecanismo de gestão que permita de uma maneira eficaz a participação da sociedade civil e dos agentes económicos no processo de conservação e valorização do conjunto monástico subsistente de Cós. Deve existir uma interacção dinâmica que seja proveitosa para todas as partes envolvidas;
- procura de apoios com base no mecenato cultural e de empresas;
- estabelecimento de protocolos com a Câmara Municipal de Alcobaça, Região de Turismo de Leiria – Fátima e Associação de Municípios do Oeste;
- comercialização de objectos alusivos ao mosteiro de Cós;
- organização de programas de actividades de ocupação cultural para alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário;
- reforçar a divulgação do monumento em ligação com outros recursos culturais da região;
- aumentar a ligação do mosteiro de Cós aos operadores turísticos;
- divulgar produtos da região procedendo-se à sua comercialização;

- concessão de um espaço de cafetaria;
- estabelecimento de protocolos com escolas de conservação e restauro, no sentido de se realizarem estágios nas diferentes áreas, com vista à preservação do património construído existente.

A concretização do projecto de valorização apresentado neste estudo transformaria, certamente, o mosteiro de Cós num pólo de maior valia cultural. Nesse sentido, coexistiriam em inter-relação, três directrizes fundamentais: a conservação do património edificado, a defesa da memória da história local e a manutenção da dinâmica de um “museu” – centro de pesquisa e de formação. No espaço do antigo dormitório poderiam funcionar uma sala de exposição permanente e um espaço dedicado a exposições temporárias sobre temas relacionados com o saber, a técnica, a espiritualidade e o quotidiano cistercienses bem como com a defesa do património cultural no seu conceito mais amplo.

A educação deve estar no coração do pensamento e acção do “museu” que se propõe. É na função educativa que este equipamento cultural cumpre verdadeiramente o papel de uma instituição ao serviço da comunidade. Considera-se que o “museu” proposto para a valorização do conjunto subsistente de Cós deve constituir um potencial mediador no estabelecimento de vínculos afectivos das comunidades e das gerações futuras com o seu património e respectiva história local. Neste âmbito, museu e escola devem complementar-se com o objectivo da formação de cidadãos activos e conscientes da importância da preservação do património cultural nas suas diversas vertentes. Se o museu deve encontrar na escola um local privilegiado para divulgação do património cultural, a escola deve encontrar no museu o aprofundamento dos conhecimentos técnicos sobre essa dimensão cultural. Desta interacção resultará, certamente, um empenho mais activo no conhecimento da história local. É importante referir que os jovens de hoje serão no futuro os responsáveis nos vários domínios da sociedade e, como tal, importa fomentar a consciência para a importância da defesa do nosso vínculo civilizacional.

Assim, o “museu” proposto seria um contributo fundamental no processo de formação para uma cidadania activa e consciente da importância que reveste a defesa do nosso património histórico. A formação e educação para a área do património devem ser assumidas

numa perspectiva interdisciplinar e integrada dentro dos sistemas de educação em todos os níveis¹⁷. É importante referir que, em Portugal, durante a Primeira República, numa circular de 27 de Maio de 1915, pede-se aos directores e professores, “o melhor empenho em despertar e manter no espírito dos alunos [...] o respeito por todos os monumentos, e pela própria paisagem nacional, como sendo uns e outra, por assim dizer, a história e a alma da terra portuguesa, devendo até, por isso [...] procurar dar aos outros o conhecimento conveniente da origem e valor histórico de tais monumentos, de maneira a firmar nos educandos o carácter cívico e patriótico, ao mesmo tempo que se lhes desenvolve o gosto e amor pela arte”¹⁸. Esta questão revela-se, na actualidade, bastante pertinente, pois ainda existe um longo caminho a percorrer, para que germine uma profunda consciencialização de que a preservação da herança cultural depende do comportamento e atitudes de todos nós, enquanto elementos da sociedade em que nos inserimos.

O conceito de preservação do património não deve ser entendido, apenas, como forma de resolução de situações de decaimento do património edificado. Deverá ser entendido num sentido cultural mais abrangente. Assim, é necessário conhecer para preservar.

De acordo com Virgolino Jorge, “nalguns aspectos, a conservação do património monumental produz um valor pedagógico elevado, ao preocupar-se com a defesa e não com a agressão do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos, ao qualificar as construções segundo as suas características formais e históricas e ao exercitar o olhar e a sensibilidade dos cidadãos para a leitura interpretativa dos seus valores estéticos e funcionais. É uma espécie de Escola de Arquitectura, misto de ciência e de prática, onde se reflecte sobre as pedagogias do património e se ensaiam e definem metodologias inovadoras [...]”¹⁹.

¹⁷ *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e Restauo do Património Construído*, 2000, artigo 13º.

¹⁸ Citado por Eduardo Jorge Esperança, *Património e Comunicação. Políticas e práticas culturais*, Vega, Lisboa, 1997, p. 171.

¹⁹ Virgolino Ferreira Jorge, “Conservação de Património e Política Cultural Portuguesa”, *Anais da Universidade de Évora*, nº 3, 1993, p.32.

Conclusão

O Mosteiro de Santa Maria de Cós constitui uma marca fundamental da presença cisterciense na zona norte dos antigos coutos, tendo uma ligação muito profunda com o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

A comunidade religiosa feminina de Santa Maria de Cós aparece documentada desde o período medieval. Em termos arquitectónicos parece aceitável que o mosteiro só teria adquirido alguma visibilidade no século XVI, com as obras de 1529, sob a direcção de João de Castilho e, em 1560, com o abaciado do cardeal infante D. Henrique. Na perspectiva de Maria Alegria Marques, o mosteiro de Cós, no período medieval seria, talvez, um conjunto de pequenos edifícios que, ao longo do tempo, se juntaram no mesmo local¹. A campanha de obras promovida pelo cardeal D. Henrique terá sido concluída por volta de 1562, sendo terminadas as obras da igreja, do coro, do dormitório e claustro². A partir dos anos 60 do século XVII, o mosteiro foi sujeito a obras que o renovaram completamente. Assim, temos a construção da nova igreja situada a norte da torre sineira. Os lugares regulares do mosteiro foram construídos a sul da igreja, por razões relacionadas com a fisiografia local, seguindo, neste ponto, a orientação quinhentista dos espaços regulares. Outras obras foram realizadas no século XVIII, nomeadamente a ampliação do dormitório das monjas. No século XVIII, a avaliar pela documentação existente, o complexo monástico apresentava significativa importância.

Após a extinção das Ordens religiosas, em 1834, o mosteiro foi vandalizado e amputado, restando apenas a sacristia e anexos bem como uma parte do corpo do antigo dormitório das monjas que apresenta um avançado estado de degradação.

O monumento foi classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto nº 35 443, de 2 de Janeiro de 1946. Nestes últimos 40 anos, a igreja tem sido objecto de intervenções de conservação e restauro por parte da entidade que o tutela, a Direcção- Geral

¹ Maria Alegria Marques, “Bronseval revisitado ou o saldo da medievalidade nos mosteiros cistercienses portugueses”, *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, IPPAR, Lisboa, 2000, p. 74.

² Cristina Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998, p. 92.

dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Este processo tem, de facto, constituído um factor fundamental na salvaguarda da igreja e anexos. No entanto, o mosteiro permanece fechado sobre si mesmo. A degradação do corpo do antigo dormitório exige uma reflexão consciente e determinada no sentido da salvaguarda do conjunto monástico subsistente.

A importância excepcional do mosteiro de Santa Maria de Cós obriga, indiscutivelmente, à necessidade de uma intervenção tendente à conservação e valorização do conjunto subsistente. A proposta de conservação e valorização contém duas vertentes fundamentais: a metodologia de conservação dos edifícios subsistentes e a valorização dos mesmos, através de uma nova funcionalidade como museu – centro dinâmico de pesquisa e formação em património cultural. Procurou-se estabelecer uma metodologia da conservação de acordo com as necessidades do monumento e fundamentada nos princípios consagrados nas Cartas e Convenções internacionais respeitantes à conservação e restauro de monumentos e sítios, também subscritas por Portugal³. Assim, considera-se fundamental proceder aos trabalhos de conservação referidos ao longo do estudo. Relativamente à igreja, é imprescindível uma acção baseada nos cuidados preventivos que adiem intervenções mais profundas, tendo sempre presente que a intervenção em edifícios antigos constitui uma operação complexa exigindo um acompanhamento crítico por parte de equipas multidisciplinares. É também fundamental a consolidação e restauro do corpo do antigo dormitório, respeitando, sempre, o princípio da autenticidade.

Com a metodologia proposta pretende-se conservar e valorizar o património construído considerando também a sua área envolvente, para a qual se defende a elaboração de um plano de salvaguarda e valorização. Parece irrecusável que só através desta metodologia de conservação e valorização, o mosteiro de Santa Maria de Cós pode reencontrar a dignidade de outrora e constituir um factor de riqueza e de progresso social, económico e cultural da região em que se insere. Assim, com a reabilitação e a criação das infra-estruturas propostas, o imóvel reforça decididamente a sua característica de pólo de atracção e de sociabilidade local

³ Cf. Maria João Baptista Neto, “Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa”, *Estudos – Património* nº3, IPPAR, Lisboa, 2002, pp. 93 – 99, e idem, “A propósito da Carta de Veneza (1964 – 2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”, *Estudos – Património* nº 9, IPPAR, Lisboa, 2006, pp. 91 – 99.

e regional, aumentando a procura turística e permitindo articular a cultura aos sectores transversais da educação e do desenvolvimento.

Espera-se que este estudo constitua um contributo para um melhor conhecimento do monumento nas suas várias vertentes e que as sugestões de conservação e valorização apresentadas possam ser um ponto de partida para a salvaguarda do complexo monástico cisterciense que acolheu as “donas de Cós”.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Torre do Tombo

Ministério das Finanças [Arquivo Histórico]: Conventos Extintos, Cx. 2263, Doc. 421.

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: M.º 163.

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Livros: 241, 243, 251.

Mosteiro de Santa Maria de Cós: Livros: 9 a 21.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Reservados: Fundo Geral, Códices 1479 e 1494.

Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais de Lisboa

“Dossiers” da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção Regional de Coimbra, referentes à Igreja de Santa Maria de Cós.

A respectiva documentação foi consultada na Direcção Regional de Lisboa.

Fontes Impressas

ALMEIDA, M. Lopes de (introdução e revisão), *Crónicas dos Reis de Portugal*, Lello e Irmão Editores, Porto, 1975.

BRONSEVAL, Frère Claude de, *Perenigratio Hispanica (1531-1533)*, 2 tomos, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.

Foral da Vila de Cós, (ed. por João Cabral), “O Mensageiro”, Leiria, 6.X.1982 a 9.XII.1983.

NASCIMENTO, Aires A. (introdução, tradução e notas), *Cister. Documentos Primitivos*, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

Regra de S. Bento, Edições *Ora et Labora*, Santo Tirso, 1992.

SANTOS, Fr. Manuel dos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, leitura, introdução e notas de Aires de Nascimento, ADEPA, Alcobaça, 1978.

Bibliografia Geral e Específica

AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP, Porto, 2002.

AIRES, Cristovão Aires, “Alexandre Herculano e a Academia Real das Ciências de Lisboa”, *Boletim da Segunda Classe. Homenagem a Alexandre Herculano no Centenário do seu Nascimento*, vol. III, fasc. 3, Typ. da Academia, Lisboa, 1910.

AIRES-BARROS, Luís, *As rochas dos monumentos portugueses. Tipologias e patologias*, Vol.1, IPPAR, Lisboa, 2001.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol.III, Livraria Civilização, Porto, 1968.

APPLETON, Appleton, “A necessidade de uma cultura técnica”, *Centros Históricos*, nº 8, Jul / Set 2001.

APPLETON, João Augusto da Silva, *Edifícios Antigos. Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, LNEC, Lisboa, 1991.

APPLETON, *Tecnologias de intervenção em edifícios antigos. Consolidação de estruturas*, CCRLVT, Lisboa, Março 1993.

BARBOSA, Pedro Gomes, “Coz Maior et Coz Minor”, em *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. I, (coord. de Mário Jorge Barroca), Faculdade de Letras, Porto, 1999.

BARBOSA, Pedro e MOREIRA, Maria de Luz, *Seiva Sagrada*, Edição da Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça, Alcobaça, 2006.

BERLIOZ, Jacques, *Monges e Religiosos na Idade Média*, Edições Terramar, Lisboa, 1996.

BERNARDA, João da, “A Arte da Cerâmica no Mosteiro e nos Coutos Alcobacenses”, em *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR – Museu de Alcobaça, Lisboa, 1995.

Boletim da Província da Estremadura, Série II, Número XII, 1946.

BORGES, Júlio António, *O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar e os Monges de Cister*, Edição da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 1997.

BORGES, Nelson Correia, *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e Realidade*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

BUCHO, Domingos Almeida, *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre*, Edição do autor, Évora, 1995.

CARVALHEIRA, Ana Margarida, *A Igreja Cisterciense de Santa Maria de Aguiar. O conjunto arquitectónico medieval e as campanhas de restauro da DGEMN (1936-1962)*, Edição Parque Arqueológico Vale do Côa, 2002.

CASAS CASTELLS, Elena, “Dos Tipos de Arquitectura Monastica Medieval: Cistercienses y Clarisas”, Separata de *Verdad y Vida*, t. II, Madrid, 1994.

CHAROLA, A. Helena, “Projecto de conservação de exterior da Torre de Belém, em *Torre de Belém. Intervenção de Conservação Exterior*, IPPAR, Lisboa, 2000.

CHEDOZEAU, B., *Choeur clos, choeur ouvert*, Paris, 1998.

COCHERIL, Maur, “Abadias Cistercienses Portuguesas Inventário e Cronologia das Abadias do Século XII,” Separata da Revista *Lusitânia Sacra*, Tomo IV, Lisboa, 1959.

COCHERIL, Maur, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, IN CM, Lisboa, 1989.

COCHERIL, Maur, *Cister em Portugal, Edições Panorama*, Porto, 1965.

COCHERIL, Maur, *Etudes sur le Monachisme en Espagne et au Portugal*, Bertrand, Lisboa, 1966.

COCHERIL, Maur, “Les Azulejos de l’ Abbaye Cistercienne de Cós en Estremadura”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1974.

COCHERIL, Maur, *Notes sur l’Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1983.

COCHERIL, Maur, *Note sur la Décoration de L’ Église de L’Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edição da ADEPA, Alcobaça, 1983.

COCHERIL, MAUR, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1978.

CUSTÓDIO, Jorge, “Património, Sociedade e Ideologia: Algumas Reflexões para a Construção do Futuro do Pretérito”, *Vértice*, 449, Coimbra, 1982.

CUSTÓDIO, Jorge, “Salvaguarda do Património, “Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, em *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993.

DIAS, Eduardo Rocha, *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1889*, Tipografia da Casa da Moeda, Lisboa, 1907.

DIAS, Geraldo, J.A. Coelho e outros, *Cister no Vale do Douro*, Edições Afrontamento, Porto, 1999.

DUBY, Georges, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, Edições Asa, Lisboa, 1997.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *Património e Comunicação. Políticas e práticas culturais*, Vega, Lisboa, 1997.

FIGUEIREDO, António J. Ferreira, *Relatório de escavação arqueológica. Rua Afonso Barbosa, Cós (Alcobaça)*, IPA, Processo 2001/ 1 (015), policopiado.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Povoação da Estremadura no século XVI*, *Archivo Historico Portuguez*, Vol. VI, nº 7, 1908.

FREITAS, Vasco P. e PINTO, Paulo, “Rebocos à base de cal em edifícios antigos. Uma experiência de S. Salvador de Grijó”, *Património – Estudos*, nº 1, Lisboa, IPPAR, 2001.

GOMES, Saul António, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*, IPPAR, Lisboa, 1998.

GONÇALVES, Iria, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

GARCIA, Edufno Borges, “O Castelo da Póvoa de Cós”, *Arquivo de Beja*, vol. XXII, 1967.

GUSMÃO, Artur, *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, Edição do autor, Lisboa, 1953.

HENRIQUES Fernando M. A., *A conservação do Património Histórico Edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), Lisboa, 1991.

- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos I*, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Editorial Presença, Porto, 1982.
- JORGE, Virgolino Ferreira, “Conservação do Património e Política Cultural Portuguesa”, *Anais da Universidade de Évora*, nº 3, 1993.
- JORGE, Virgolino Ferreira, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal. Notas sobre as tipologias dos sítios e das igrejas”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 94, 2º tomo, 2000-2002.
- JORGE, Virgolino Ferreira, “Princípios de Salvaguarda do Património”, *Correio da Natureza*, nº 17, Lisboa, 1992.
- LEITÃO, Luiz Augusto, *Curso Elementar de Construções*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.
- LEKAI, J. Louis, *Los Cistercienses. Ideales y realidad*, Editorial Herder, Barcelona, 1987.
- LEROUX Gerard, “A Abadia de Santa Maria de Cós foi fundada antes de 1241”, *O Alcoa*, Alcobaca, 28 de Abril de 1994.
- MARQUES GOMES, *Luctas Caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, tomo 1, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.
- MARQUES, José, “Os Mosteiros Cistercienses Nos Finais do Século XVIII”, *Actas Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. II, Ourense, 1992.
- MARQUES, Maria Alegria, “A Integração das Mulheres na Ordem de Cister. O Caso Português”, *Actas do II Congreso Internacional Sobre El Cister en Galicia y Portugal*, Vol. 1, Ourense, 1998.
- MARQUES, Maria Alegria, “Bronseval revisitado ou o saldo da medievalidade nos mosteiros cistercienses portugueses”, em *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, IPPAR, Lisboa, 2000.
- MARQUES, Maria Alegria, *Estudos sobre a Ordem Cisterciense em Portugal*, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.
- MARQUES, Nuno Furtado, “Geologia”, *Roteiro Cultural da Região de Alcobaca*, Câmara Municipal de Alcobaca, Alcobaca, 2000.
- MATEUS, J. Mascarenhas, *Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias. A Literatura Técnica de 1750 a 1900 e o seu Contributo para a Conservação de Edifícios Históricos*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

MATTOSO, José, *Fragmentos de uma composição medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, 1987.

MAURÍCIO, Rui, “As Igrejas dos Coutos de Alcobaça no Século XVI”, *Actas do II Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. 2, Ourense, 1992.

MOREIRA, Rafael F. Domingues, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, vol. I, Edições Colibri, Lisboa, 1991.

NATIVIDADE, Manuel Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça*, Imprensa Progresso, Coimbra, 1885.

NETO, Maria João Baptista, “A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”, *Estudos-Património*, nº 9, IPPAR, Lisboa, 2006.

NETO, Maria João Baptista, “Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa”, *Património-Estudos*, nº 3, IPPAR, Lisboa, 2002.

NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja”, em *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol.V, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.

NETO, Victor, “O Político e o Eclesiástico (1832 – 1910). A ruptura e o compromisso”, *Revista de História*, nº14, 1995.

OLIVEIRA, António de, “A População das Comarcas de Leiria e de Santarém em 1537”, *Revista Portuguesa de História*, T. XV, Coimbra, 1975.

OLIVEIRA, P. Miguel de, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1951.

ROTHERY, David, *Geologia*, Publicações Europa América, Mem Martins, 2002.

RUIZ, José Zurita, *Dicionário Básico da Construção*, Plátano Edições, Lisboa, 1999.

SERRÃO, Vítor, “A Arte da Pintura entre o Gótico Final e o Barroco na Região dos Antigos Coutos de Alcobaça”, em *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR – Museu de Alcobaça, Lisboa, 1995.

SERRÃO, Vítor “Pintura maneirista e barroca na região dos Coutos de Alcobaça, 1538-1750”, em *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, IPPAR, Lisboa, 2000.

SILVA, Jorge Henrique Pais da e CALADO, Margarida, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Editorial Presença, Lisboa, 2005.

SILVA, José Cornélio da, “Política, Conservação e Restauro”, *Aedificiorum 1*, Lisboa 1988.

SILVA, José Sidónio M. da, *O Mosteiro das Chagas de Lamego. Vivências, Espaços e Espólio litúrgico 1588-1906*, Quarteto Editora, Coimbra, 2002.

SMITH, Robert, *Cadeiras de Portugal*, Lisboa, 1958.

SIMÕES, J. M. dos Santos, *Azulejaria em Portugal no Século XVII*, Tomo II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1971.

SOUSA, Cristina Pina e GOMES, Saul António, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*, Edições Magno, Leiria, 1998.

TRINDADE, Maria Augusta, “O sentido da decoração no painel do espaldar do cadeiral de Cós”, *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património – Alcobaça – 78*, Alcobaça, 1978, policopiado.

Índice das Figuras

- Des. 1 – Zona de Protecção da Igreja de S.^a Maria de Cós. Escala 1:1000
- Des.2 – Zona de Protecção da Igreja de S.^a Maria de Cós. Escala 1:500
- Mapa 1 – Planta de Localização de Cós. – Ortofotomapa. Escala 1:5000
- Mapa 2 – Planta de Localização de Cós. – Ortofotomapa. Escala 1:2000
- Fig. 1 – Concelho de Alcobaça: localização de Cós
- Fig. 2 – Carta topográfica escala 1:25000
- Fig.3 – Planta da igreja, sacristia e anexos
- Fig.4 – Alçado poente da igreja.
- Foto 1 – Inserção do mosteiro no vale. Vista norte.
- Foto 2 – Interior da igreja e coro das monjas
- Foto 3 – Retábulo do presbitério da igreja.
- Foto 4 – Trono Eucarístico: retábulo do presbitério.
- Foto 5 – Sagrada Família: retábulo do presbitério.
- Foto 6 – Sanefa policroma do retábulo do presbitério.
- Foto 7 – Imagem de S. Bernardo: retábulo do presbitério.
- Foto 8 – Imagem de S. Bento: retábulo do presbitério.
- Foto 9 – Altar de S. João Baptista (hoje do Sagrado Coração de Jesus). Parede norte da nave dos fiéis.
- Foto 10 – Altar das Almas com pintura alusiva ao Purgatório de Josefa de Óbidos.
Parede sul da nave dos fiéis.
- Foto 11 – Altar de N. Sra. do Rosário (hoje do Senhor da Coluna). Parede norte do coro.
- Foto 12 – Altar de N. Sra. do Milagre (hoje do Senhor dos Passos). Parede sul do coro.
- Foto 13 – Vista geral do coro das monjas.
- Foto 14 – Parede norte do coro.
- Foto 15 – Cadeiral do coro.
- Foto 16 – Portal manuelino.

- Foto 17 – Tecto apainelado da igreja pintado em policromia.
- Foto 18 – Portal da igreja.
- Foto 19 – Torre sineira.
- Foto 20 – Torre sineira: níveis superiores.
- Foto 21 – Sacristia: parede nascente.
- Foto 22 – Painele de azulejo alusivo a S. Bernardo.
- Foto 23 – Edifício do antigo dormitório situado a sul e perpendicular à igreja.
- Foto 24 – Alçado poente do antigo dormitório.
- Foto 25 – Vista parcial do edifício do antigo dormitório devido às estruturas que lhe foram adossadas.
- Foto 26 – Alçado nascente do dormitório.
- Foto 27 – Piso térreo do antigo dormitório.
- Foto 28 – Tecto decorado de uma das capelas adjacentes ao antigo claustro.
- Foto 29 – Capela adjacente ao antigo claustro.
- Foto 30 – Casa da grade situada no piso térreo do dormitório.
- Foto 31 – Corredor abobadado que antecede a casa da grade.
- Foto 32 – Vão da antiga grade.
- Foto 33 – Corredor abobadado do dormitório das monjas.
- Foto 34 – Interior de uma antiga cela.
- Foto 35 – Muro da antiga cerca monástica. Vista norte.
- Foto 36 – Fonte localizada no espaço da antiga cerca monástica.
- Foto 37 – Corredor abobadado da nascente.
- Foto 38 – Abóbada com tijolo ao cutelo.
- Foto 39 – Alvenaria de pedra irregular com ligante de argamassa de cal e areia.
Parede resistente do alçado poente do dormitório.
- Foto 40 – Alvenaria de pedra irregular e tijolo com ligante de argamassa de cal e areia.
Parede interior da casa da grade.
- Foto 41 – Vão de janela do alçado poente do dormitório. Ainda apresenta vestígios da

cantaria.

Foto 42 – Vão de janela com arco de descarga construído em tijolo maciço. Alçado Poente do dormitório.

Foto 43 – Abóbada do piso térreo do dormitório.

Foto 44 – Faixa de cantaria com a função de impedir a escorrência de águas pluviais ao longo da parede. Alçado poente do dormitório.

Foto 45 – Cunhal da igreja construído com pedra aparelhada de dimensões irregulares.

Foto 46 – Estrutura de pedra aparelhada visível na portaria da igreja.

Foto 47 – Estrutura de pedra aparelhada visível no interior do segundo nível da torre Sineira.

Foto 48 – Torre sineira e alçado sul da igreja de Santa Maria de Cós (década de 1950). DGEMN.

Foto 49 – Alçado sul da igreja (década de 1950). DGEMN.

Foto 50 – Portal da igreja.

Foto 51 – Igreja de Santa Maria de Cós (década de 1950). Vista norte. DGEMN.

Foto 52 – Alçado norte da igreja e sacristia (década de 1950).

Foto 53 – Alçado sul da igreja (década de 1950). DGEMN.

Foto 54 – Antigo dormitório situado a sul e perpendicular à igreja (década de 1950). DGEMN.

Foto 55 – Restauro da cobertura da igreja (década de 1960). DGEMN.

Foto 56 – Consolidação estrutural com cintagem em betão armado do telhado da sacristia (década de 1970). DGEMN.

Foto 57 – Portal manuelino (década de 1970). DGEMN.

Foto 58 – Varandim do órgão antes da intervenção (década de 1970). DGEMN.

Foto 59 – Cadeiral do coro das monjas (década de 1950). DGEMN.

Foto 60 – Coro das monjas com tecto apainelado (década de 1950). DGEMN.

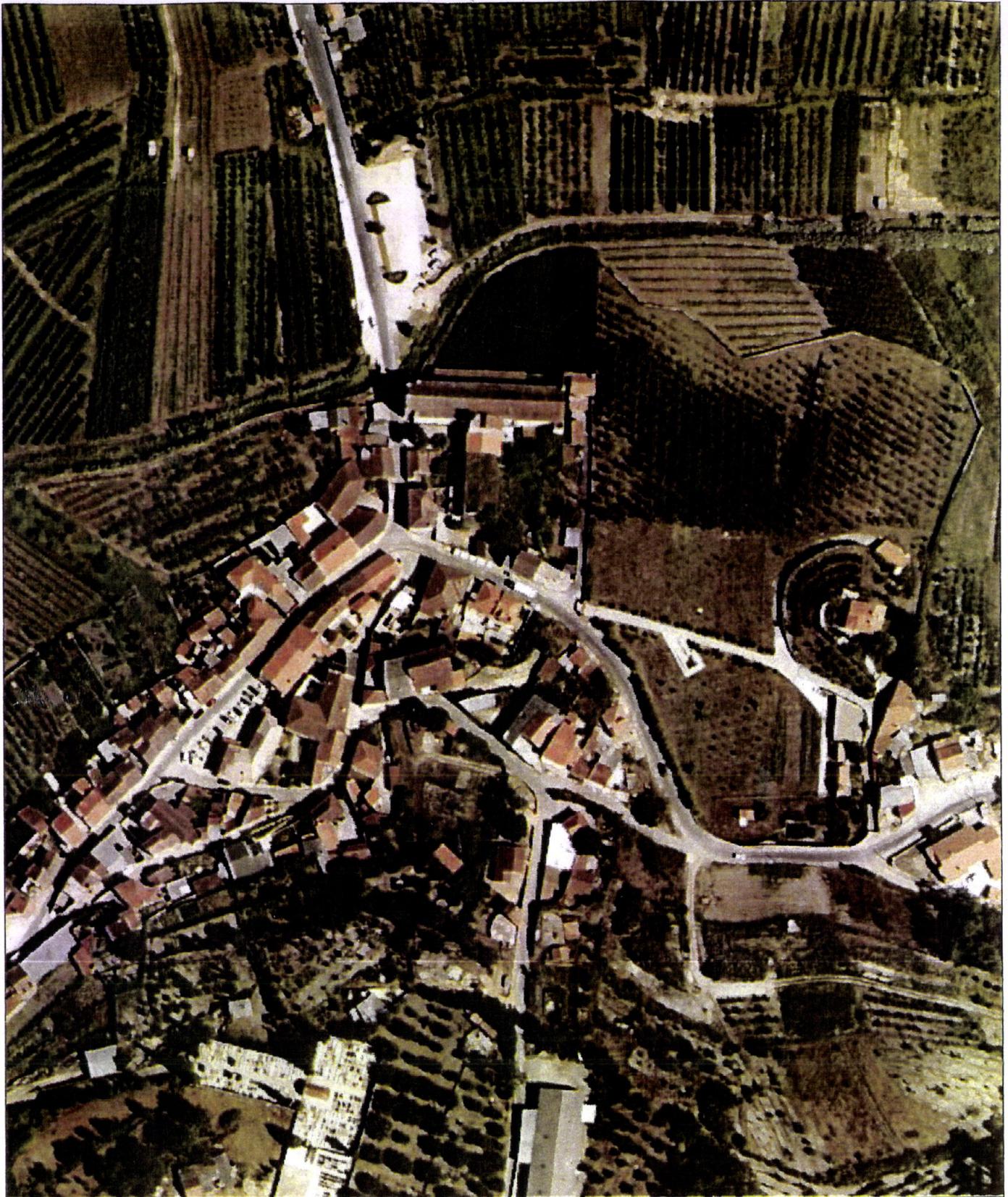
Foto 61 – Tecto apainelado (década de 1950). DGEMN.

Foto 62 – Vista geral do interior da igreja (década de 1950). DGEMN.

- Foto 63 – Humidade ascendente no pavimento do coro das monjas.
- Foto 64 – Mancha de humidade junto ao portal manuelino.
- Foto 65 – Mancha de humidade no pavimento da sacristia.
- Foto 66 – Humidade por infiltração. Parede norte da sacristia.
- Foto 67 – Mancha de humidade no pavimento da ante-sacristia.
- Foto 68 – Ante-sacristia: manchas de humidade na escada de acesso ao púlpito.
- Foto 69 – Tecto da ante-sacristia: sinais de humidade por infiltração.
- Foto 70 – Alçado norte da sacristia para o qual é projectada a água do sistema de rega do terreno contíguo.
- Foto 71 – Portal da igreja.
- Foto 72 – Patologias do calcário oolítico da ombreira esquerda do portal: escamação e lascagem.
- Foto 73 – Pormenor: escamação, lascagem, esfoliação.
- Foto 74 – Pormenor: escamação, lascagem, esfoliação.
- Foto 75 – Pormenor: escamação, lascagem, esfoliação.
- Foto 76 – Patologias do calcário oolítico da ombreira direita do portal: alveolização e apagamento das formas.
- Foto 77 – Patologias do calcário oolítico da ombreira direita do portal: alveolização e apagamento das formas.
- Foto 78 – Crostas negras.
- Foto 79 – Lacunas resultantes de actos de vandalismo.
- Foto 80 – Alteração da pigmentação da superfície da rocha.
- Foto 81 – Pormenor da alteração da pigmentação.
- Foto 82 – Colonização biológica: líquenes.
- Foto 83 – Colonização biológica: líquenes.
- Foto 84 – Pormenor da colonização biológica.
- Foto 85 – Alçado nascente do dormitório.
- Foto 86 – Casa de habitação inserida no antigo dormitório.

- Foto 87 – Alçado nascente do dormitório: desagregação da alvenaria.
- Foto 88 – Pormenor da colonização biológica no alçado nascente do dormitório.
- Foto 89 – Vão de janela de uma das celas das monjas: alçado nascente.
- Foto 90 – Alçado poente do dormitório: vão de acesso à casa da grade.
- Foto 91 – Corredor abobadado que antecede a casa da grade.
- Foto 92 – Compartimento abobadado do piso térreo.
- Foto 93 – Dependência abobadada do piso térreo do dormitório.
- Foto 94 – Dependência abobadada do piso térreo do dormitório.
- Foto 95 – Manchas de humidade e de colonização líquénica. Piso térreo do dormitório.
- Foto 96 – Manchas de humidade na abóbada do piso térreo do dormitório.
- Foto 97 – Corredor do dormitório das monjas: colonização biológica.
- Foto 98 – Fendas estruturais nas paredes interiores das celas das monjas.
- Foto 99 – Vegetação superior no alçado nascente do dormitório.

Anexo Gráfico

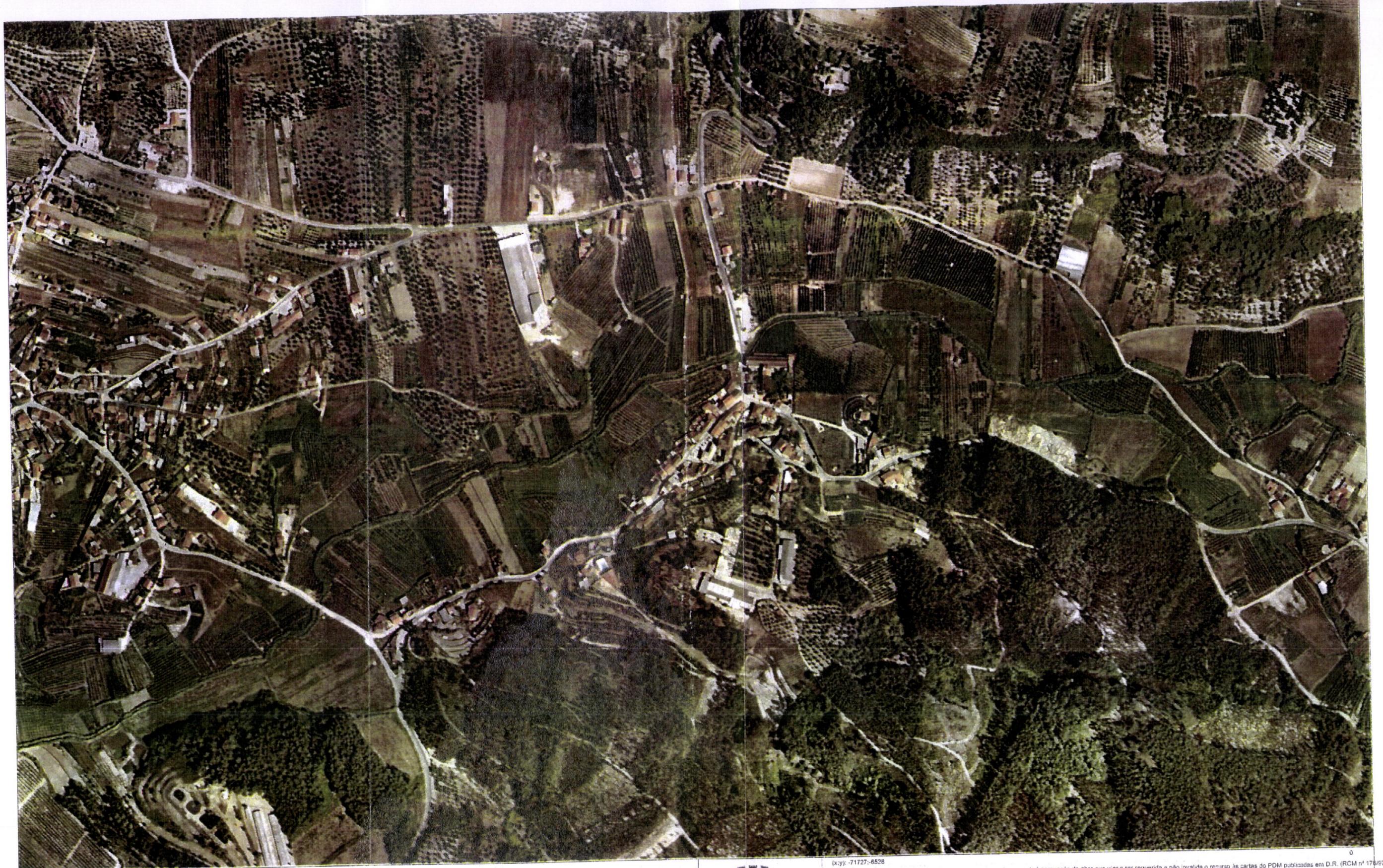


(x,y): -70829,17;-7313,92

38735

O Fornecimento desta Planta não implica qualquer compromisso quanto à aprovação da obra que vier a ser requerida e não invalida o recurso às cartas do PDM publicadas em D.R. (RCM nº 176/97 de 25/10)

 Câmara Municipal de Alcobaça	Planta de Localização - Ortofotomapas 			
	requerente			
	residência	Alcobaça	guia nº	data
local	Cós	escala	o funcionário	
		6360	14-09-2006	
		1:2 000		



(x,y): -71727;-6528
O Fornecimento desta Planta não implica qualquer compromisso quanto à aprovação da obra que vier a ser requerida e não invalida o recurso às cartas do PDM publicadas em D.R. (RCM nº 176/57 de 25/0

Câmara Municipal de Alcobaça

Planta de Localização - Ortofotomapa 1

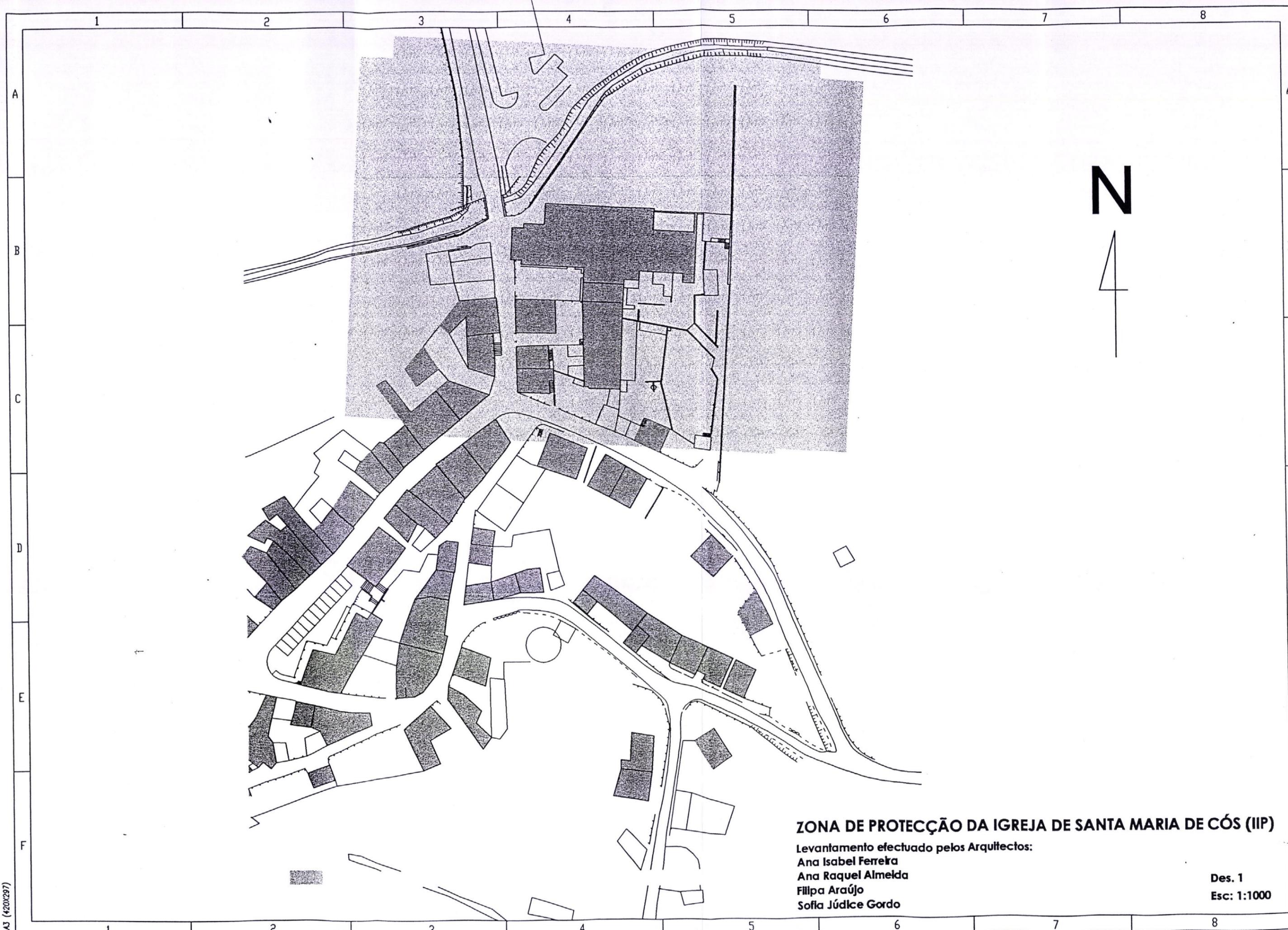


escala

1:5 000

data
14-09-2006

o funcionário

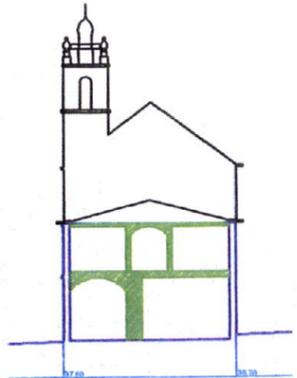
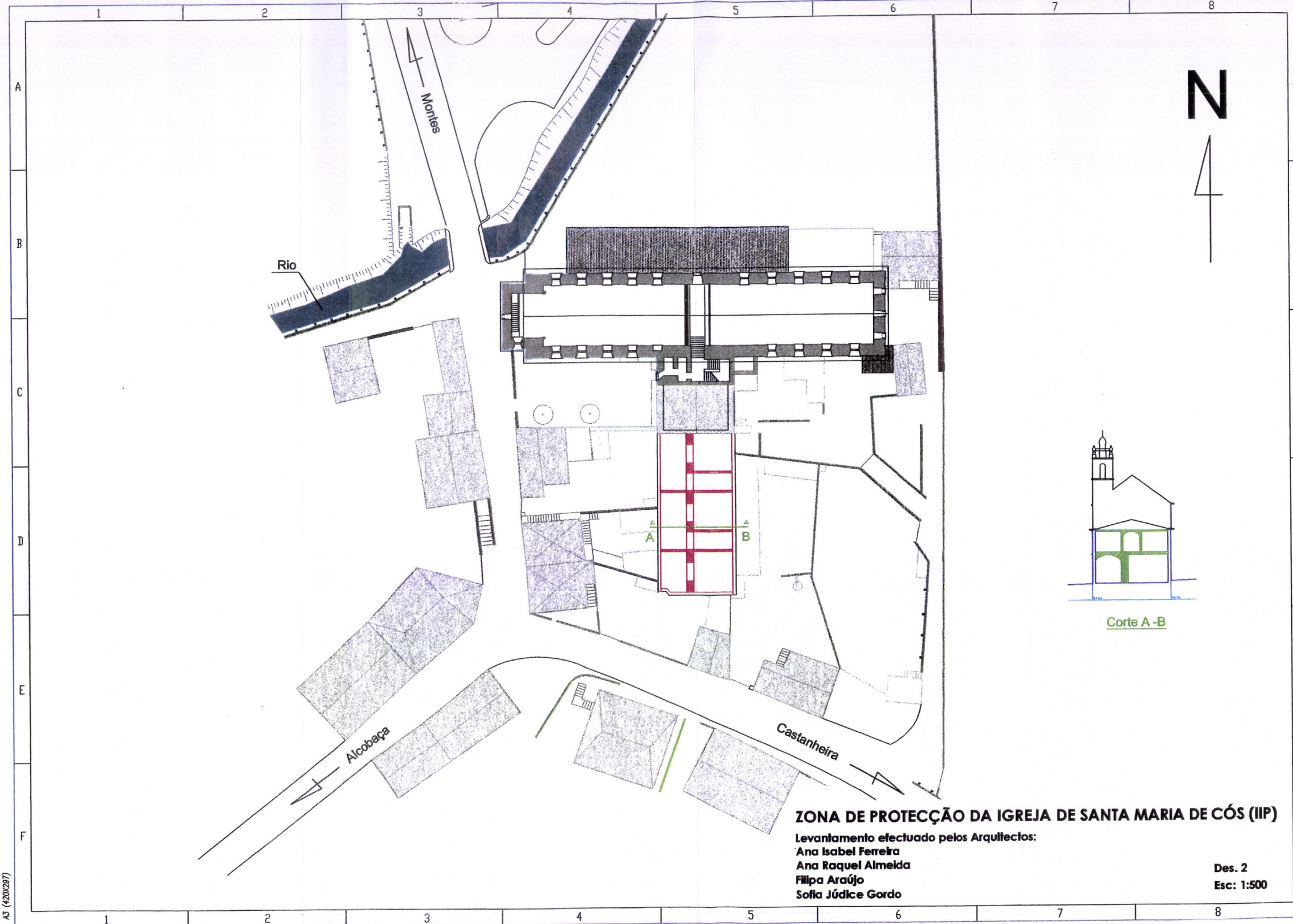


ZONA DE PROTECÇÃO DA IGREJA DE SANTA MARIA DE CÓS (IIP)

Levantamento efectuado pelos Arquitectos:

- Ana Isabel Ferreira
- Ana Raquel Almeida
- Filipa Araújo
- Sofia Júdice Gordo

Des. 1
Esc: 1:1000



Corte A-B

ZONA DE PROTECÇÃO DA IGREJA DE SANTA MARIA DE CÓS (IIP)

Levantamento efectuado pelos Arquitectos:

- Ana Isabel Ferreira
- Ana Raquel Almeida
- Filipa Araújo
- Sofia Júdice Gordo

Des. 2
Esc: 1:500